



BANCO CENTRAL

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

A Graduação de STP da Categoria de PMA: Desafios,
Oportunidades e o Papel do Banco Central nesse processo



Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Fevereiro de 2023



Maria das Neves Ceita Batista de Sousa, de nacionalidade são-tomense, é Doutorada em Ciências Sociais na Especialidade de Desenvolvimento Socioeconómico pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. É casada e mãe de duas filhas. Foi, dentre outras: Vice-presidente da Assembleia Nacional; Primeira-ministra e Chefe do VIIIº Governo Constitucional; Ministra da Economia para as áreas de Agricultura, Pescas, Comércio, Indústria e Turismo; Ministra do Comércio, Indústria e Turismo; Deputada do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP; Deputada e Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania; Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares de São Tomé e Príncipe; Presidente da Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe/Mulheres Sociais-democratas; Membro da Rede de Mulheres Parlamentares de São Tomé e Príncipe. É atualmente: Consultora do Banco Central; Administradora Suplente de São Tomé e Príncipe e Nigéria no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Professora da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe; Membro do Conselho de Política Científica da CPLP; Membro da Associação Lusófona de Economia (ALECON).

Livros e artigos publicados: São Tomé e Príncipe como Um Gateway Regional /Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável, publicado na Coleção Estudos Políticos e Sociais do ISCSP, em Setembro 2020, em Lisboa.; A CPLP e os Objetivos de Desenvolvimento 2030”, publicado na Revista Lusófona de Economia, Nº 0, Edição Especial, Março 2020, UCCLA, Lisboa; Participação da mulher são-tomense na política (2022) em coautoria, Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em julho de 2022.

Prémios Recebidos, dentre outros: Distinguida com Prémio Especial Lusofonia 2022 atribuído na sexta edição da Gala Prémios da Lusofonia; Prémio/PHD em Estudos sobre a CPLP atribuído pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa em 2019; Prémio Women Political Leader (WPL) Award 2018, atribuído pelo WPL Global Fórum. Embaixadora da Paz.

Dedicatória

Ao Banco Central de STP, em especial e às autoridades são-tomenses em geral, enquanto instrumento de consulta para decisão.

Agradecimentos

Esse estudo foi realizado num horizonte temporal de escassos 10 meses. O mesmo não teria sido possível, sem o enorme alento de todos aqueles, cuja amizade, compreensão, sabedoria e estímulo tive o grato privilégio de receber em todos os momentos. Neste sentido vão os meus sinceros agradecimentos primeiramente à Deus pelo dom da vida.

Um agradecimento muito especial vai dirigido às seguintes individualidades, designadamente:

- Ao Senhor Governador do Banco Central, Dr. Américo Ramos que ao tomar conhecimento de que esse estudo estava a ser realizado abraçou a causa e muito me incentivou a concluí-lo;
- Ao ex-Governador do Banco Central Dr. Américo Barros pelo convite que me foi feito para elaborar o referido estudo e por todo o apoio dado para a sua realização;
- Ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Alberto Pereira pelas palavras de encorajamento que me dirigiu no sentido de prosseguir com a conclusão do mesmo aquando do encontro que teve a gentileza de me conceder.
- Aos quadros do Banco Central nomeadamente as senhoras e os senhores Drs: Nádía Daio do Espírito Santo, Annia da Graça, Mário Jorge Silva, Ayagi Dias e os senhores eng^os informáticos Sílvio Sousa e Kalane Mendes pelo pronto apoio e colaboração prestados na compilação e organização dos dados para esse efeito;
- A todos os quadros do Banco Central, da Administração Central do Estado, das Organizações Internacionais, do sector privado, da Sociedade Civil e da Diáspora que se disponibilizaram a participar nas entrevistas abdicando, para o efeito, de algum do seu tão escasso e precioso tempo.
- A minha querida família pelo estímulo, carinho e apoio de todas as horas.
- A todas as pessoas anónimas que, com o seu diferenciado apoio, tornaram possível a realização deste estudo.

Resumo

O índice de Desenvolvimento Humano (IDE) e o Rendimento *per capita* sustentaram, em março de 2015, a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a graduação de São Tomé e Príncipe (STP) da categoria dos Países Menos Avançados (PMA) para o patamar de País de Rendimento Médio (PRM), prevista para dezembro de 2024 tendo em conta que o país satisfaz no aludido período, dois dos três critérios de graduação, deixando de fora o índice de vulnerabilidade económica (IVE).

Perante uma conjuntura internacional acentuadamente marcada pelos efeitos negativos da Pandemia da Covid - 19, da guerra Rússia/Ucrânia, associada à uma conjuntura nacional marcada por diversas catástrofes naturais com impactos extremamente negativos para a economia são-tomense, o problema, objeto da nossa investigação, prende-se com o facto de saber se” São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se da categoria de PMA para o patamar de PRM em dezembro de 2024?

Na busca de uma resposta adequada à questão de investigação acima colocada, este estudo visa essencialmente analisar os desafios e as oportunidades que se colocam à STP para a sua graduação da categoria dos PMA, bem como o papel que o Banco Central de STP deve desempenhar no âmbito deste processo e aferir se haverá ou não a necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos já concedidos pela ONU, atendendo a atual conjuntura tanto nacional, quanto internacional.

Após uma aturada análise baseada nos objetivos previamente definidos, concluímos que perante um contexto tão sombrio plasmado no Programa do XVIIIº Governo Constitucional e considerando que escassos meses nos separam do ano de 2024 para a efetivação da graduação de STP ao PRM com todas as consequências que poderão advir desta decisão, concluímos ser mais prudente, tal como nos recomenda a maioria dos entrevistados, solicitar à Assembleia Geral das Nações Unidas a prorrogação do período de transição para mais três anos no mínimo, de modo a permitir que o país possa criar melhores condições com vista a sua efetiva graduação. Corroboram com esta nossa conclusão a declaração feita pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Dr. Abdulla Shahid, em 18 de agosto de 2022, aquando da sua visita à STP, onde defendia a necessidade da extensão do prazo para a graduação de STP à categoria de PRM.

Palavras-chave: PMA; Graduação; Desenvolvimento; APD; PIB per capita; IDH; IVE.

Abstract

The Human Development Index (HDI) and Income per capita underpinned the United Nations General Assembly's decision for the graduation of São Tomé and Príncipe (STP) from the category of Least Developed Countries (LDC) to Middle Income Country (MIC), scheduled for December 2024 given that the country met the graduation criteria in March 2015.

Facing an international environment marked by the adverse effects of the Covid 19 Pandemic, the Russia/Ukraine war, associated with a national environment marked by several natural catastrophes with extremely negative impacts on the economy of Sao Tome and Principe, the problem object of our investigation is related to the fact of knowing if "Sao Tome and Principe will be in conditions to effectively graduate from the category of LDC to the level of MIC in December 2024?"

In the search for an answer to the research question posed above, this study aims essentially at analysing the challenges and opportunities that STP faces for its graduation from the category of LDCs and the role that the Central Bank of STP should play in this process, and to assess whether or not there is a need to extend the transition period beyond the six years previously fixed by the UN, taking into account the current national and international environment.

After careful analysis and based on the previously defined objectives, we have concluded that given such a gloomy context reflected in the XVIII Constitutional Government's Program and considering that only a few months separate us from the year 2024 for the effective graduation of STP to PRM with all the consequences that may arise from this decision, we have concluded that it is more prudent, and as recommended by most of the interviewees, to request the United Nations General Assembly to extend the transition period for at least three more years to allow the country to create better conditions for its effective graduation. Corroborating our conclusion is the statement made by the President of the UN General Assembly, Dr Abdulla Shahid, on August 18, 2022, during a visit to STP, where he advocated the need for the extension of the timeframe for STP graduation to the PRM category.

Keywords: LDC; Graduation; Development; ODA; GDP per capita; HDI; EVI.

CONTEÚDO

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
<i>Abstract</i>	v
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas	vii
Índice de Gráficos	viii
Índice de Tabelas	ix
INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo II - Enquadramento teórico	12
2.1. O processo de desenvolvimento dos PMA	12
2.2. Os procedimentos e critérios do processo de graduação dos PMA	17
2.3. A APD e o seu impacto na graduação	26
2.4. Impactos da graduação: os custos e os benefícios (desafios) do período pós-graduação	30
Capítulo III - Enquadramento metodológico	34
IV - O processo de graduação de STP	36
4.1. STP e os critérios de graduação: O país está em condições para se graduar em 2024?	36
4.2. Breve caracterização da economia de STP	40
4.3. Os desafios e oportunidades do período pós-graduação.....	48
V. O papel do Banco Central no período pós-graduação	56
VI. Experiência dos países já graduados: Evolução e desafios.....	58
6.1. Experiência de Botswana	60
6.2. Experiência de Cabo Verde.....	65
6.2.1 Impacto da APD na graduação de Cabo Verde.....	69
6.3. Experiência de Maldivas.....	74
6.4. Experiência de Samoa	78
6.5. Experiência da Guiné Equatorial	80
VII. Desafios e oportunidades para STP com base nos resultados do inquérito realizado .	84
7.1 Análise de algumas respostas sobre as perguntas fechadas feitas nas entrevistas	85
7.1 Síntese de algumas respostas abertas sobre os desafios, as oportunidades e o papel do BCSTP no processo de graduação de STP	89
VIII. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	92
8.1. CONSTATAÇÕES.....	92
8.2. RECOMENDAÇÕES.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXO I.....	109
ANEXO II.....	115

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CPD - Comité para as Políticas de Desenvolvimento
ECA - Comissão Económica para a África
ECOSOC - Conselho Económico e Social
EUA - Estados Unidos da América
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAT - Grupo de Apoio à Transição
ICH - Índice de Capital Humano
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INE Instituto Nacional de Estatística
IVE - Índice de Vulnerabilidade Económica
NOEI – Nova Ordem Económica Internacional
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PEIVD – Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PIP – Programa de Investimentos Públicos
PMA - País Menos Avançado
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNB - Rendimento Nacional Bruto
STP – São Tomé e Príncipe
UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNDP - United Nations Development Programme
UNOHRLLS - United Nations Office of the High Representative for the Least Developed
UNSMPLDC - United Nations Support Measures Portal for Least Developed Countries
US\$ - United States dollars (dólares norte-americanos)
WTO – World Trade Organization

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Composição do IDH	18
Gráfico 2: Composição do IVE.....	19
Gráfico 3: Processo e procedimentos para a saída da categoria de PMA.	20
Gráfico 4: Evolução da Taxa de desemprego (2012-2021).....	42
Gráfico 5: Evolução da taxa de desemprego nas mulheres, 2013 - 2020.....	42
Gráfico 6: Crescimento económico de STP- taxa de variação do PIB real (2013 – 2021).	43
Gráfico 7: Evolução do PIB per capita de STP em dólares 2010 constantes (2013 – 2021)	44
Gráfico 8: IDE de STP em percentagem do PIB.....	45
Gráfico 9: IDH de STP em percentagem do PIB (2013 – 2021).....	46
Gráfico 10: Inflação: variação percentual do IPC (2011 – 2021).	47
Gráfico 11: Evolução de APD de Botswana (1984 – 2016).....	62
Gráfico 13: IDE de Botswana (2013-2020).	64
Gráfico 14: IDH de Botswana (2013 – 2020).	64
Gráfico 15: Evolução da APD de Cabo Verde (2000- 2017).....	70
Gráfico 16: Evolução do PIB per capita de Cabo Verde (1980- 2021).....	71
Gráfico 17: IDH de Cabo Verde (2000- 2020).....	72
Gráfico 18: Evolução do IDE de Cabo Verde (1980 – 2020).	73
Gráfico 19: Evolução do IDH de Maldivas (2013 – 2021)	75
Gráfico 20: Evolução do PIB per capita das Maldivas (2014 – 2021).....	76
Gráfico 21: Evolução do IDE de Maldivas como percentagem do PIB (2013-2021).....	77
Gráfico 22: Evolução de APD de Maldivas (2001 – 2017).	77
Gráfico 23: Evolução do PIB per capita de Samoa (2014-2021)	78
Gráfico 25: IDE de Samoa como percentagem do PIB (2013-2021).....	79
Gráfico 26: Evolução de IDH de Samoa (2013 – 2020).	80
Gráfico 27: Evolução do PIB per capita da Guiné Equatorial (2014- 2021).....	82
Gráfico 28: Evolução do IDH da Guiné Equatorial (2013-2020).	83
Gráfico 29: Evolução do IDE da Guiné Equatorial (2013-2021).....	83
Gráfico 30: Coerência entre a realidade Socioeconómica de STP e sua saída da lista dos PMA.	85
Gráfico 31: Impacto da saída da lista de PMA na continuidade do desenvolvimento económico e social de STP.....	86
Gráfico 32: Contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e/ou distritos.	86
Gráfico 33: Impacto da APD na graduação de STP.....	87
Gráfico 34: Alguns obstáculos quer internos, quer externos que exercem alguma interferência na eficácia da APD.....	88
Gráfico 35: Desafios do BCSTP no processo de graduação de STP.....	88

Índice de Tabelas

Tabela 1: APD de STP – Doadores - Milhões de USD (2009 - 2021).....	28
Tabela 2: Distribuição setorial do PIB e do Emprego (2016-2021 em %).....	41
Tabela 3: Análise comparativa dos países já graduados em relação à STP.	59
Tabela 4: Critérios de graduação de Cabo Verde (2003- 2007).....	68
Tabela 5: Evolução de alguns indicadores macroeconómicos de Cabo Verde.	69
Tabela 6: Categoria dos Inquiridos	85

INTRODUÇÃO

“a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia” (UNCTAD, 2016).

Um dos grandes desafios dos próximos tempos quer para as autoridades de São Tomé e Príncipe em geral, quer para o Banco Central em particular, prende-se com o processo de graduação do país da categoria de País Menos Avançado para o patamar de País de Rendimento Médio.

Com efeito, os índices de Desenvolvimento Humano (IDE) e o rendimento *per capita* sustentaram, em março de 2015, a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a graduação de STP da categoria dos PMA, devendo a referida graduação efetivar-se a partir de dezembro de 2024.

As autoridades são-tomenses, conscientes de que o país tem sido refém de uma economia altamente vulnerável a choques exógenos, e muito dependente de ajudas externas (basta recordar que cerca de 97% dos recursos que alimentam o orçamento de capital do país provem da ajuda externa, quer em termos de créditos, quer em termos de donativos), solicitaram e foi concedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas um período de transição prolongado de seis anos ao invés dos três anos padrão, de forma a proporcionar ao Governo a oportunidade de implementar todas as reformas internas necessárias e alinhar a sua estratégia de transição com o seu plano nacional de desenvolvimento. Acontece, porém, que esse período de seis anos solicitado pelas autoridades são-tomenses conhecerá o seu término em dezembro de 2024 com a efetiva graduação de STP à categoria de País de Rendimento Médio.

Tendo em conta que escassos meses nos separam do ano 2024 e perante a conjuntura internacional marcada pelos efeitos negativos da Pandemia da Covid-19, a guerra Rússia/Ucrânia associada à conjuntura nacional marcada por diversas catástrofes naturais com impactos extremamente negativos para a economia são-tomense, a matéria objeto da nossa investigação prende-se com o facto de saber se” São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se da categoria de PMA para o patamar de PRM em dezembro de 2024?

Objetivo Geral

Este estudo visa essencialmente analisar os desafios e as oportunidades que se colocam a STP para a sua graduação da categoria dos PMA, bem como o papel que o Banco Central deve desempenhar neste processo e aferir se haverá ou não necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos já concedidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo em conta a atual conjuntura quer nacional, quer internacional.

Objetivos específicos

Pretende-se como objetivos específicos:

- a) Conhecer o processo de graduação dos PMA, bem como as suas etapas e os critérios definidos para o efeito e aferir se o período de seis anos concedidos ao país será suficiente para a sua graduação.;
- b) Analisar os desafios e as oportunidades da graduação de STP da categoria dos PMA para o patamar de PRM;
- c) Avaliar o contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) no processo de desenvolvimento de STP e o seu impacto após a saída do país da lista dos PMA;
- d) Analisar as dificuldades e desafios enfrentados no processo de graduação de alguns países já graduados, com recurso a cinco estudos de caso nomeadamente: Botswana; Cabo Verde; Maldivas; Samoa e Guiné Equatorial;
- e) Analisar o papel que o Banco Central deve desempenhar no âmbito desse processo de graduação.

Relevância do Estudo

São atualmente cerca de 47 países (quarenta e sete países) que no mundo pertencem à categoria dos PMA, dos quais 33 são oriundos do continente africano, nomeadamente: Angola, Benim, Burquina Faso, Burundi, República Centro Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Togo, Uganda, República Unida

da Tanzânia e Zâmbia. Esses países poderão vir a passar por processos de graduação. Previse-se que pudessem vir a ser o caso de Angola em 2022, do Butão em 2023, de São Tomé e Príncipe e das Ilhas Salomão em 2024 tendo em conta que os 47 PMA correspondem atualmente à cerca de um quarto da população mundial, cuja maioria vive no limiar da pobreza (Fortes, 2020, UNDESA, 2019).

Por isso consideramos que esse estudo se reveste de extrema importância e relevância na medida em que poderá contribuir para melhor entendermos a dinâmica do processo de graduação, os desafios e as oportunidades que se colocam aos países que futuramente irão graduar-se da categoria de PMA e que deles se possa extrair lições a partir das experiências dos países que já passaram por esse processo. Deste modo, o presente trabalho está estruturado em 8 capítulos que para além da introdução que constitui o primeiro capítulo contempla ainda o capítulo II relativo ao enquadramento teórico; o capítulo III sobre a metodologia utilizada; O capítulo IV relativo ao Processo de graduação de São Tomé e Príncipe; o capítulo V sobre o papel do Banco Central no processo de graduação de STP; o capítulo VI que aborda questões que se prendem com as experiências dos países já graduados ; o capítulo VII que analisa desafios e oportunidades para STP com base nos resultados do Inquérito realizado e finalmente o capítulo VIII que faz as constatações do estudo e propõe algumas recomendações.

Capítulo II - Enquadramento teórico

2.1. O processo de desenvolvimento dos PMA

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, o equilíbrio de forças entre os países sofreu profundas mudanças. STP, à semelhança das antigas colónias europeias de África, deram início aos seus movimentos de independência ao mesmo tempo em que as metrópoles europeias se encontravam enfraquecidas pela guerra. Por outro lado, a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a difusão do comunismo fizeram crescer a importância geopolítica dos países como possíveis áreas de influência, no contexto da guerra fria. Os próprios países em vias de desenvolvimento souberam aproveitar a disputa entre as duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS, através de atração de investimento e de ajuda económica para o desenvolvimento. No ocidente, a indignação para

com as regras do sistema colonial e a desigualdade de rendimento entre os países fez despertar a reação da opinião pública (Sousa, 2020; Costa, 2011; Silva, 2005).

Silva (2005) e Sousa (2020) consideram que foi nesse ambiente de reestruturação política e de indignação social no pós-guerra que o mundo ocidental virou a sua atenção para a questão do desenvolvimento económico dos países em vias de desenvolvimento e a colocou na ordem do dia. Entretanto, a tarefa de pensar no desenvolvimento desses países ficou a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações internacionais, num primeiro momento, mas poucos anos depois, a partir de 1949, ela se arrastou pela academia e passou a fazer parte da agenda de pesquisa de muitos economistas e não só, tanto dos países desenvolvidos como dos países em vias de desenvolvimento, abrindo assim o espaço para a construção, estruturação e consolidação do pensamento acerca do desenvolvimento económico.

Com efeito, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela independência de muitos países em África e na Ásia e pela sua adesão a diversas organizações internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas o que representou para estes “novos” países uma oportunidade de aumentarem a sua visibilidade e, unidos fazerem ouvir a sua voz de um modo mais eficaz. Foi nesse período que tiveram lugar a Iª e a IIª Décadas de Desenvolvimento e outras iniciativas por parte da ONU, que procurava responder aos desafios que os países mais pobres enfrentavam, com a convicção que o desenvolvimento e o crescimento económico seriam facilmente alcançados com a ajuda externa dos países mais ricos (Simoni, 2019; Fialho, 2011).

Foi em 1971 que a Assembleia Geral da ONU aprovou a criação do estatuto de País Menos Avançado, apesar de ter sido discutida e pensada anteriormente, destinado a agregar países de baixo rendimento que enfrentavam diversas limitações estruturais ao crescimento e ao desenvolvimento. Segundo Simoni (2019) esta categoria era inicialmente, composta por 25 países estando atualmente constituída por 47 países em todo o mundo. A sua criação visou essencialmente proporcionar a estes países o acesso a medidas de apoio especiais por parte da comunidade internacional, nomeadamente sob a forma de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), assistência técnica e medidas de preferência comercial (Kim, 2018).

Os países desenvolvidos partilhavam a convicção de que os PMA eram um grupo relativamente homogéneo, que necessitava de uma intervenção de desenvolvimento focada na industrialização a par de iniciativas de aconselhamento, investimento, ajuda e reforma liberal. Atualmente generalizou-se a consciência de que países diferentes têm necessidades e enfrentam

desafios que são também diferentes em função das suas particularidades e especificidades (Simoni, 2019; Fialho, 2012).

De facto, e tal como sublinha Debali (2009) e Sousa (2020), desde a consolidação da noção de desenvolvimento económico, no início do século XX, inúmeros debates ocorreram envolvendo o significado e o alcance deste conceito. Inicialmente, o desenvolvimento, que tratava apenas de aspetos puramente económicos, aos poucos passou a inserir também aspetos sociais ao considerar o bem-estar social como parte de seus objetivos. Com a preocupação atual em relação ao meio ambiente, o conceito de desenvolvimento, mais recentemente incluiu também a questão da sustentabilidade dando origem ao conceito de desenvolvimento económico sustentável, que engloba três aspetos essenciais nomeadamente económico, social e ambiental.

O conceito de desenvolvimento acaba por ser bastante ambíguo e nalguns casos gera até alguma incoerência por parte das organizações internacionais na definição das políticas e prioridades de apoio ao desenvolvimento. Isto porque são vários os fatores que têm impacto no desenvolvimento. O baixo nível de desenvolvimento de muitos países é provocado por uma multitude de fatores que variam de país a país, tais como: catástrofes naturais, elevado crescimento demográfico, deficientes condições sanitárias, acesso restrito à educação, predominância da agricultura de subsistência, dependência comercial, entre outros.

Por isso Murteira (1986) e PNUD (2015) consideram que cada país precisa de elaborar o seu próprio projeto de desenvolvimento, na medida em que cada um tem a sua própria história que não se repete e nessa medida pode admitir-se que cada país tem o seu próprio desenvolvimento. Por seu turno, Romana (1997, 2016) considera que o desenvolvimento deverá ser entendido como um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e reorientação dos sistemas económico e social, salientado que a concretização do desenvolvimento económico implica necessariamente mudanças nas estruturas sociais e administrativas, bem como nos valores quotidianos e, em muitos casos, no sistema de crenças e de costumes. Sublinha ainda o autor que embora o desenvolvimento seja usualmente definido num contexto nacional, a sua efetiva realização necessita também da existência de condições sociais e económicas, no plano internacional.

Ainda segundo Romana (1997), é agora bem evidente que o êxito do desenvolvimento se encontra ligado à flexibilidade e capacidade de reação da economia, do regime político e da sociedade civil, funcionando todos de forma harmónica para a promoção de metas e objetivos comuns. Por isso enfatiza o autor que o sucesso da luta do Sul contra a pobreza e o

subdesenvolvimento que o afetam dependerá da sua capacidade para reformar e regenerar as economias, os regimes políticos e as sociedades que o compõem. Sobre este aspeto diz ainda o autor:

O desenvolvimento, numa perspetiva antropossociológica, envolve, em primeiro lugar, o fenómeno da mudança social e cultural. Para o desenvolvimento ocorrer numa determinada sociedade, todas as suas estruturas, principalmente as sociais, as culturais, as económicas e as políticas, deverão funcionar como estimulantes da mudança (Romana, 1997:39).

Na perspetiva de Brito (2015) e de Sousa (2020), a análise do processo de desenvolvimento do continente africano representa um desafio, já que obriga a um estudo sistemático e aprofundado de realidades marcadas pela diferenciação e pelo particularismo. Para estas autoras, este exercício pode ser ainda mais difícil quando o campo de estudo é condicionado pela insularidade, reconhecendo que os Pequenos Estados Insulares em vias de Desenvolvimento (PEIVD), além de profundamente marcados por elementos simbólicos, caracterizam-se por um conjunto de fatores que os distinguem dos continentais e que constituem o resultado da sua situação.

Entretanto não existe uma definição ou critérios unificados para classificar o nível de desenvolvimento dos países. Segundo Fortes (2020), um dos critérios comumente utilizados é o económico, baseado na ideia de que a riqueza está ligada ao desenvolvimento, assim, poder-se-ia medir o desenvolvimento de um país quando o rendimento *per capita* atingisse um determinado limiar.

Esta perspetiva de apreciação do desenvolvimento à base do rendimento *per capita* foi refutada por Sen (1981)¹ na sua obra sobre a “Pobreza e Fome. Nesta obra o autor considera que o desenvolvimento não pode ser analisado apenas sob o viés restritivo do crescimento do PIB e do rendimento das famílias, índices de consumo e industrialização, argumentando que a fome não é causada apenas por falta de alimento, mas também pela dificuldade de acesso ao mesmo e que numa sociedade com fraco poder de compra, pode vir a ter fome mesmo havendo alimentos disponíveis, dada as condições de mercado existentes. Segundo Fortes (2020) citando Damásio e Mah (2011), uma das limitações do PIB enquanto indicador para compreender a complexidade do desenvolvimento é a não existência de cobertura de dados, sobretudo ao nível dos PMA. E que sem a existência de dados e de informação credíveis não é possível obter decisões e/ou escolhas cabais e nem, tão pouco, são exequíveis a avaliação e a apreciação de políticas de desenvolvimento dos países.

¹ Amartya Sen na sua obra sobre a “Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação” publicada em 1981

Esta teoria de desenvolvimento segundo Fortes (2020) também foi defendida por Haq (1995), na sua obra intitulada “*Reflections On Human Development*” onde explica que as pessoas como agentes de mudança de desenvolvimento eram frequentemente esquecidas e realça que após muitas décadas de desenvolvimento redescobriu-se o óbvio – que as pessoas são os meios e o fim de desenvolvimento. O autor relaciona a base dessa abordagem a vários conceitos, como por exemplo, necessidades básicas, qualidade de vida física, disparidades nas condições de vida e observa as contribuições de algumas organizações internacionais e organizações humanitárias.

Por esta razão Fortes (2020) considera que Sen e Haq foram os autores que tiveram um papel mais ativo na promoção da teoria do Desenvolvimento Humano, alegando que isto levou a que fosse criado um outro critério para mensurar o desenvolvimento dos países - o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), considerando não apenas os fatores económicos, mas também os sociais. Citando Sen (1981) esta autora defende que o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo bem-estar social, e não apenas pela prosperidade económica, alegando que: “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades económicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, tais como a boa saúde, a educação básica e o incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”. Com efeito, além do PIB *per capita*, o IDH passou a ser utilizado como um outro critério para medir o desenvolvimento sendo agora também usado para medir os avanços de cada país não somente tendo por base a economia, mas também, indicadores como a saúde e a educação.

Mas, a falta de consenso sobre a definição de desenvolvimento de um país traduz-se numa proliferação de classificações e categorias de países introduzidas pelas diferentes Organizações Internacionais. O número de classificações aumentou de quatro em 1985 para dezassete em 2013. A título exemplificativo, o Fundo Monetário Internacional, através do PIB, considera economias avançadas, economias emergentes e economias em desenvolvimento, enquanto a ONU, através do IDH, classifica os países em desenvolvimento humano muito alto, alto, médio e baixo (Fortes, 2020; Fialho e Van Bergeijk, 2016).

Nesta perspetiva, constata-se que o desenvolvimento dos países exige políticas adaptadas a cada contexto. A posição defendida por Hulme (2015) não deixa de ser interpeladora e merecedora de consideração. Ele alerta e exorta para a importância do reconhecimento da heterogeneidade dos países, analisar além das estatísticas, para que seja possível definir estratégias específicas, privilegiando as necessidades dos países em detrimento das várias influências dos doadores na escolha do tipo de crescimento económico a adotar, permitindo assim efetivar o desenvolvimento (Fortes, 2020).

2.2. Os procedimentos e critérios do processo de graduação dos PMA

Os PMA constituem um grupo de países internacionalmente definido por economias altamente vulneráveis e estruturalmente restritas com níveis extremos de pobreza, possuem valores baixos para os indicadores (PIB *per capita*, IDH, IVE) em relação aos valores obtidos pelos países desenvolvidos. Tal como referido anteriormente, a categoria dos PMA foi estabelecida em 1971 agrupando na altura, 25 países, cifra que em 2013 ascendeu a 50 países para em 2018 atingir 47 países. Inclui países da África, da Ásia e das Caraíbas que compreendem aproximadamente 13% da população mundial, mas representam menos de 1,3% do PIB mundial e aproximadamente 0,9% do comércio mundial (Simone, 2019; Fortes, 2020,). STP pertence a este grande grupo dos PMA com as suas particularidades e especificidades.

A lista dos países menos desenvolvidos é revista de três em três anos pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, com base em recomendações do Comité para as Políticas de Desenvolvimento (CPD) que estabelece três critérios para que um país seja considerado como país menos desenvolvido, nomeadamente: rendimento baixo (PIB *per capita*), debilidade do capital humano (IDH) e vulnerabilidade económica (IVE).

Os países são identificados para inclusão e graduação na lista de PMA, comparando as suas pontuações dos três critérios utilizados com os limites estabelecidos pelo CPD: (i) PIB *per capita*; (ii) IDH e (iii) IVE.

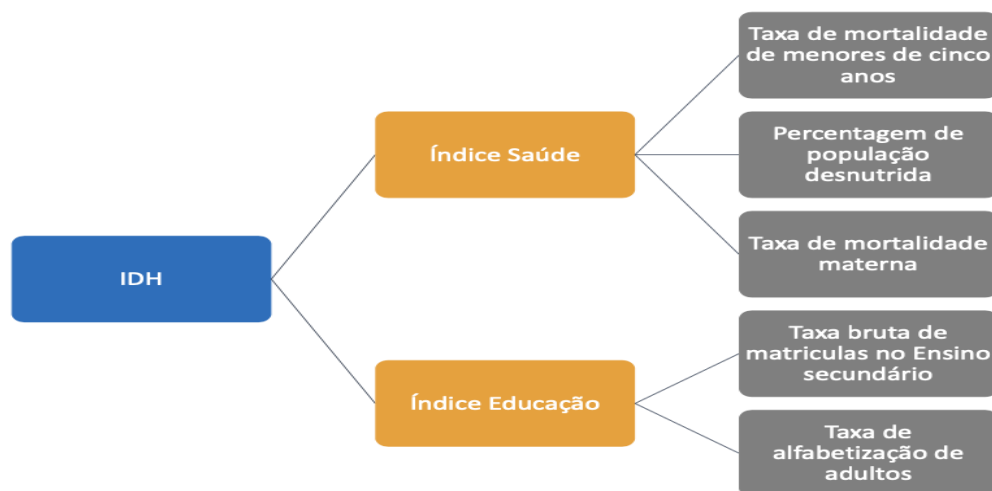
- i) O PIB *per capita* serve como uma medida do rendimento e do nível global de recursos disponíveis para um país e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período, e indica o status geral do rendimento de um país. Como um dos critérios da graduação, é calculado de acordo com o método do Atlas do Banco Mundial que consiste no cálculo das flutuações cambiais utilizando uma média dos últimos 3 anos. O limite de graduação é definido em 1.230 USD, equivalente a 20% acima do limite de inclusão (1.025 USD). Seu papel como um dos critérios da graduação é duplo, ou seja: • O PIB *per capita* pode ser utilizado como único critério para a graduação, quando a média dos três anos for o dobro do limite de graduação, ou seja, 2.460 USD;

O IDH e o IVE medem os principais impedimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável e são índices compostos por vários indicadores. Se o IDH e o IVE forem simultaneamente cumpridos, o país sai da categoria de PMA, mesmo se o limite do PIB *per capita* for inferior ao limite estabelecido

ii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH ou ICH é uma medida concebida pela ONU para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico de uma população. O IDH é composto por cinco indicadores agrupados em índices de saúde e de educação, como se pode observar no gráfico nº 1.

Gráfico 1: Composição do IDH



Fonte: Elaboração própria baseada em ONU (2015); Simoni (2019) e Fortes (2020)

Anualmente é elaborado o Relatório de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O nível do desenvolvimento humano varia de zero a 1 (um), revelando que quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvido é o país. Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados países de desenvolvimento humano médio e países com índice superior a 0,800 são classificados como desenvolvimento humano alto (PNUD, 2015).

iii) Índice de Vulnerabilidade Económica

O IVE é entendido como um obstáculo estrutural ao desenvolvimento de um país. Quanto maior for o IVE maior será o nível de vulnerabilidade económica, ou seja, uma alta vulnerabilidade sinaliza grandes impedimentos estruturais ao desenvolvimento. O CPD entende a vulnerabilidade como o risco de um país ser prejudicado por choques exógenos. A vulnerabilidade depende da magnitude e da frequência destes choques, das características estruturais do país em questão (que afeta o grau de exposição) e da capacidade do país de reagir ao choque.

O IVE tem duas principais componentes: o índice de exposição e o índice de choque. Estes dois índices dividem-se em oito indicadores, que são agrupados em vários subíndices, como se pode observar no gráfico nº 2. Quanto mais baixo for o IVE menor é a vulnerabilidade económica. Para se graduar um país terá que pontuar 32 ou menos no IVE, e para ser incluído o valor do IVE deverá ser igual ou superior a 36. Tal como acontece com o IDH, os indicadores do IVE são medidos em unidades diferentes e são convertidos em pontuações entre 0 e 100, utilizando o método “max-min” (Simoni, 2019)

A vulnerabilidade económica é calculada pelo índice de vulnerabilidade económica que inclui indicadores tais como as catástrofes naturais, colapsos comerciais, exposição ao risco e tamanho da economia (Montezinho, 2019). A graduação torna-se efetiva com base no cumprimento dos requisitos e dos limites dos critérios estabelecidos pelo CPD permitindo deste modo que os países saiam da lista dos PMA.

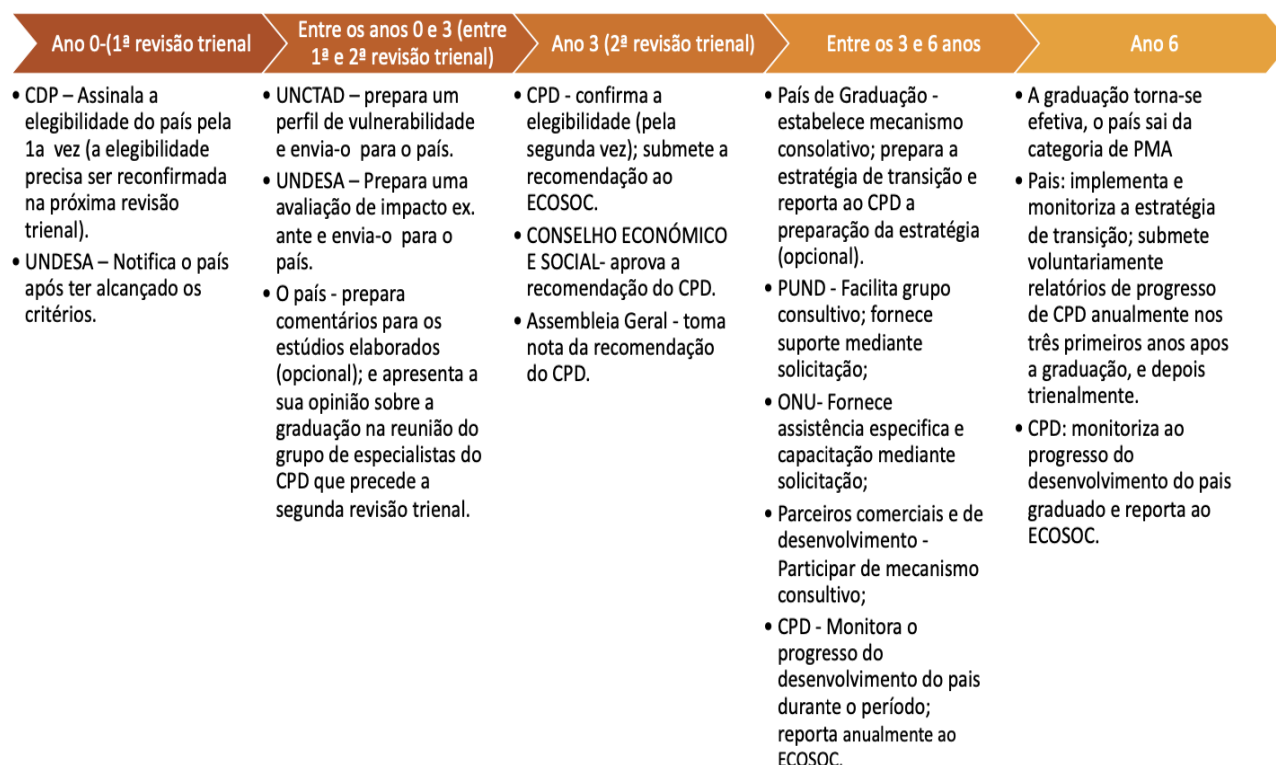
Gráfico 2: Composição do IVE



Fonte: Elaboração própria baseada em ONU (2015); Simoni (2019) e Fortes (2020)

A saída de um país da lista de PMA, a gestão do processo de graduação, é da responsabilidade primeira da ONU e são adotadas pela Assembleia Geral, com base nas recomendações do Comité de Política para o Desenvolvimento (CPD), apoiadas pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) obedecendo alguns procedimentos como se pode observar no gráfico nº 3 abaixo apresentado.

Gráfico 3: Processo e procedimentos para a saída da categoria de PMA



Fonte: Elaboração própria baseada em ONU (2015); Simoni (2019) e Fortes (2020).

Desde o estabelecimento da categoria dos PMA, foram reconhecidos os desafios enfrentados por esses países e foram desenvolvidas medidas de apoio para ajudá-los a ultrapassar esses problemas. As medidas de apoio associadas ao *status* de PMA estão relacionadas com preferências comerciais; financiamentos; acesso a medidas especiais e programas de assistência técnica oferecidos por várias agências internacionais. Em teoria uma percentagem elevada da APD deveria ser prioritariamente destinada aos PMA.

Simoni (2019) considera que o estatuto de País Menos Avançado não é eterno, salientando que a criação desta categoria teve como objetivo essencial proporcionar formas mais adequadas de auxiliar os países menos desenvolvidos a receberem medidas de tratamento especial por parte dos doadores internacionais, sejam eles doadores bilaterais ou organizações multilaterais e estabelecer mecanismos para capacitar estes países e proporcionar-lhes conhecimentos e recursos para crescerem e desenvolverem-se de forma sustentável. Importa salientar que as principais medidas de apoio variam conforme o país em questão e os tipos de apoio de que necessita destacando-se, dentre outros, os acordos de preferência comercial, a afetação prioritária de ajuda pública ao desenvolvimento e outras formas de apoio pontuais.

De salientar que foi em 1991 que foi introduzida a possibilidade de os países poderem sair da categoria e, portanto, graduarem-se. A graduação era então encarada com bastante cautela por parte da ONU e dos países pertencentes à categoria, e com receio por parte dos países que se preparavam para iniciar esse processo. No entanto, a partir de 2011, com a implementação do Programa de Ação de Istambul, verificou-se uma mudança de atitude para com o processo de graduação, que passou a ser encarado como um objetivo a ser alcançado. Tal como acontece no processo de inclusão, é nas revisões trienais da lista dos PMAs que o CPD acompanha o progresso de cada país e, tendo em conta os valores alcançados nos diversos critérios, assinala os países que se encontram em condições de começar a preparar o processo de graduação (Simoni, 2019; Guillaumont, 2018^a; UNOHRLLS, 2017).

O CPD é a estrutura responsável por desenhar e aprovar as decisões que afetam os países desta categoria através da análise da lista de países com estatuto de PMA de três em três anos, nas chamadas revisões trienais, para identificar países que estejam aptos a ser incluídos ou a graduar-se da categoria. Após esta análise, são remetidas as recomendações à Assembleia Geral da ONU, que tem a decisão final (UNDESA, 2018).

Importa sublinhar que o processo de inclusão sofreu algumas alterações desde a criação da categoria em 1971, da mesma forma que alguns aspetos da categoria se foram modernizando com o passar das décadas. O foco principal era então a economia do país e os critérios usados eram simples: o Produto Interno Bruto *per capita* teria que ser menor ou igual a US\$100; a percentagem da produção industrial no PIB total teria que ser menor ou igual a 10%; e a taxa de alfabetização da população adulta deveria ser menor ou igual a 20% (Fialho, 2012).

Posteriormente estes critérios sofreram alterações com o objetivo de responder melhor às diferentes dinâmicas e necessidades destes países. Por esta razão Simoni (2019) considera que a inclusão nesta categoria é, primeiramente, uma decisão do próprio país, não sendo possível a inclusão de qualquer país contra a sua própria vontade. Esta autora e o ECA (2016) realçam que o Zimbabwe, por exemplo, cumpriu os critérios de elegibilidade aquando das revisões trienais de 2006, 2009, 2012 e 2015, mas recusou sempre ser integrado na categoria, o mesmo tendo sucedido com o Gana e a Papua Nova Guiné noutros momentos.

Ao nível do comércio internacional os benefícios têm como objetivo essencial a integração destes países na economia global. Esses benefícios são concedidos de diversas formas pelos parceiros de desenvolvimento, de entre as quais se destaca a elaboração de acordos especiais de comércio. Os PMA têm acesso a vantagens e concessões de que outros grupos de países

não beneficiam, nomeadamente no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) onde lhes são atribuídas obrigações diferentes e conferida flexibilidade acrescida devido à sua frágil capacidade institucional e à vontade desta organização em estimular a participação destes países no comércio internacional. Importa frisar que as medidas de apoio relativas ao comércio são enquadradas no âmbito de decisões da OMC, bem como por compromissos acordados internacionalmente, especialmente associadas às agendas de desenvolvimento internacional, destacando-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Fortes, 2020; Simoni, 2019).

No caso da OMC, o estatuto de PMA prevê a possibilidade de não adotar alguns dos regulamentos da organização, sendo também disponibilizado acesso a fundos comerciais e de auxílio especialmente preparados para os membros desta categoria. Importa salientar que os PMA não necessitam ser membros da OMC para desfrutar deste benefício (Fortes, 2020). Neste sentido, os Países Menos Avançados contam com condições preferenciais para acesso aos mercados de muitos parceiros de desenvolvimento, incluindo ao nível da exportação de mercadorias e em termos de tratamento especial para o setor dos serviços. Este acesso preferencial ao nível das mercadorias é feito, sobretudo, através do comércio sem taxas e sem quotas. A maioria dos países desenvolvidos concede total acesso comercial aos seus mercados nestas condições, tendo muitos países em desenvolvimento também permitido o acesso sem taxas e sem quotas aos seus mercados a uma parcela significativa dos produtos oriundos dos PMA (Simoni, 2019; UNDESA, 2018).

Um outro aspeto importante da cooperação ao nível do comércio prende-se com a assinatura de acordos regionais e sub-regionais. Trata-se de acordos preferenciais para PMA, que, muitas vezes, exigem o cumprimento de determinadas condições adicionais ao estatuto que a categoria impõe. É o caso da iniciativa Tudo Menos Armas da União Europeia (UE), exclusiva para PMA, que concede pleno acesso com isenção de quotas e taxas ao mercado único europeu a todos os produtos oriundos dos PMA, com exceção de armas e munições, sem qualquer restrição quantitativa (Comissão Europeia, 2019; Simoni, 2019). Outra das dimensões principais prende-se com a cooperação técnica e financeira em que os PMA beneficiam de vantagens especiais, sendo-lhes dada prioridade na alocação de recursos, com elevados níveis de concessionalidade e acesso exclusivo a programas em diversos domínios.

Em conjunto com organizações internacionais, muitos doadores patrocinam estudantes e investigadores oriundos destes países, e o financiamento disponibilizado estende-se a bolsas

de estudo, à participação em conferências académicas e a projetos de investigação (Lenzi, 2017; Fortes, 2020). De igual modo foram criados mecanismos exclusivos para os PMA em diversas áreas, os quais foram concebidos e implementados no sentido de colmatar lacunas associadas às diversas fragilidades estruturais destes países, nomeadamente em termos de escassez de investimento e conhecimento. É o caso do Banco de Tecnologia dos PMA, que foi criado com o objetivo de melhorar a base científica de pesquisa e inovação destes países e de ajudá-los no acesso e na utilização de tecnologias críticas, bem como do Fundo de Desenvolvimento de Capital da ONU, que trabalha como uma agência de investimento, proporcionando acesso à micro-finanças e ao capital de investimento (Fortes, 2020; UNSMPLDC, 2019b).

Em jeito de síntese pode-se dizer que o estatuto de PMA abre portas a muitos países e proporciona o acesso a um conjunto de recursos e vantagens que se destinam a apoiar as suas trajetórias de desenvolvimento. Por esta razão os países que integram o grupo dos PMA obtêm vantagens muito diversas em virtude da sua inclusão nesta categoria, facto que paulatinamente vão perdendo com o processo de graduação. (Lenzi, 2017; Simoni, 2019).

2.2.1. Etapas do processo de Graduação

Para começar o processo de graduação a primeira etapa consiste em alcançar os valores de referência em pelo menos dois dos três critérios da categoria, nomeadamente o Rendimento Nacional Bruto *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Vulnerabilidade Económica. Os valores de referência em questão constituem um mínimo de 66 pontos no IDH, um máximo de 32 pontos no IVE e um RNB *per capita* igual ou superior a US\$1242 (ECA, 2016; Simoni, 2019).

Como alternativa, existe também a possibilidade de um país ser indicado para graduação segundo a “regra do rendimento” que, desde 2005, permite aos países cujo RNB *per capita* seja duas vezes superior ao valor de referência para a graduação (US\$1242) possam sair da categoria independentemente dos valores que alcancem nos outros dois critérios.

Para o efeito, o país fica dispensado de alcançar os valores de referência nos outros dois critérios, sendo, no entanto, necessário precaver que os valores do RNB *per capita* sejam sustentáveis, para que a graduação possa ser conduzida de maneira eficaz. Estes valores deverão ser alcançados em duas revisões trienais consecutivas, ou seja, num período de seis anos (Simoni, 2019; Drabo e Guillaumont, 2018).

Entretanto, após a qualificação para a graduação na primeira revisão trienal, é feita uma avaliação através de estudos, elaborados pelo Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, sobre o impacto ex-ante e um perfil de vulnerabilidade do país, respetivamente, para que, na revisão trienal seguinte, o CPD tenha um ponto de partida para estabelecer o que é necessário fazer para garantir que o país alcance a graduação com sucesso. Caso o país atenda aos critérios em duas revisões trienais consecutivas, poderá ser recomendado para graduação pelo CPD (UNOHRLLS, 2017).

Importa ressaltar que esta recomendação não significa que a graduação tenha necessariamente de acontecer tendo em conta que é na Assembleia Geral da ONU, com a aprovação do Conselho Económico e Social, que a decisão final é adotada, tomando em consideração a posição do próprio país e do seu governo antes da decisão final, bem como as circunstâncias específicas de cada país, o provável impacto da graduação e o impacto previsto da cessação das medidas especiais de que beneficiam os PMA (UNOHRLLS, 2017; Simoni, 2019; Fortes,2020).

Entretanto existem ainda situações excecionais em que a Assembleia Geral concede um período preparatório mais longo, seja porque os órgãos desta organização têm reservas em relação à graduação, seja porque o próprio país ainda não se sente preparado para dar o passo final, tal é o caso de São Tomé e Príncipe, que precisa de tempo adicional para fortalecer a sua economia, investir em capital social e humano e diminuir a sua vulnerabilidade.

De salientar que há casos de países que estão aptos para se graduar, tendo já atingido os critérios em duas revisões trienais consecutivas, mas que não são objeto de recomendação para graduação. O Kiribati, por exemplo, foi considerado elegível para se graduar pela primeira vez em 2003 e posteriormente em 2006, 2012 e 2015, tendo sido só em 2018 que foi finalmente recomendado para graduação pelo CPD. Este adiamento aconteceu devido às incertezas que o Comité tinha em relação à sustentabilidade da sua economia, tendo proporcionado mais tempo para que o Kiribati trabalhasse no sentido de diminuir a sua vulnerabilidade com vista a alcançar a graduação (ECA, 2016; Simoni, 2019).

Após a recomendação para a graduação, o país entra num período de transição com vista a preparar-se convenientemente para a graduação. Este período tem normalmente uma duração

de cerca de três anos, durante os quais o país continua a ser considerado um PMA e a beneficiar integralmente das vantagens da categoria. O período de transição envolve um acompanhamento cuidadoso por parte dos parceiros de desenvolvimento, havendo ferramentas próprias que apoiam os países durante este período, especialmente na preparação de uma estratégia de transição e saída da categoria: a chamada “transição suave”. Este período reveste-se de vital importância e deve ser acompanhado de incentivos e medidas de apoio, para que toda a trajetória que o país percorreu até chegar a um nível de desenvolvimento considerado aceitável para graduação não seja comprometida (CDP, 2012^a; Simoni, 2019).

Desde 1971, ano da criação da categoria de PMA, foram até hoje cinco os países que concluíram com sucesso o processo de graduação. Em 1994, foi o caso do Botswana, apenas três anos depois de atingir os critérios pela primeira vez. Em 2007 Cabo Verde tornou-se no segundo país a graduar-se desta categoria, tendo sido seguido pelas Maldivas em 2011. Em 2014, foi a vez de Samoa deixar o grupo dos PMA e integrar a lista dos países em desenvolvimento (UNDESA, 2019c).

A graduação destes quatro primeiros países só foi possível pelo facto de terem alcançado os valores de referência em termos dos critérios do rendimento, medido pelo RNB *per capita*, e do Índice de Desenvolvimento Humano (no caso do Botswana, em 1994, este era ainda designado como Índice de Qualidade de Vida Física Aumentada, uma vez que o IDH apenas surgiu em 2002). Nenhum desses países alcançou os valores estabelecidos ao nível do IVE. Já o mais recente país a graduar-se – a Guiné Equatorial, em 2017 – fê-lo segundo a regra do critério do rendimento (UNDESA, 2019c; UNCTAD, 2016).

Na IV Conferência dos Países Menos Avançados da ONU, realizada em 2011, foi adotado o Programa de Ação de Istambul, a ser implementado pelos Países Menos Avançados e pelos parceiros de desenvolvimento, com o objetivo de reforçar as capacidades sociais e económicas dos países mais pobres do mundo (Basnett, Keane e Velde, 2014).

Entre vários objetivos, metas e o desenho de novas medidas de apoio, uma das declarações que marcou o Programa de Istambul foi o compromisso de que até 2020 metade dos Países Menos Avançados atingissem os critérios de graduação. Apesar de este objetivo ter ficado aquém de ser alcançado, criou um precedente importante, assinalando uma mudança de atitude em relação à graduação, não só por parte da organização como dos próprios países, que passaram a encarar a graduação não tanto como uma ameaça, mas sim como uma nova fase no percurso do desenvolvimento (Drabo e Guillaumont, 2018).

Desta forma, a graduação constitui um marco importante no percurso de desenvolvimento de um PMA, representando a transição desse estatuto para a condição de país em desenvolvimento. No entanto importa enfatizar que a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia, ainda que possa continuar a usufruir destas durante algum tempo após a graduação (UNCTAD, 2016).

2.3. A APD e o seu impacto na graduação

A dependência externa constitui uma das características dos PMA. Essa dependência evidencia-se pelo grande peso que têm as transferências externas na economia desses países sob a forma de APD, e decorre sobretudo em relação à assistência dos parceiros de desenvolvimento (quer bilaterais, quer multilaterais), incluindo em muitos casos, as remessas dos emigrantes. A dependência dos PMA tende a assumir contornos ainda mais gravosos porque importam grande parte dos produtos estratégicos que consomem, caso dos alimentos e da energia, mas também pelo facto de grande parte das suas exportações e importações estarem direcionadas para um único parceiro comercial, geralmente a antiga potência colonial (Barbosa, 2001; Santos, 2012; Brito, 2015, Sousa, 2020).

Importa recordar que a APD foi um produto dos pós – II Guerra Mundial e da nova ordem internacional que foi sendo criada com as independências de vários países da Ásia e da África. Ela emerge no cenário internacional após a segunda metade do século XX quando as Nações Unidas, em reação ao problema do subdesenvolvimento que afeta parte substancial do planeta, sobretudo na África, consideraram a década de 1960 como a primeira década destinada ao desenvolvimento. A APD é, habitualmente, vista como um subproduto da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) que inclui, naturalmente, a transferência de recursos de um país para o outro com o intuito de promover o desenvolvimento do país recetor (Monteiro, 1997).

As principais regras do conceito da APD foram definidas logo no final dos anos de 1960, na sequência da criação do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1961 (Fortes, 2020). De acordo com este Comité a APD é o conjunto de recursos – sejam créditos, donativos

ou transações de capital – disponibilizados pelos chamados Países Doadores ou Organizações Internacionais aos Países e Territórios em Desenvolvimento, através de organismos públicos a nível local, central ou agências, com o objetivo de promover a melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social e a promoção dos direitos humanos desses países. A APD pode ser canalizada para os países de destino de forma bilateral (ajuda direta a um programa ou a um país) ou de forma multilateral (contribuições para orçamentos de organizações internacionais). O conceito da APD tornou-se imprescindível na medição e avaliação do contributo que os países mais desenvolvidos dão para apoiar o desenvolvimento dos países recetores da ajuda (Fortes, 2020).

Segundo esta autora, entre os critérios desta definição estão (i) a exigência de que esses fluxos contribuam para o desenvolvimento económico e bem-estar dos países recetores da ajuda; (ii) que efetivamente se destinem maioritariamente aos PMA que constam da lista elaborada pelo CAD; e que (iii) essa transferência de recursos seja efetuada por via de donativo ou de empréstimos com um carácter concessional, possuindo um elemento de doação de pelo menos 25%. A composição da APD inclui apenas os fundos canalizados pelo setor público, não inclui toda a diversidade de outros fluxos, como por exemplo os fluxos privados ou donativos através de Organizações não Governamentais (ONG).

Ao longo das várias décadas, foram assumidos a nível internacional compromissos de aumento da APD, o principal dos quais assume o objetivo de cada doador conceder 0,7% do seu PIB à APD destinada aos PMA. Apesar deste compromisso datar dos anos 1970, apenas na década de 2000, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a assinatura do Consenso de Monterrey em 2002, a meta foi reconhecida no seio das principais organizações internacionais e assumida pela generalidade dos países doadores. Em 2018, apenas cinco países, nomeadamente: Suécia, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca e Reino Unido cumpriram o objetivo estabelecido pela ONU e concederam 0,7% do PIB à APD (OCDE).

O próprio CAD implementou algumas medidas que favorecem exclusivamente os países menos avançados em detrimento de outros países em desenvolvimento, como por exemplo o emprego de diferentes taxas de desconto. Esta diferença implica que os empréstimos destinados a PMA sejam registados como APD e não como um “simples” empréstimo ainda que concedido nas mesmas condições, o que incentiva os doadores a alocar uma maior parte do financiamento aos PMA uma vez que isso pode ser-lhes mais benéfico em termos da avaliação do seu esforço para atingir as metas da ajuda.

Por esta razão a APD representa uma fatia muito importante do financiamento dos PMA, incluindo tanto a ajuda financeira como a cooperação técnica e pode ser disponibilizada quer de forma bilateral (de doador para recetor), quer multilateralmente, através de organizações internacionais como a ONU. A maioria dos países doadores comprometeu-se a doar entre 0,15 e 2% do seu Rendimento Nacional Bruto em Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinado exclusivamente aos PMA, sendo que, individualmente, alguns países e algumas organizações se comprometeram a envidar esforços adicionais em termos de alocação de fundos APD (Simoni, 2019; UNDESA, 2018).

Existem ainda certas formas de apoio aos PMA que não se revestem da forma de ajuda financeira, cooperação técnica ou vantagens comerciais, visando sobretudo contribuir para integrar os países na comunidade internacional, não deixando que a sua falta de recursos os impeça de estar presentes. Nesse sentido, por exemplo, algumas organizações internacionais e países doadores compartilham os custos de viagens para determinados fóruns e reuniões e apoiam a formação e qualificação de negociadores. Dentro das diversas organizações internacionais há limitações no pagamento das quotas obrigatórias para os países desta categoria e uma grande flexibilidade no que diz respeito às suas contribuições (Lenzi, 2017; Fortes, 2020).

Com efeito, STP enquanto um PMA é também fortemente dependente da APD, pois o seu rendimento nacional não cobre as suas despesas públicas inevitáveis.

De acordo com o Programa Indicativo de Cooperação Portuguesa (PIC) de 2016, a APD à STP representa mais do dobro da média da África subsaariana, sendo este um dos países menos avançados (PMA) que mais recebeu, em termos de APD *per capita* (uma média de cerca de 223 USD/hab. /ano), entre 1996 e 2018.

Tabela 1: APD de STP – Doadores - Milhões de USD (2009 - 2021)

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
31	49	72	49	52	39	nd	nd	20,4	18	39	20	43	51

Fonte: INE STP (2021)

Com base em dados recolhidos do ENRP II (2012), constata-se que a APD representa em média 80% a 90% do volume anual do programa de investimentos públicos (PIP) e vem-se

constatando nos últimos anos uma diminuição dos recursos da ajuda externa para o financiamento das ações de redução da pobreza.

Na perspectiva do FMI (2011), STP ainda apresenta um alto risco de sobre-endividamento, não obstante o substancial alívio da dívida recebido, alegando que o país é muito vulnerável a choques externos devido à sua base de exportação limitada e forte dependência das importações e do financiamento externo. Para aliviar o risco de sobre-endividamento, a missão do FMI recomendou às autoridades são-tomenses que recorressem sobretudo aos donativos para financiar o seu programa de desenvolvimento, acelerando as reformas para melhorar o desempenho institucional e as políticas (inclusive no que respeita à gestão da dívida) e continuassem a baixar os custos das atividades comerciais, de modo a ampliar as perspectivas de crescimento sustentado do setor não petrolífero.

Para melhor se compreender os efeitos da graduação, segundo Fortes (2020) torna-se necessário examinar, com mais detalhe, as mudanças que ocorrem como resultado do processo de graduação. Segundo esta autora, no caso da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que tem uma elevada importância para muitos países, verifica-se que a redução na alocação de APD após a perda do estatuto de PMA pode ser significativa ou não. Apesar dos compromissos dos doadores relativamente ao estabelecimento de metas específicas de alocação de APD para os PMA, este estatuto não é o principal critério que preside às decisões de alocação dos fundos. Assim, a assistência técnica e financeira a estes países sob a forma de APD prossegue mesmo após a graduação, embora nalguns casos o volume e as condições dessa assistência possam sofrer algumas alterações: por exemplo, os países doadores podem optar por conceder mais empréstimos concessionais e menos donativos, ou eventualmente aumentar as taxas de juros o que para países como São Tomé e Príncipe o impacto poderá ser muito negativo para a economia do país.

Entretanto, ainda que a graduação possa acarretar custos elevados, para alguns países, em termos de alterações das condições de concessionalidade e taxas de juros da APD, o mesmo não sucede relativamente aos fluxos privados, incluindo o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), para aqueles países que conseguem criar incentivos para atrair o IDE. Relativamente a estes tipos de fluxos financeiros, a graduação pode até ter efeitos positivos, na medida em que o ganho reputacional associado à graduação pode aumentar a capacidade de atração de fluxos financeiros privados por parte do país, atenuando assim a perda de algum tipo de benefício (UNCTAD, 2016). Entretanto para o caso de STP onde a captação de investimentos constitui ainda um desafio as consequências podem ser muito negativas.

2.4. Impactos da graduação: os custos e os benefícios (desafios) do período pós-graduação

É provável (expectável) que algumas medidas de apoios especiais que são destinados aos PMA sejam perdidas gradualmente e essa perda tem implicações para a economia do país, sendo por isso de vital importância que o desenho da estratégia de desenvolvimento tenha em conta estas perdas para evitar choques abruptos na economia (UNCTAD, 2016).

A graduação é um processo que foi desenhado para ser iniciado exclusivamente quando o país estivesse devidamente preparado para o efeito. Por isso o processo de graduação pode causar alguma apreensão aos governos dos Países Menos Avançados. Para o efeito é definida uma estratégia de graduação, em conjunto com a ONU, para que a transição ocorra o mais tranquilamente possível, de modo a não ter um impacto negativo sobre a trajetória de desenvolvimento prosseguida até então pelo país (UNCTAD, 2016).

De notar que ao desenhar uma estratégia de graduação o país tem a possibilidade de estabelecer um mecanismo consultivo que o ajude na preparação da transição e nas negociações com os parceiros de desenvolvimento. A ONU está preparada para auxiliar e cooperar com o país ao longo do processo, e o país tem a oportunidade de submeter à organização relatórios anuais sobre o seu progresso (UNDESA, 2019d).

Segundo UNDESA (2018) e Simoni (2019) o processo de graduação tem uma duração de sensivelmente, seis anos. Durante este período de tempo, o governo do país em questão, em conjunto com os parceiros de desenvolvimento, prepara a saída da categoria e elabora uma estratégia nacional de graduação. Para que o processo de graduação não prejudique os progressos alcançados, o conjunto dos PMA e os parceiros de desenvolvimento chegaram a acordo sobre a necessidade de adotar medidas que acompanhem os países no decurso do período de transição. Estas medidas, conhecidas como medidas de transição suave, servem para acompanhar os países no processo de graduação de maneira a que este ocorra de forma gradual e que as mudanças decorrentes da perda dos benefícios não sejam abruptas. Importa salientar que foi com a implementação do Programa de Ação de Istambul que a iniciativa da transição suave (*smooth transition*) começou a ser implementada nos países menos avançados (Fortes, 2020; Simoni, 2019; CDP, 2012a).

De recordar que as medidas de transição suave são implementadas após a efetivação da graduação e são específicas para cada país, visando responder às vulnerabilidades e desafios específicos de cada país graduado. Essas medidas têm em consideração os desafios e impactos que acontecem após a graduação e visam mitigar os efeitos da remoção das medidas de apoio especiais de que beneficiam os PMA. As mesmas foram criadas com o objetivo de ajudar os países a adaptarem-se ao seu novo estatuto e de apoiar a sua trajetória de desenvolvimento com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 (Simoni, 2019). Segundo esta autora, quando um país se gradua, o CPD continua a acompanhar e a avaliar a sua trajetória de desenvolvimento durante alguns anos.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o país deixa de ter acesso a alguns dos benefícios da categoria de PMA, outros, especialmente nos domínios do comércio e do financiamento para o desenvolvimento, não são interrompidos na totalidade, sendo objeto de negociação entre o governo e os parceiros de desenvolvimento e eliminados de forma mais gradual, ao longo de períodos pré-definidos (UNCTAD, 2016, Simoni, 2019).

No entanto é provável (expectável) que algumas medidas de apoios especiais que são destinados aos PMA sejam perdidas gradualmente e essa perda tem implicações para a economia do país, sendo por isso de vital importância que o desenho da estratégia de desenvolvimento tenha em conta estas perdas para evitar choques abruptos na economia. Para tal, são cruciais a monitorização por parte do CPD e os estudos feitos previamente, como é o caso do Perfil de Vulnerabilidade e da Avaliação Ex-ante (UNCTAD, 2016).

Uma das áreas em que os PMA têm mais benefícios decorrentes da sua condição é ao nível do comércio internacional. Neste domínio, a implicação mais evidente da graduação é o risco de perda de acesso preferencial a mercados ao abrigo de esquemas específicos negociados para beneficiar os países desta categoria, como é o caso da iniciativa Tudo Menos Armas, da União Europeia. No caso desta iniciativa, a União Europeia adotou uma medida de transição ao abrigo da qual os países podem continuar a usufruir do mesmo acesso preferencial durante um período de três anos após a saída da categoria (*General Assembly*, 2018). Esta situação não traz grandes benefícios para STP tendo em conta a reduzida participação do país no mercado internacional.

Segundo Simoni (2019) e Fortes (2020), a graduação implica em princípio o fim da elegibilidade para os programas de acesso comercial preferencial, sem que as exportações dos

países em questão beneficiem do “tratamento da nação mais favorecida a não ser que, como medida de transição, tenham assinado acordos bilaterais e/ou regionais com os seus parceiros comerciais. De notar que esta forma de tratamento, acordada pelos países da Organização Mundial do Comércio, estabelece que em trocas comerciais não haja discriminação entre parceiros, ou seja, as vantagens comerciais deverão ser iguais para ambas as partes (WTO, 2019).

O tratamento preferencial atribuído aos PMA pela Organização Mundial do Comércio cessa normalmente com a graduação, mas existe a possibilidade de negociar acordos especiais com os Estados-membros em áreas nas quais o recém-graduado considere que não está preparado para abdicar das medidas de apoio especiais. Assim, para beneficiarem de períodos especiais de transição ou apoio técnico após a graduação, os interessados devem requerer a extensão de tempo a todos os membros da OMC, que juntos deliberam sobre o assunto (Fortes, (2020); Simoni, (2019); *General Assembly*, (2018).

Entretanto, existem diversas outras medidas de apoio aos PMA com especial destaque para os programas desenvolvidos pelo Fundo de Desenvolvimento de Capital da ONU que, após a graduação, podem continuar a financiar projetos durante um período de três anos. Caso estes projetos estejam a ter impactos relevantes para o país em questão, o financiamento pode estender-se por um período adicional de mais dois anos, embora neste caso os custos devam ser suportados em parte pelo governo do país ou por outro parceiro de desenvolvimento (UNDESA, 2018). Relativamente à comparticipação dos custos da participação de representantes dos Países Menos Avançados em reuniões de alto nível, cimeiras e outros eventos internacionais, o apoio pode estender-se até três anos após a graduação se solicitado pelo país recém-graduado (CDP, 2012a).

De igual modo importa esclarecer que o processo de inclusão e o processo de graduação da categoria de PMA são diferentes na sua génese. Segundo Simoni (2019) e (UNDESA, 2019b) existe uma assimetria explícita que divide opiniões e que foi estabelecida em 1991, ano em que foi criada a possibilidade de graduação da categoria. As principais diferenças dizem respeito a diferentes fases dos dois processos: Os valores considerados em cada critério (RNB, IDH, IVE) para a inclusão e graduação são distintos. Por exemplo, para o caso do critério do Rendimento Nacional Bruto, para ser incluído na categoria, o país tem de ter um RNB de US\$1025, já para se graduar é calculado 20% do limite para a inclusão, ou seja US\$1230. Para a inclusão do indicador do Índice do Desenvolvimento ou de Capital Humano é necessário pontuar 60,

enquanto que para se graduar o país deve alcançar 10% deste valor, impondo o limite em 66. No Índice de Vulnerabilidade Económica para ser incluído o país deve pontuar 36, para se graduar deve alcançar menos 10% do valor, atingindo um limite de no máximo 32 pontos (UNDESA, 2019b).

Por outro lado, um país só pode ser recomendado para graduação após duas revisões trienais, enquanto que a inclusão pode ter imediatamente lugar caso o país cumpra pela primeira vez os critérios, se for essa a vontade do país em questão (Bhattacharya e Borgatti, 2012). A eventual redução do nível de exigência dos critérios de graduação faria com que nos próximos cinco anos houvesse um número maior de países com possibilidades de se graduarem. Porém, segundo os referidos autores, seriam também em maior número os países que, após terem deixado a categoria, poderiam ter de voltar a entrar. É um facto que estes dois processos são díspares, mas esta é uma diferença propositada, introduzida para proteger os países e os seus percursos de desenvolvimento. Ao estabelecer-se critérios mais rigorosos para a graduação e prolongar-se esse processo no tempo, reduz-se a instabilidade e evita-se que a categoria sofra oscilações, que não seriam benéficas nem para os países em questão nem para os outros países pertencentes à categoria (Guillaumont, 2018).

Esta ideia é apoiada pelo facto de, após revisões sucessivas, muitos países continuam a não atingir os critérios estabelecidos. De igual modo, em termos de reputação e imagem para os parceiros de desenvolvimento é muito positivo que a categoria seja estável e que permita aos governos dos países em questão consolidarem os seus processos de desenvolvimento de modo a só se graduarem quando efetivamente estão preparados para essa nova etapa (Simoni, 2019, Drabo e Guillaumont, 2018).

Podemos assim concluir que o risco de reversão de categoria é muito pequeno, não só porque nenhum dos cinco países graduados até agora teve de ser reintegrado na categoria, como principalmente porque a estrutura dos processos de inclusão como de graduação pretende precisamente minimizar esse risco. Há outros fatores que influenciam e condicionam o percurso de cada país, muitos dos quais são externos. É o caso das dinâmicas do sistema internacional, que mesmo que não digam diretamente respeito aos Países Menos Avançados acabam por afetá-los indiretamente, nomeadamente como resultado da elevada fragilidade destes países. Por exemplo, muitos PMA ressentiram-se fortemente da crise financeira de subprime de 2007-08, sobretudo ao nível do comércio internacional, questão muito importante para a economia dos países desta categoria (Fortes, 2020; Kawamura, 2014).

Os Países Menos Avançados são também especialmente vulneráveis a choques exógenos, particularmente devido às alterações climáticas, que têm um impacto muito grande nestes países. Apesar de externas, estas ameaças requerem da parte dos governos dos PMA uma grande capacidade de gestão e adaptação às circunstâncias a fim de definir respostas adequadas em conjunto com a comunidade internacional (Simoni,2019). Por isso as medidas de apoio especiais conferidas aos PMA servem para que o país invista em soluções com vista a diminuir as desvantagens de determinados setores que contribuem para a sua vulnerabilidade. Quando o país se gradua, espera-se que já não haja tanta necessidade de investir nesses setores, uma vez que as desvantagens em questão foram em parte ultrapassadas e a necessidade desse tipo de apoios especiais passou a ser menos evidente. Dito de outra forma, a questão não é tanto que os apoios cessem para os países graduados; o tipo de apoios de que estes necessitam é que se altera (CDP, 2012a).

A preparação para o processo de graduação deve incluir a consideração cuidadosa dos fatores que influenciam e constroem a trajetória de desenvolvimento de cada país, para o efeito, Simone (2019) aconselha que todos os fatores devem ser muito bem vistos e estudados, mas relativamente ao setor comercial, a perda de benefícios destes e as oscilações entre mercados deve ter uma atenção especial. Segundo esta autora, as negociações bilaterais para a extensão de prazos antes da perda de benefícios, sobretudo no setor do comércio, são muito importantes e devem ser planeadas com antecedência, para que produzam os resultados desejados.

Um dos principais receios dos Países Menos Avançados, e da perspetiva veiculada em alguma bibliografia, é que a perda dos benefícios específicos para os PMA ocorra de forma súbita como consequência da sua saída da categoria, com graves repercussões. Contudo, as perdas de benefícios que estes países enfrentam, são de forma progressiva, havendo ainda a possibilidade de os países graduados recorrerem a medidas de apoio não específicas, como por exemplo, diferentes janelas de financiamento (UNCTAD, 2016).

Capítulo III - Enquadramento metodológico

Para a elaboração deste estudo recorreremos a dois métodos de pesquisa, nomeadamente o estudo de caso e o método histórico tendo utilizado como técnicas de recolha de dados a análise documental, inquérito por questionário, observação participante combinando, para o efeito,

avaliações de cunho quantitativo e qualitativo que são consideradas por muitos autores como complementares. De igual modo, procedemos ao processamento das informações recolhidas e compiladas e à produção do relatório de pesquisa.

- **Análise documental de fontes primárias e secundárias**

Uma vez definido o nosso objeto de estudo, procedemos à revisão da literatura com vista à obtenção de informações para o nosso estudo. Iniciamos a preparação do mesmo com uma pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, visando contextualizar o tema em estudo. Esta pesquisa foi feita através da consulta e identificação de livros, teses, estudos, relatórios e sítios eletrónicos com o fito de trabalhar com as principais teorias e autores que abordam esta temática tal como sugere Garcia *et al* (2011).

Apesar de existirem poucos estudos sobre esta temática, a pesquisa bibliográfica permitiu-nos conhecer alguns dos escritos sobre esta matéria, desde relatórios, legislação, projetos relevantes para o efeito, estudos, publicações, livros, artigos de revistas, jornais, folhas noticiosas e relatórios de consultoria, o que possibilitou o reconhecimento dos aspetos relevantes sobre o tema em estudo. De igual modo, compilamos os dados estatísticos sobre a evolução da economia santomense, bem como os de outros países que já passaram pelo processo de graduação, e que serviram de base para efeitos de comparação, nomeadamente: Botswana, Cabo Verde, Maldivas, Samoa e Guiné Equatorial.

Ao longo de todo o trabalho procuramos obter informação o mais atualizada possível, através de pesquisas frequentes aos *sites* sobre essas temáticas. Dada a natureza da questão objeto de investigação e dos objetivos do presente trabalho, procedemos à análise documental, desde as orientações de nível internacional até aos planos estratégicos nacionais. No que concerne ao trabalho empírico, a recolha de dados foi feita através da realização de um inquérito por questionário a uma amostra não probabilística.

Procedemos, de igual modo, a análise do inquérito por questionário conforme recomendam Quivy e Campenhoudt (1992), procurando enquadrar estas informações à luz das considerações teóricas recolhidas. Atendendo a que se trata de um estudo de caso e tendo de igual modo em conta a possível exiguidade da literatura e informação disponível sobre esta matéria, o método qualitativo foi utilizado como recurso para colocar questões aos sujeitos e

atores locais em diferentes perspetivas e fundamentar (através da documentação) práticas locais ou contextualizadas. Importa salientar que os autores Fortes (2020) e Hill e Hill (2008) defendem a pesquisa qualitativa como um meio que busca verificar um fenómeno por meio de observação e oferece melhor compreensão do problema, pois esta explora com poucas noções preconcebidas o resultado da investigação em causa.

- **Inquérito por questionário**

Com vista a encontrar-se resposta à questão de investigação e aos objetivos do presente trabalho, e tendo em conta os poucos recursos disponíveis e a natureza das informações a obter, optamos pela realização de inquérito por questionário. O questionário foi enviado por e-mail às pessoas selecionadas para o efeito tendo as respostas sido recebidas pela mesma via. Para o efeito utilizamos uma amostra com um total de 60 pessoas dentre as quais 25 quadros do Banco Central, 10 quadros são-tomenses fora do Banco Central, 5 parceiros bi e multilaterais, 5 quadros da diáspora e 15 pessoas da sociedade civil incluindo representantes do setor privado. O questionário utilizado para o efeito encontra-se no anexo I deste estudo. Das correspondências enviadas obtivemos 80% de resposta.

IV - O processo de graduação de STP

4.1. STP e os critérios de graduação: O país está em condições para se graduar em 2024?

...as perspetivas globais para o ano de 2023 sugerem um ano particularmente difícil, mormente no domínio da alimentação, da energia e da ajuda pública ao desenvolvimento, com todas as consequências para a segurança alimentar e nutricional (Programa do XVIIIº Governo, 2022).

De acordo com as autoridades são-tomenses, através do Ministério das Finanças e Economia Azul (2018), a recomendação para graduar São Tomé e Príncipe foi considerada pela primeira vez em 2015 e assentou principalmente nos progressos alcançados no rendimento *per capita* e no Índice de Desenvolvimento Humano, considerados suficientes para satisfazer os critérios de elegibilidade, apesar do incumprimento no Índice de Vulnerabilidade Económica.

Importa recordar que vulnerabilidades e entraves estruturais são característicos de uma economia pouco diversificada, exposta à alta volatilidade do comércio e fortemente dependente

de fatores externos. O próprio turismo como atividade económica comporta múltiplas vulnerabilidades. A pandemia da COVID-19 ilustrou bem as vulnerabilidades da indústria turística, tendo contribuído para uma drástica redução do fluxo turístico em STP.

Ainda de acordo com o Ministério das Finanças (2018), em 2015, o Governo de São Tomé e Príncipe enveredou pela implementação de uma Agenda de Transformação visando, no horizonte 2030, colocar o país na via da emergência económica, assente numa economia de mercado e inserida na economia global, através de reformas do ambiente de negócio, diversificação da economia, modernização das infraestruturas e transformação do país numa plataforma de serviços para os países do Golfo da Guiné e, por essa via prosseguir na senda de redução da pobreza. O primeiro plano quinquenal que consolida estes objetivos para o período 2017-2021, elaborado em 2017, perspetivava promover um crescimento mais inclusivo e sustentável, suscetível de reduzir a pobreza e criar emprego; aumentar investimento nas infraestruturas e no capital humano, consolidar reformas estruturais, a boa governação e a proteção do ambiente

Com uma economia altamente vulnerável a choques exógenos, e muito dependente de ajuda externa, as autoridades são-tomenses solicitaram um período de transição prolongado de seis anos que foi concedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas ao invés dos três anos padrão, de forma a dar ao Governo oportunidade de implementar as reformas internas necessárias e alinhar a sua estratégia de transição com o seu plano nacional de desenvolvimento, tal como se pode ler no relatório do Ministério das Finanças elaborado em 2018 que citamos:

O Governo deve propor a comunidade internacional, a extensão por mais três anos, do período de transição para permitir concluir os projetos de desenvolvimento, mantendo os empréstimos concessionais, de forma a acelerar o ritmo de modernização das infraestruturas, saneamento, água energia e estrada (M. Finanças e Economia Azul, 2018).

Importa frisar que esse período de seis anos solicitado pelas autoridades santomenses conhecerá o seu término em 2024 com a efetiva Graduação de STP à categoria de país de Rendimento Médio.

De salientar que de 2015 até a presente a situação económica e social conheceu níveis consideráveis de degradação tal como reconhece o XVIIIº Governo Constitucional no seu

Programa (2022) quando diz que a observação da realidade e os dados disponíveis revelam uma degradação assustadora das condições económicas e sociais de São Tomé e Príncipe nos últimos anos, tendo agravado a pobreza extrema e a fome. Embora pouco integrado nos mercados financeiros internacionais, São Tomé e Príncipe não deixa de fazer parte de um mundo globalizado e deve estar atento aos sinais de novos tempos. Neste quadro, as perspetivas globais para o ano de 2023 sugerem um ano particularmente difícil, mormente no domínio da alimentação, da energia e da ajuda pública ao desenvolvimento, com todas as consequências para a segurança alimentar e nutricional (XVIIIº Governo, 2022).

Ainda de acordo com o referido governo, as estimativas do FMI em conjunto com as autoridades nacionais apontam para a redução significativa de donativos para o financiamento de projetos de investimentos a partir de 2024. Todavia, os últimos acontecimentos na arena mundial levam as autoridades a serem mais conservadoras e realistas, o que pressupõe assumir que os donativos poderão se reduzir já a partir de 2023.

Nesta perspetiva o governo considera que as reformas que aumentam a credibilidade e a transparência orçamental são importantes para passar a confiança aos parceiros oficiais de desenvolvimento e facilitar o engajamento e o desembolso de donativos e empréstimos concessionais para o financiamento de um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Segundo o governo, estas reformas têm também uma relevância maior no sentido de permitir criar espaço fiscal do lado das receitas e do lado das despesas para facilitar a estabilidade macroeconómica através da implementação de políticas contra cíclicas, pelo que propõe implementar uma série de medidas para mitigar os riscos macroeconómicos na execução do seu Programa.

Ao efetivar-se, a graduação colocará São Tomé e Príncipe no grupo restrito de países que, ao longo das cinco décadas desse processo, conseguiu transitar com sucesso de país de baixo rendimento, baseado fundamentalmente numa economia de reciclagem da ajuda pública internacional, para um país de rendimento médio, que tende para um desenvolvimento auto-sustentado. Não obstante apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano e PIB adequados, persistem um conjunto de vulnerabilidades conjunturais e estruturais decorrentes da sua condição de Pequeno Estado Insular, sujeito a desafios de desenvolvimento que derivam de fatores tais como isolamento relativo, mercado de pequena dimensão, recursos e base de exportações limitados, suscetibilidade a choques económicos externos e vulnerabilidade aos

efeitos de alterações climáticas. O incumprimento do último critério é, por este motivo, bastante elucidativo, razão pela qual o Estado são-tomense ainda depende muito do capital externo para financiar o seu desenvolvimento.

Perante a conjuntura internacional marcada pela Pandemia da Covid-19, a guerra Rússia/Ucrânia associada à conjuntura nacional marcada por diversas catástrofes naturais com impactos extremamente negativos para a economia são-tomense, o que se questiona é de saber se o país estará em condições para efetivamente graduar-se da categoria de PMA para o patamar de país de Rendimento Médio em 2024?

Relativamente aos efeitos da pandemia da Covid 19 o XVIIIº Governo disse no seu Programa o seguinte:

Após a pandemia da COVID-19 com todo seu cortejo de efeitos colaterais que continuam ainda por debelar na melhoria do bem-estar das populações, sobretudo, as mais vulneráveis, eis que no contexto internacional nos deparamos com a guerra na Ucrânia e os seus efeitos exógenos na subida exponencial do preço dos derivados do petróleo e dos produtos alimentares (Programa do XVIIIº governo, 2022: pág. 2)

Ainda segundo o referido governo, sendo São Tomé e Príncipe o importador líquido destas duas categorias de produtos, e tendo em conta o seu impacto no Índice de Preços no Consumidor e na conseqüente subida dos níveis gerais de preços que funciona como uma espécie de imposto regressivo para as famílias mais vulneráveis, definindo como objetivo do seu Programa atingir o equilíbrio nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e ambiental.

De igual modo o XVIIIº Governo considera que do ponto de vista macroeconómico, os riscos são enormes para se atingir o crescimento económico que permite alcançar os mínimos que garantem oportunidades de rendimento para subsistência das famílias e a segurança alimentar. Numa perspetiva dos próximos 4 anos, o objetivo do Governo visa não só conseguir donativos e créditos concessionais para mitigar estes efeitos exógenos para garantir o bem-estar das populações, como também criar espaço fiscal para implementar políticas orçamentais contra cíclicas que garantam a estabilidade macroeconómica num contexto de choque de preços de produtos com grande ponderação no cabaz de consumo das famílias são-tomenses.

Para o referido Governo (2022) a gravidade da situação legitima a introdução de um plano de emergência para, sobretudo, melhorar o poder de compra das famílias e gerar um sentimento de segurança alimentar, particularmente entre as populações mais vulneráveis.

Perante este cenário tão sombrio revelado pelo XVIIIº Governo no seu programa e considerando que escassos meses nos separam do ano de 2024 para a efetivação da graduação de STP com todas as consequências que advém desta decisão será mais prudente, tal como propõem vários entrevistados, solicitar a Assembleia Geral das Nações Unidas a prorrogação do período de transição de, no mínimo, mais três anos ou seja até 2027, de modo a permitir que o país possa criar melhores condições com vista a sua efetiva graduação.

4.2. Breve caracterização da economia de STP

A realidade do país é hoje chocante e desoladora, resultado, não só de uma profunda degradação das condições vida e bem-estar das populações, mas igualmente das infraestruturas básicas, de produção económica, de prestação de serviços e de uma acentuada decadência moral e ética (Programa do XVIIIº Governo Constitucional, 2022: pág. 1).

São Tomé e Príncipe é uma pequena economia insular, com cerca de 215 mil habitantes, dos quais cerca de um terço vive em extrema pobreza. À semelhança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), a economia são-tomense, é fortemente penalizada pela insularidade, pela escassez de recursos naturais e pela fraca capacidade de absorção. O País é fortemente vulnerável aos choques exógenos e dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia mais de 97% das despesas de investimento.

A economia de STP é essencialmente agrária. No período da independência em 1975 a agricultura representou 80% do PIB, seguida de serviços com 10%, com os restantes (10%) provenientes da produção em pequena escala, incluindo a produção de sabão e óleo de palma (AFDB, 2018). Quase cinquenta anos depois, a estrutura económica do país transformou-se numa economia baseada em serviços (73% para o período 2017-2021), enquanto que a agricultura caiu para 13% no mesmo período, como se pode observar no quadro nº 1.

O setor económico é ainda vulnerável e pouco diversificado, e consiste essencialmente na produção e exportação do cacau que representa cerca de 90% das receitas das exportações totais, constituindo assim a principal fonte de divisa para o País (MPFEA, 2019).

Tabela 2: Distribuição setorial do PIB e do Emprego (2016-2021 em %)

Setores	1975	(2017-2021)	Emprego
Primário (Agricultura)	80	13	19
Secundário	10	14	18
Terciário	10	73	63

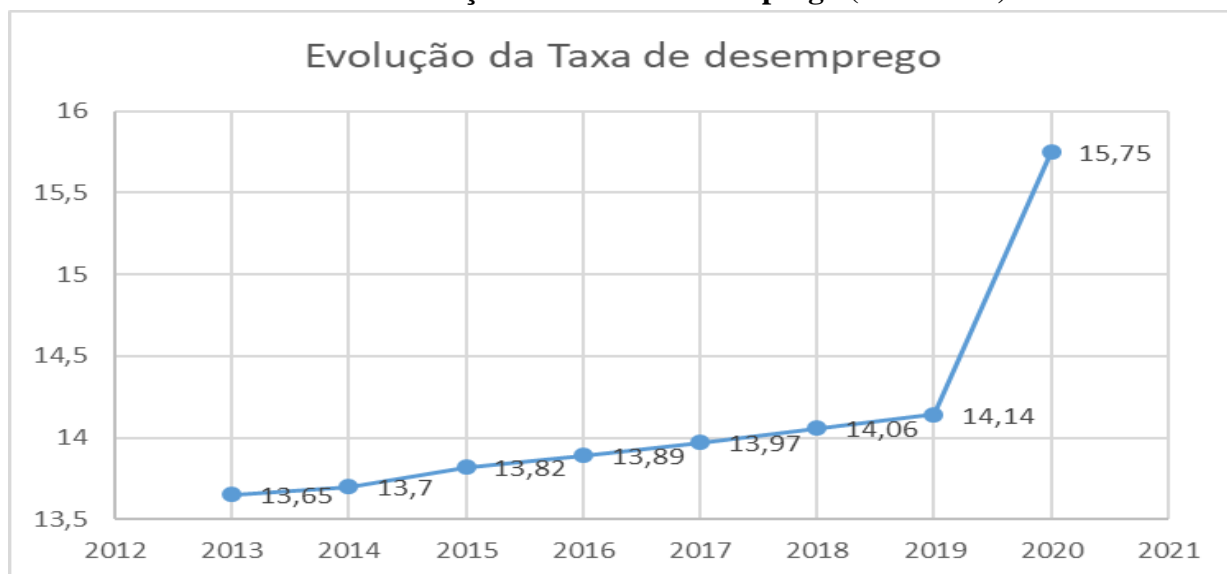
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Banco Mundial (2021)

De facto, os dados disponíveis evidenciam que o setor de serviços (setor terciário) é o mais dinâmico e o que mais emprego gera, embora não sendo suficiente para dar vazão à crescente pressão sobre a procura do emprego. Segundo os dados oficiais, o setor de comércio é aquele que tem maior peso no PIB e é também neste setor que o privado tem a sua maior expressão.

Com efeito, o setor terciário, amplamente informal, representa cerca de 73% do PIB enquanto que os setores primário e secundário contribuem, cada um, com 13% e 14% do PIB, respetivamente, segundo dados mais recentes. Relativamente ao emprego constata-se que o sector terciário é o que tem proporcionado mais empregos representando 63% da população ativa. Por outro lado, o sector primário representa 19% do emprego e o setor secundário emprega 18% da população ativa, como se pode observar na tabela nº2.

Entre 2010 e 2019, a taxa de desemprego definida pela OIT manteve-se estável, cerca de 14% da população ativa, em média, a nível nacional, incluindo 10 a 11% para os homens contra 20% para as mulheres. Esta taxa deteriorou-se desde 2020 tendo atingido cerca de 15,75% para os homens, como se pode observar no gráfico nº 4.

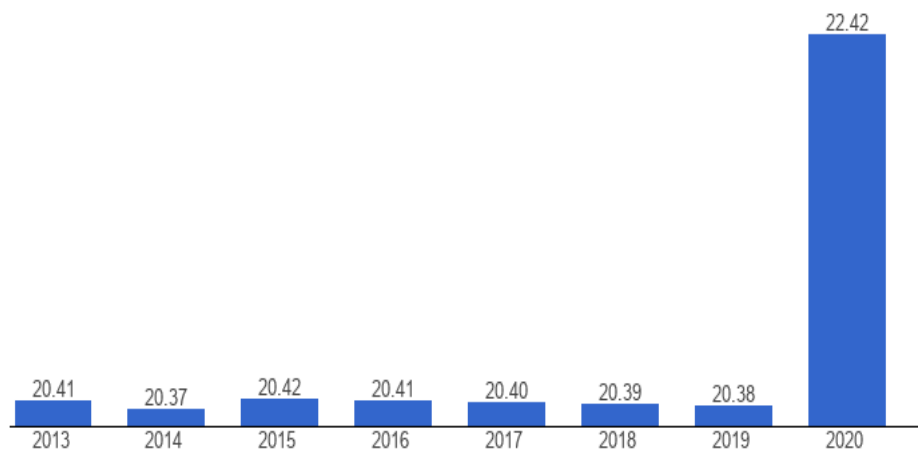
Gráfico 4: Evolução da Taxa de desemprego (2012-2021)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Banco Mundial (2021)

A taxa de desemprego feminino é ainda mais gritante tendo atingido a cifra de 22,4 em 2020 como se pode observar no gráfico nº 5.

Gráfico 5: Evolução da taxa de desemprego nas mulheres (2013 – 2020)



Fonte: Banco Mundial (2021)

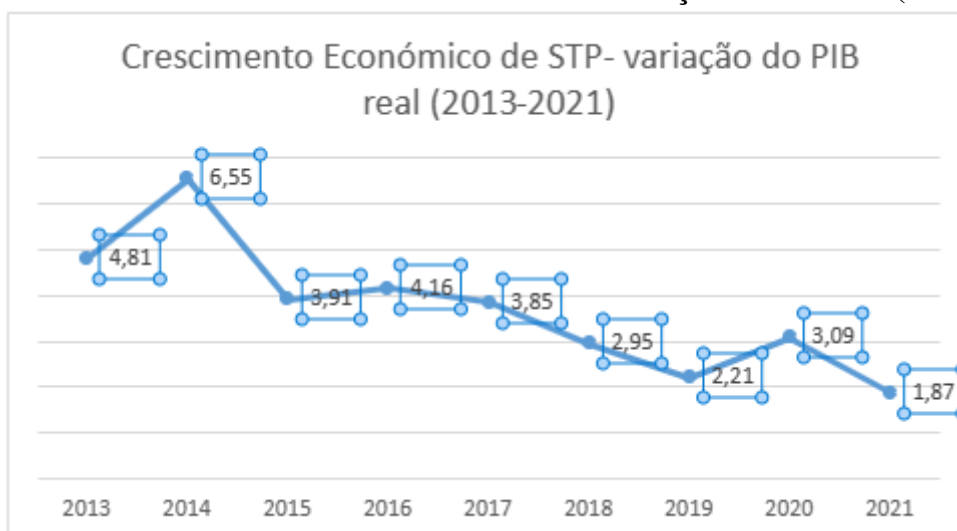
O turismo, a agricultura e a pesca de subsistência são os setores-chave da economia, sendo o turismo a principal componente de exportação de serviços, e atualmente, a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da diversidade cultural do País.

As principais exportações são produtos de cacau e serviços turísticos e o país importa alimentos, combustíveis e outros bens essenciais. Com fracas receitas orçamentais, os donativos continuam a constituir uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento económico e social do país. A produção obsoleta de eletricidade com base em combustíveis fósseis e empresas estatais de energia deficitárias dificulta o funcionamento eficaz da economia e gera desafios sociais. O reforço das instituições e o apoio às reformas dependem de grandes esforços de desenvolvimento de capacidades (FMI,2022).

Não há a menor dúvida de que o país está à beira de um colapso económico e social de consequências imprevisíveis, o que torna ainda mais complicada, onerosa e demorada as tarefas de recuperação que o governo entende empreender. (Programa do XVIIIº Governo Constitucional, 2022: pág. 1).

No período 2012-2016 (importa recordar que a decisão pela graduação de STP foi adotada em 2015), o crescimento foi relativamente forte, com uma taxa média anual de 3.91%, (como se pode observar no gráfico nº6), apoiado nomeadamente pelo aumento do investimento direto estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados pelos doadores e pela melhoria das receitas fiscais e do turismo.

Gráfico 6: Crescimento económico de STP- taxa de variação do PIB real (2013 – 2021)

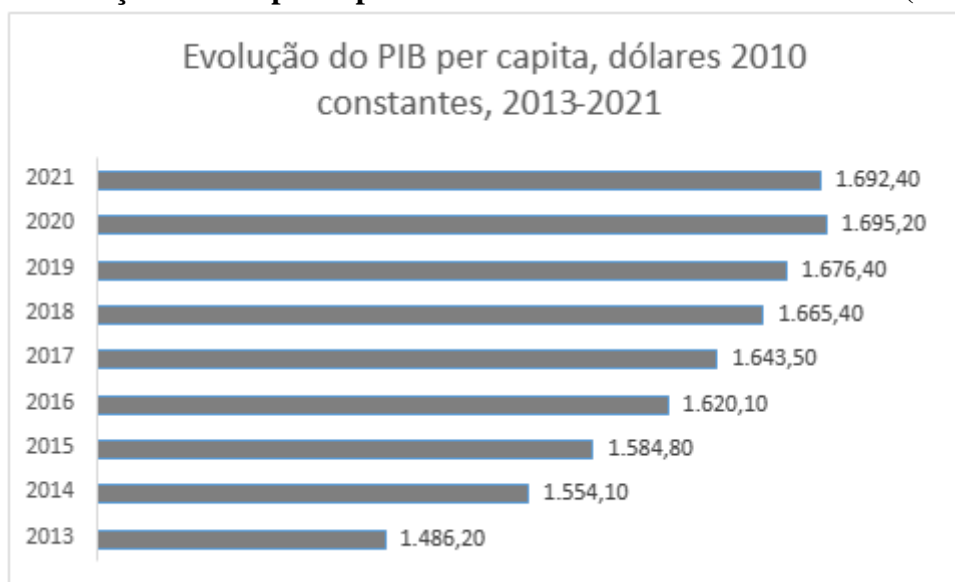


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

No entanto, devido, em grande medida, a choques exógenos, associados aos efeitos da pandemia e ao corte constante de energia a economia conheceu um certo abrandamento tendo a taxa de crescimento do PIB passado de 3% em 2020 para apenas 1,8% em 2021, contrariamente às projeções do FMI que apontavam que o crescimento do PIB oscilaria entre 5% e 9%, no período de 2015-2020.

O PIB *per capita* a preços constantes do ano de 2010 conheceu uma ligeira evolução com um valor médio na ordem de 1 400 USD, o valor mínimo na ordem de 1000 USD e o valor máximo que ascendeu a 1600 USD, segundo fontes do Banco Mundial. De recordar que aquando da decisão da graduação de STP em 2015 o PIB *per capita* rondava os 1584,8, como se pode observar no gráfico nº 7.

Gráfico 7: Evolução do PIB per capita de STP em dólares 2010 constantes (2013 – 2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

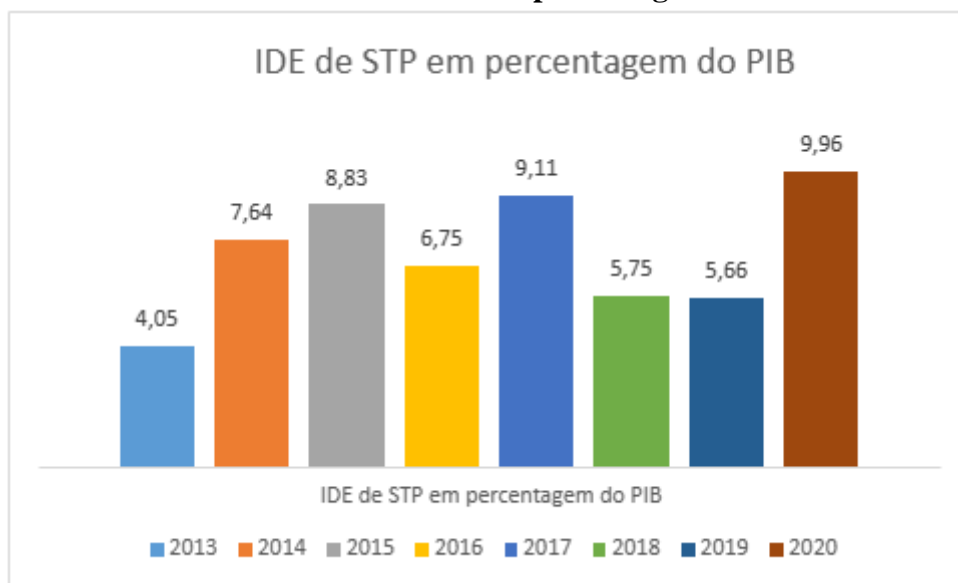
O investimento público caiu de 15,5% do PIB em 2015 para 10,1% em 2017, enquanto as despesas correntes caíram de 18,2% do PIB para 16,2% no mesmo período.

Os investimentos diretos estrangeiros (IDE), que reduziram consideravelmente após os níveis recordes de 2008 e de 2010 (respetivamente de 79 e 51 milhões de Dólares), registaram uma certa recuperação, passando de 11,3 milhões de dólares em 2013 para 23,2 milhões de Dólares em 2014, seguidamente de 25,9 milhões de dólares em 2015 para 21,2 milhões de Dólares em 2016, 34,2 em 2017 e 30,8 em 2018 (Banco Mundial, 2021).

O gráfico nº8 apresenta a evolução do IDE como percentagem do PIB no período

compreendido entre 2013 e 2020 que como se pode observar apresentou uma queda significativa nos anos de 2018 e 2019. Entretanto de acordo com os dados do Banco Mundial (2021), o investimento direto estrangeiro representou quase 10% do PIB em 2020. Comparando com outros países semelhantes, como Cabo Verde (4%) ou Comores (0,31%), esta taxa parece ser elevada continuando a ser inferior à de alguns Estados insulares como é o caso das Ilhas Seicheles (14%).

Gráfico 8: IDE de STP em percentagem do PIB



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

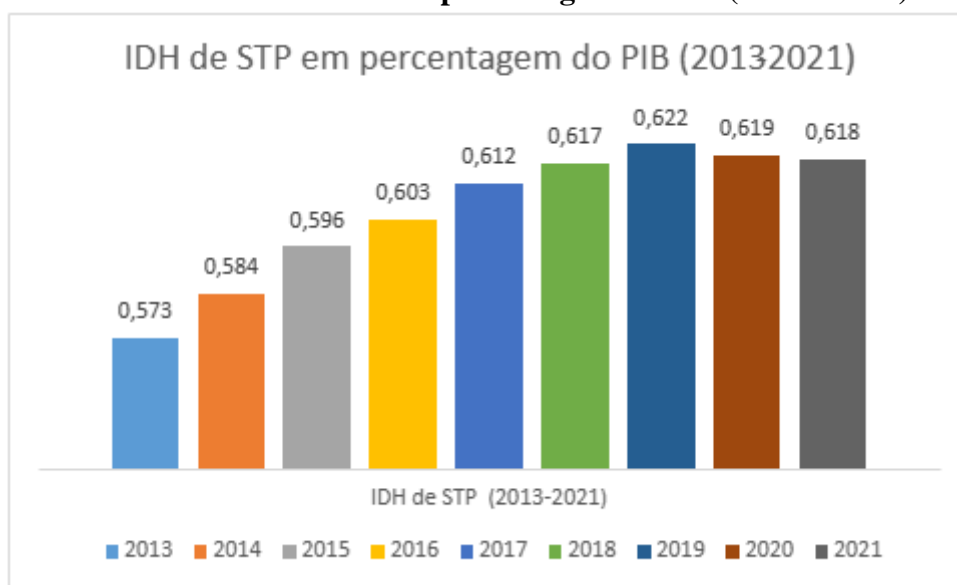
Com a retoma das viagens e exportações internacionais, o défice da conta corrente diminuiu para 9,6% do PIB e estima-se que as reservas internacionais brutas tenham passado de 56,2 milhões de USD em 2015 para 14,1 milhões de USD em finais de 2022 (tendo deste modo baixado de 5,9 meses de importação em 2015 para 0,9 meses de importações em finais de 2022),

Relativamente ao ambiente de negócios, São Tomé e Príncipe ocupava a posição 166ª entre 183 países, de acordo com o Doing Business 2016. Segundo o Doing Business 2019, STP desceu para 170ª posição, entre 190 países tendo ficado abaixo do ranking mediano dos países africanos, 147º sendo sua pontuação na facilidade em fazer negócios de 45,14. Isto demonstra que o ambiente económico não é propício ao desenvolvimento das empresas (BM, 2021).

O elevado nível de vulnerabilidade externa da economia são-tomense resulta da conjugação de vários fatores, tais como: a) Dívida pública externa elevada tendo atingido 270 milhões de dólares americanos, correspondente a 63% do PIB, em 2018 (de acordo com as fontes do BCSTP), sendo também elevado o seu risco de sustentabilidade; b) Base de exportação muito reduzida e concentrada num número muito restrito de produtos agrícolas. Importa frisar que a produção de cacau, principal produto de exportação, tem vindo a diminuir consideravelmente; c) Dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e ajuda externa e empréstimos; d) Elevado grau de abertura ao exterior, essencialmente devido à elevada taxa de importação (MPFEA, 2019).

A Base de Dados de Desenvolvimento Humano do PNUD assinala que, em 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano de STP foi de 0,59 e tendo em 2019 atingido os 0,61 colocando STP em 135º lugar num universo de 180 países.

Gráfico 9: IDH de STP em percentagem do PIB (2013 – 2021)



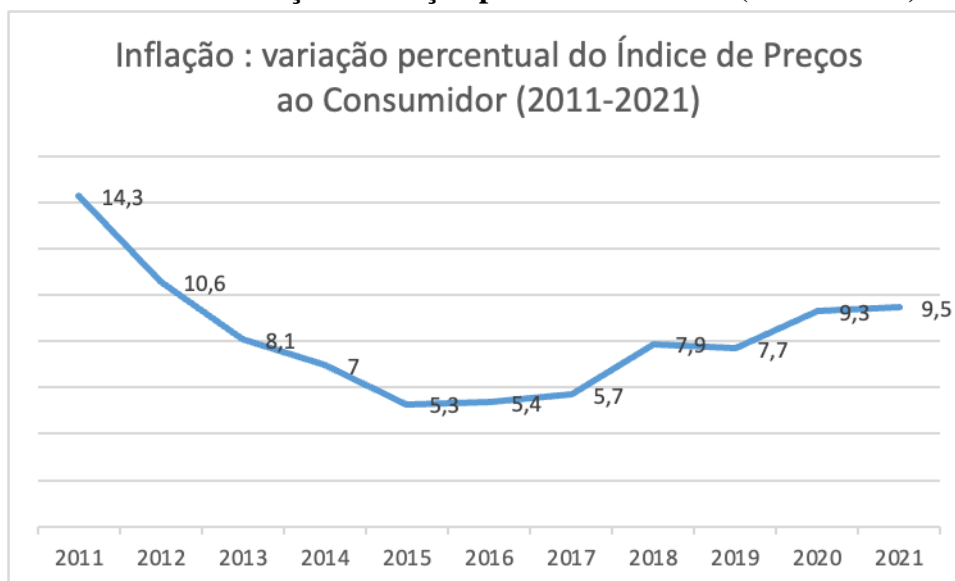
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Este índice tem melhorado de forma constante desde 1990. No entanto, em comparação com as décadas de 1990 e 2000, a classificação deteriorou-se, o que significa que os esforços de São Tomé e Príncipe ficaram aquém do desempenho médio registado noutros países.

Depois de se ter registado uma tendência a diminuição da taxa de inflação no período 2011 a 2015, eis que a partir do ano de 2015 começou-se a registar uma tendência ao aumento da

referida taxa de forma constante, tendo passado de 5,3% em 2015 para 9,5% no final de 2021 como se pode observar no gráfico nº 10. Dados disponíveis apontam que a taxa de inflação atingiu os 24% em finais de 2022, provocado pelo aumento dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis contrariando deste modo as projeções do FMI, que apontavam que esta taxa atingiria 12,1% em 2022, antes de abrandar em 2023 para 8,7%.

Gráfico 10: Inflação: variação percentual do IPC (2011 – 2021)



Fonte: Banco Mundial (2021)

Sendo STP um Estado insular em vias de desenvolvimento a sua economia apresenta características similares às economias dos países menos avançados (PMA), podendo-se destacar, entre outras, as seguintes: fraqueza estrutural; deficiente capacidade de produção; ausência de competitividade; défice estrutural da balança de pagamentos; um mercado interno exíguo; dependência nas flutuações no mercado dos produtos de base; setor privado embrionário; imensas dificuldades de criação de emprego (Ver a evolução da taxa de desemprego no gráfico nº 4); deficiência na valorização dos recursos humanos; dívida externa pesada; infraestruturas degradadas ou inexistentes; uma falta de atenção das autoridades em relação ao património cultural/histórico (as roças), sem programas de valorização e conservação do património natural (Sousa, 2020; Brito, 2015).

As condições externas também não têm sido particularmente favoráveis agudizadas com o impacto negativo da pandemia da Covid-19 e da Guerra Rússia /Ucrânia aumentando a vulnerabilidade face ao mercado dos produtos de base, cujo curso e termos de troca não param

de se deteriorar, associado à insustentabilidade da dívida externa, o que dificulta a promoção do desenvolvimento do país (Sousa, 2020; Mendes, 2001; FMI, 2012).

De acordo com o FMI (2016), a economia de São Tomé e Príncipe tem se mostrado resiliente, mesmo após as perspectivas para a produção comercial de petróleo, que dominaram a narrativa política e económica até ao final de 2013, terem se tornado incertas devido à retirada de uma grande companhia de petróleo da exploração na Zona de Desenvolvimento Conjunto partilhada com a Nigéria.

Por isso, segundo o FMI (2016), as perspectivas a médio prazo são favoráveis, mas os desafios prevalecem considerando que STP ainda apresenta um alto risco de sobre-endividamento, não obstante o substancial alívio da dívida recebido, alegando que o país é muito vulnerável a choques externos devido à sua base de exportação limitada e forte dependência das importações e do financiamento externo. Para aliviar o risco de sobre-endividamento, a missão do FMI recomendou às autoridades são-tomenses que recorressem sobretudo aos donativos para financiar o seu programa de desenvolvimento, acelerando as reformas para melhorar o desempenho institucional e as políticas (inclusive no que respeita à gestão da dívida) e continuassem a baixar os custos das atividades comerciais, de modo a ampliar as perspectivas de crescimento sustentado do setor não petrolífero.

4.3. Os desafios e oportunidades do período pós-graduação

Nenhum dos quatro primeiros países graduados até hoje, atingiu os valores necessários no IVE e, apesar de a graduação não significar a perda total e repentina dos benefícios destinados aos PMA, essa redução pode significar a perda de espaço de diálogo destinado a endereçar estes desafios (UNCTAD, 2016).

A graduação constitui um marco importante no percurso de desenvolvimento de um PMA, representando a transição desse estatuto para a condição de país em desenvolvimento. No entanto, a UNCTAD (2016) alerta que a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia, ainda que possa continuar a usufruir destas durante algum tempo após a graduação.

STP enfrenta vários desafios e riscos que podem dificultar os esforços de desenvolvimento do país. Estes incluem desafios e riscos económicos, políticos, sociais e até de saúde. Trata-se de um país insular com uma população reduzida e com escassez de mão-de-obra qualificada o que dificulta a obtenção de economias de escala devido a um mercado interno muito limitado. As características estruturais da STP só favorecem a especialização em detrimento da diversificação. Isto limita a possibilidade de atenuar a volatilidade do crescimento a longo prazo.

O país só pode beneficiar de um nível limitado de diversificação, explorando oportunidades nos mercados de exportação, melhorando as cadeias de valor ou diversificando-se na estreita gama de sectores em que tem uma vantagem comparativa. Este parece ser o principal desafio económico. O país também enfrenta um elevado nível de dívida pública e um nível relativamente baixo de receitas públicas. Isto reforça a dependência do exterior. Para tal, qualquer choque externo é suscetível de perturbar profundamente a economia de STP. Seria importante aumentar as receitas públicas através da sua diversificação, a fim de reduzir esta dependência do financiamento externo.

Segundo UNCTAD (2016) os desafios enfrentados pelos PMA não desaparecem com a graduação. Pelo contrário, estes evoluem ao longo do processo e, apesar de a graduação significar que o país já não está no grupo dos PMA e já não é tão vulnerável, há muitos desafios que ainda podem afetar seriamente estes países, referindo-se, como exemplo, que nenhum dos quatro primeiros países graduados até hoje, atingiu os valores necessários no IVE e, apesar de a graduação não significar a perda total e repentina dos benefícios destinados aos PMA, essa redução pode significar a perda de espaço de diálogo destinado a endereçar estes desafios.

Segundo Bhattacharya e Borgatti (2012), existem diferenças entre o processo de inclusão e o processo de graduação da categoria de PMA, na sua génese. Há uma assimetria explícita que divide opiniões e que foi estabelecida em 1991, ano em que foi criada a possibilidade de graduação da categoria. As principais diferenças dizem respeito a diferentes fases dos dois processos: os valores considerados em cada critério (RNB, IDH, IVE) para a inclusão e graduação são distintos.

Por exemplo, para a inclusão do critério do Rendimento Nacional Bruto na categoria, o país tem de ter um RNB de US\$1025, já para se graduar é calculado 20% do limite para a

inclusão, ou seja US\$1230. Para a inclusão do indicador do Índice do Desenvolvimento Humano é necessário pontuar 60, enquanto que para se graduar o país deve alcançar 10% deste valor, impondo o limite em 66. No Índice de Vulnerabilidade Económica para ser incluído o país deve pontuar 36, para se graduar deve alcançar menos 10% do valor, atingindo um limite de no máximo 32 pontos (UNDESA, 2019b).;

Por outro lado, um país só pode ser recomendado para graduação após duas revisões trienais, enquanto que a inclusão pode ter imediatamente lugar caso o país cumpra pela primeira vez os critérios, se for essa a vontade do país em questão. O processo de graduação pode causar alguma apreensão aos governos dos PMA. Não obstante, este é um processo que foi desenhado para ser iniciado exclusivamente quando o país está preparado. É em conjunto com a ONU que é definida uma estratégia para que a transição ocorra o mais tranquilamente possível, de modo a não ter um impacto negativo sobre a trajetória de desenvolvimento prosseguida até então (UNCTAD, 2016).

O processo de graduação de STP tem uma duração de, sensivelmente, seis anos. Durante este período de tempo, o governo são-tomense, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, prepara a saída da categoria e elabora uma estratégia nacional de graduação. Importa sublinhar que ao desenhar uma estratégia de graduação o país tem a possibilidade de estabelecer um mecanismo consultivo que o ajude na preparação da transição e nas negociações com os parceiros de desenvolvimento, estando a ONU preparada para auxiliar e cooperar com o país ao longo do processo, proporcionando ao país a oportunidade para submeter à organização relatórios anuais sobre o seu progresso (UNDESA, 2019d).

Para que o processo de graduação não prejudique os progressos alcançados, o conjunto dos PMA e os parceiros de desenvolvimento chegaram ao acordo sobre a necessidade de adotar medidas que acompanhem os países no decurso do período de transição. Estas medidas, conhecidas como medidas de transição suave, servem para acompanhar os países no processo de graduação de maneira a que este ocorra de forma gradual e que as mudanças decorrentes da perda dos benefícios não sejam abruptas (CDP, 2012a). Esta iniciativa da transição suave (*smooth transition*) começou a ser implementada nos países menos avançados através da implementação do Programa de Ação de Istambul.

De recordar que as medidas de transição suave são implementadas após a graduação ser efetiva e são específicas para cada país, visando responder às vulnerabilidades e desafios

específicos de cada país graduado (UNDESA, 2019d). De acordo com a Assembleia Geral (2018), as medidas de transição suave têm em consideração os desafios e impactos que acontecem após a graduação e visam mitigar os efeitos da remoção das medidas de apoio especiais de que beneficiam os PMA. Foram criadas com o objetivo de ajudar os países a adaptarem-se ao seu novo estatuto e de apoiar a sua trajetória de desenvolvimento com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Por esta razão, quando um país se gradua, o CPD continua a acompanhar e a avaliar a sua trajetória de desenvolvimento durante alguns anos. Por outro lado, ao mesmo tempo que o país deixa de ter acesso a alguns dos benefícios da categoria de PMA, outros, especialmente nos domínios do comércio e do financiamento para o desenvolvimento, não são interrompidos na totalidade, sendo objeto de negociação entre o governo e os parceiros de desenvolvimento e eliminados de forma mais gradual, ao longo de períodos pré-definidos (UNCTAD, 2016).

Estima-se que algumas medidas de apoios especiais que são destinadas aos PMA sejam perdidas gradualmente e essa perda tem implicações para a economia do país, sendo por isso de vital importância que o desenho da estratégia de desenvolvimento tenha em conta estas perdas para evitar choques abruptos na economia. Para tal, são cruciais a monitorização por parte do CPD e os estudos feitos previamente, como é o caso do Perfil de Vulnerabilidade e da Avaliação Ex-ante (UNCTAD, 2016, Fortes, 2020).

Um dos grandes receios do processo de graduação prende-se com a perda da APD sobretudo na sua vertente donativos após a graduação. No caso da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que tem uma elevada importância para muitos países, verifica-se que a redução na alocação de APD após a perda do estatuto de PMA em determinados casos pode ser significativa, em função das particularidades e especificidades de cada país.

Importa recordar que segundo General Assembly (2018), apesar dos compromissos dos doadores relativamente ao estabelecimento de metas específicas de alocação de APD para os PMA, este estatuto não é o principal critério que preside às decisões de alocação dos fundos. Assim, a assistência técnica e financeira a estes países sob a forma de APD prossegue mesmo após a graduação, embora nalguns casos o volume e as condições dessa assistência possam sofrer algumas alterações: por exemplo, os países doadores podem optar por conceder mais empréstimos concessionais e menos donativos, ou eventualmente aumentar as taxas de juros.

De acordo com a UNCTAD (2016), a graduação acarreta alguns custos em termos de alterações das condições de concessionalidade e taxas de juros da APD, o mesmo não sucede relativamente aos fluxos privados, incluindo o Investimento Direto Estrangeiro. No que diz respeito a estes tipos de fluxos financeiros, a graduação pode até ter efeitos positivos, na medida em que o ganho reputacional associado à graduação pode aumentar a capacidade de atração de fluxos financeiros privados por parte do país, atenuando assim a perda de algum tipo de benefício.

Uma das áreas em que os PMA têm mais benefícios decorrentes da sua condição é ao nível do comércio internacional. Neste domínio, a implicação mais evidente da graduação é o risco de perda de acesso preferencial a mercados ao abrigo de esquemas específicos negociados para beneficiar os países desta categoria, como é o caso da iniciativa Tudo Menos Armas, da União Europeia. No caso desta iniciativa a União Europeia adotou uma medida de transição ao abrigo da qual os países podem continuar a usufruir do mesmo acesso preferencial durante um período de três anos após a saída da categoria (Fortes, 2020).

A graduação implica em princípio o fim da elegibilidade para os programas de acesso comercial preferencial, sem que as exportações dos países em questão beneficiem do “tratamento da nação mais favorecida “ que é uma forma de tratamento, acordada pelos países da Organização Mundial do Comércio que estabelece que em trocas comerciais não haja discriminação entre parceiros, ou seja, as vantagens comerciais deverão ser iguais para ambas as partes (WTO, 2019), a não ser que, como medida de transição, tenham assinado acordos bilaterais e/ou regionais com os seus parceiros comerciais (UNCTAD, 2016).

O tratamento preferencial atribuído aos PMA pela OMC cessa normalmente com a graduação, mas existe a possibilidade de negociar acordos especiais com os Estados-membros em áreas nas quais o recém-graduado considere que não está preparado para abdicar das medidas de apoio especiais. Assim, para beneficiarem de períodos especiais de transição ou apoio técnico após a graduação, os interessados devem requerer a extensão de tempo a todos os membros da OMC, que juntos deliberam sobre o assunto (*General Assembly*, 2018; Fortes, 2020).

Existem diversas outras medidas de apoio aos PMA que contribuem consideravelmente para o sucesso e crescimento dos PMA, algumas das quais podem ser prolongadas por períodos de tempo consideráveis após a graduação. O Banco de Tecnologia dos PMA é uma das iniciativas

que, mesmo após a graduação, prolonga o prazo de elegibilidade dos países em questão durante cinco anos. O mesmo acontece com os programas desenvolvidos pelo Fundo de Desenvolvimento de Capital da ONU que, após a graduação, podem continuar a financiar projetos durante um período de três anos (Simoni, 2019).

Caso estes projetos estejam a ter impactos relevantes para o país em questão, o financiamento pode estender-se por um período adicional de mais dois anos, embora neste caso os custos devam ser suportados em parte pelo governo do país ou por outro parceiro de desenvolvimento. No que se refere à comparticipação dos custos da participação de representantes dos PMA em reuniões de alto nível, cimeiras e outros eventos internacionais, o apoio pode estender-se até três anos após a graduação se solicitado pelo país recém-graduado (CDP, 2012a).

Existem outros fatores que influenciam e condicionam o percurso de cada país, muitos dos quais são exógenos. Tal é o caso das dinâmicas do sistema internacional, que mesmo que diretamente não digam respeito aos PMA acabam por afetá-los indiretamente, nomeadamente como resultado da elevada fragilidade destes países. Por exemplo, muitos PMA ressentiram-se fortemente da crise financeira de *subprime* de 2007-08 bem como dos impactos negativos da Guerra Rússia-Ucrânia, sobretudo ao nível do comércio internacional, questões de extrema relevância para a economia dos países desta categoria (Kawamura, 2014).

Os PMA são também especialmente vulneráveis a choques exógenos, particularmente devido às alterações climáticas, que têm um impacto muito grande nestes países. Apesar de externas, estas ameaças requerem da parte dos governos dos PMA uma grande capacidade de gestão e adaptação às circunstâncias a fim de definir respostas adequadas em conjunto com a comunidade internacional (Guillaumont, 2018b).

De notar que as medidas de apoio especiais conferidas aos PMA servem para que o país invista em soluções com vista a diminuir as desvantagens de determinados setores que contribuem para a sua vulnerabilidade. Quando o país se gradua, espera-se que já não haja tanta necessidade de investir nesses setores, uma vez que as desvantagens em questão foram em parte ultrapassadas e a necessidade desse tipo de apoios especiais passou a ser menos evidente.

A preparação para o processo de graduação deve tomar em consideração os fatores que influenciam e impedem a trajetória de desenvolvimento de cada país. As negociações bilaterais para a extensão de prazos antes da perda de benefícios, sobretudo no setor do comércio, são

muito importantes e devem ser planeadas com antecedência, para que produzam os resultados desejados.

No sistema internacional, a imagem que um país transmite aos seus congéneres pode influenciar muito as relações entre Estados, tanto ao nível do comércio internacional como noutros domínios. Nesse sentido, a graduação pode criar um efeito reputacional favorável para o país, o qual pode traduzir-se em ganhos em termos de capacidade de influência a nível tanto bilateral como multilateral, com eventuais efeitos positivos para a economia do país (UNCTAD, 2016).

Por isso um dos principais receios dos PMA, e da perspetiva veiculada em alguma bibliografia, é que a perda dos benefícios específicos para os PMA ocorra de forma súbita como resultado da saída da categoria, com graves repercussões.

Relativamente às oportunidades do período Pós-Graduação começamos por citar o governo são-tomense quando dizia o seguinte:

O Governo de São Tomé e Príncipe reconhece os benefícios da graduação, entendido como uma oportunidade para consolidar a irreversibilidade dos ganhos alcançados e a constituição de novas parcerias para o financiamento do desenvolvimento. No entanto, reconhece que sem uma resposta estratégica adequada, o país pode experimentar alguns constrangimentos, na medida em que pode acarretar um regime comercial menos favorável e ajuda desalinhada às novas realidades (M. Finanças e Economia Azul, 2018).

Segundo as autoridades são-tomenses, o país vive um clima de estabilidade, confiança e com desenvolvimento socioeconómico em progresso que só tem sido possível graças aos ganhos que se tem conseguido a nível da consolidação macroeconómica, do reforço da democracia e promoção e proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Por este facto, São Tomé e Príncipe é reconhecido como um exemplo de democracia, sendo o primeiro a nível da matéria de boa governação na sub-região africana em que está inserido.

É neste sentido que o processo de graduação será conduzido de modo a beneficiar, por um lado, da experiência dos países que já fizeram esse mesmo percurso, e, por outro lado, da parceria das agências do Sistema das Nações Unidas, em particular do PNUD. Uma Comissão de Apoio à Transição será criada, integrando os principais parceiros de desenvolvimento, com a

missão de i) pilotar a elaboração da estratégia de transição; ii) facilitar a negociação com a comunidade internacional sobre um quadro coerente para a saída do país do grupo dos PMA, e iii) articular com os parceiros um quadro de assistência reforçado alinhado com Agenda de Transformação 2030 e Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, para que até 2024, ano de graduação, e seguidamente até 2025, fim do período de transição, o país possa implementar de forma conjunta a agenda da transição. Infelizmente pouco ou nada foi feito neste domínio.

A estratégia de transição, que deverá ser necessariamente alinhada com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, terá como objetivo garantir que a transição seja gerida de forma dinâmica em função dos objetivos de desenvolvimento e permitir uma saída por etapas, de modo a que seja garantida a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno do país (XVIIº Governo, 2018).

O Governo compromete-se em acelerar as reformas internas – infraestrutura, administração pública, impostos, justiça, gestão da ajuda externa, etc, para que sejam alinhadas com a agenda de transição, que vai preparar as instituições do país de modo a ajustar ao novo contexto. Sendo para tal indispensável o reforço dos mecanismos de monitoramento dos progressos de desenvolvimento e da assistência técnica nos domínios relevantes, tendo em conta os constrangimentos identificados no acesso ao financiamento, eficácia da administração, gestão da ajuda externa, justiça, leis laborais, educação e formação inadequada da força laboral e qualidade das infraestruturas (XVIIº Governo, 2018).

Preocupa-nos o facto de estarmos no início do ano de 2023 e não ser possível fazer um balanço das ações propostas pelas autoridades são-tomenses visando a graduação do país. Importa referir que o FMI (2022) traçou um quadro sombrio em relação as perspetivas económicas de São Tomé e Príncipe, quando diz que “As perspetivas estão sujeitas a riscos de deterioração. Novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade. As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos.

A guerra na Ucrânia e perturbações prolongadas das cadeias de abastecimento mundiais podem levar à escassez de bens de consumo intermédio e final, ao abrandamento do crescimento e a aumentos de preços. Atrasos nas reformas das receitas poderão reduzir o espaço orçamental

para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos inferior ao previsto ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores prejudicarão as opções de financiamento. Atrasos nas reformas da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento (FMI, 2022).

V. O papel do Banco Central no período pós-graduação

A Lei 8/92, Lei Orgânica do Banco Central de STP (BCSTP) define a natureza e as atribuições do Banco. De acordo com esta lei, o BCSTP é único órgão emissor do país e o banqueiro do Estado, competindo-lhe proceder à formulação e execução das políticas monetárias de crédito e de juros, bem como executar e administrar a política cambial, assegurando a estabilidade interna e externa da moeda, fiscalizar e controlar as atividades do sistema financeiro nacional.

Ainda de acordo com a referida Lei Orgânica são atribuídas ao BCSTP, de entre outras, as seguintes Funções:

- Formular e executar a política monetária bem como executar e administrar a política cambial, assegurando a estabilidade interna e externa da moeda nacional;
- Promover a estabilidade do sector financeiro do país, através da supervisão e fiscalização do sistema financeiro nacional;
- Emitir e colocar em circulação notas e moedas necessárias para o funcionamento da economia;
- Recolher e elaborar estatísticas;
- Produzir estudos e análises sobre a economia nacional;
- Fiscalizar o sistema de pagamentos nacional.

De acordo com o ex-governador do BCSTP “O contexto internacional desfavorável acarreta desafios acrescidos que impõem ao Banco Central a necessidade de reforçar as suas intervenções, quer no que concerne à presença no centro da atividade económica, quer no que respeita à articulação entre as políticas orçamental e monetária” (Barros, 2020). Para o efeito foi aprovado um Plano Estratégico para o horizonte temporal 2021-2024.

As linhas gerais de Orientação Estratégica definidas pelo Conselho de Administração

traduzem-se nos seguintes pilares de governação para os próximos anos:

P1 – Política Monetária Eficaz e Sustentabilidade do Regime Cambial;

P2 – Modernização e solidez do sistema financeiro;

P3 – Aumento da Literacia e da Inclusão Financeira;

P4 – Reforço da Capacidade Institucional e Gestão Interna.

Relativamente ao papel do Banco Central, vários entrevistados consideram o seguinte:

- O Banco Central tem um papel crucial enquanto entidade reguladora e que deve garantir a estabilidade macroeconómica do país.
- Deve dotar São Tomé e Príncipe de estudos necessários que permitam aos governantes de poderem seguir, de forma atualizada, o processo de graduação do país da categoria de PMA e tomarem decisões assertivas e sustentáveis;
- Banco Central deve ser imparcial e estar isento de qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso da Instituição;
- Deve desempenhar um papel cimeiro em todo o processo de desenvolvimento do País, no que toca ao controlo da taxa de juro, evitando a sua subida descontrolada o que refletirá muito severamente na subida da inflação;
- Deve ter mais intervenção e controlo das instituições financeiras para evitar o colapso dos Bancos comerciais como foi o caso do Banco Privado, Banco Equador entre outros;
- Deve continuar a manter essa paridade monetária em relação ao Euro, pois esse sistema tem ajudado muito o sistema financeiro do País.
- Deve apoiar o estado na emissão de Obrigações do Tesouro e apoiar o Estado na preparação de legislação para Emissão de Dívida Privada.
- Relativamente aos pilares em que se assenta o plano estratégico do Banco Central a maioria dos entrevistados consideram que se trata de pilares muito relevantes para que o Banco Central possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam a STP no processo de Graduação da categoria dos PMA.

VI. Experiência dos países já graduados: Evolução e desafios

Vinte anos após a instituição do mecanismo da graduação, é chegado o tempo de discutir e avaliar os resultados alcançados, e perceber se os frutos colhidos correspondem às expectativas criadas e, em todo o caso, de retirar as devidas lições. Por isso este exercício de reflexão assume-se como fundamental para garantir a necessária credibilização do mecanismo de graduação no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável (Pais, 2012).

Neste capítulo pretendemos partilhar alguma experiência de países que já passaram pelo processo de graduação, destacando o percurso feito pelos mesmos visando alcançar a graduação, bem como as estratégias adotadas para esse efeito e os impactos da graduação nomeadamente ao nível da APD alocada, do IDH e do RNB *per capita*, sendo esses dois últimos os critérios mais usados no processo de graduação.

Importa recordar que a categoria dos PMA existe desde 1971, entretanto, até 2018, apenas 5 países africanos tinham saído da lista dos PMA nomeadamente: o Botswana em 1994, Cabo Verde em 2007, as Maldivas em 2011, Samoa em 2014 e, mais recentemente em 2017, a Guiné Equatorial tendo passado para a lista de Países de Rendimento Médio.

Tal como dissemos anteriormente os critérios definidos para o processo de graduação dos cinco países citados foram baseados em três principais indicadores nomeadamente o Rendimento Nacional Bruto *per capita*, o IDH e o IVE. Os valores de referência em questão constituem um mínimo de 66 pontos no IDH, um máximo de 32 pontos no IVE e um RNB *per capita* igual ou superior a US\$1230. Para começar o processo de graduação a primeira etapa consiste em alcançar os valores de referência em pelo menos dois dos três critérios da categoria (ECA, 2016; Simoni, 2019).

Olhando para os anos de graduação, como se pode observar na tabela nº 3, facilmente se constata que esses países se graduaram em momentos diferentes tratando-se de países com características bem distintas quer ao nível económico e político, quer ao nível geográfico e populacional, com algumas particularidades em relação aos recursos naturais existentes no seu território, tal como reconhece Simoni (2019).

Tabela 3: Análise comparativa dos países já graduados em relação à STP

Crítérios	Limite da graduação	Botswana	Cabo Verde	Maldivas	Samoa	Guiné Equatorial	STP (2015)
Ano de Graduação		1994	2007	2011	2014	2017	2024 (previsão)
PIB per capita (USD)	≥ \$ 1.230	6845	3161	9200	4124	9665	1585
IDH	≥ 66	79	89,5	91,4	94,1	58,4	59
IVE	≤ 32	45,5	35,9	50,9	39,7	27,8	-

Fonte: ONU (2017); Fortes (2020); Banco Mundial (2021)

Os cinco países tratados neste capítulo foram divididos em dois subgrupos segundo a trajetória que seguiram para alcançar a graduação. O primeiro corresponde à graduação por via do reforço da economia e consolidação do capital humano. Esta trajetória foi seguida pelo Botswana, Cabo Verde, Maldivas e Samoa, países que se graduaram em virtude de terem atingido os valores necessários nos critérios do RNB *per capita* e do IDH. Nestes casos, os progressos em direção à graduação foram, em grande parte, o resultado de ações deliberadas e concretas adotadas pelos governos com vista a estabelecer as bases para o fortalecimento da capacidade produtiva e estrutural do país (Simoni, 2019).

O segundo subgrupo, por sua vez, corresponde à graduação na sequência do cumprimento exclusivo do critério do RNB *per capita*, alcançado por via do rápido crescimento económico através da exploração de recursos naturais. A Guiné Equatorial foi o primeiro, e até agora o único, país a graduar-se segundo este critério, apesar de não alcançar os valores desejados no IDH, mas ter alcançado no ano da graduação os valores necessários para o IVE.

De acordo com a CDP (2017b), os níveis de desenvolvimento social e de diversificação económica da Guiné Equatorial não são compatíveis com o seu elevado nível de rendimento *per capita*, o que pode criar dificuldades substanciais no que diz respeito às suas perspetivas futuras de crescimento e desenvolvimento sustentável, salientando que este é um tipo de trajetória de desenvolvimento que necessita de muita cautela por parte dos países, uma vez que o crescimento é baseado num setor imprevisível e volátil, pelo que o processo de graduação, se não se fizer acompanhar por um adequado investimento na diversificação económica e no capital humano, pode pôr em causa o processo de desenvolvimento no período pós-graduação.

6.1. Experiência de Botswana

Botswana foi um dos 25 países a qualificar-se como PMA assim que foi criada a categoria, devido sobretudo às suas dificuldades estruturais, à sua localização geográfica e aos grandes desafios económicos e sociais que enfrentava. No entanto, apesar de todas as dificuldades estruturais, o seu percurso de desenvolvimento foi bem-sucedido e, em 1994, foi o primeiro país da lista a graduar-se. Atualmente, o processo de desenvolvimento do país é considerado estável.

O processo de graduação de Botswana foi baseado no cumprimento do indicador que corresponde atualmente ao IDH e do RNB *per capita*. No ano 2018, pontuava 79 no IDH, tinha um RNB per capita de US\$ 6845 e um IVE de 45,5: apenas o IVE está acima do valor pretendido para ser usado como critério de graduação (32 pontos), o que revela que a vulnerabilidade continua a afetar significativamente o país (Simoni, 2019; UNDESA, 2019e).

Para manter o fluxo de ajuda externa após a graduação, o Botswana procurou ser o mais responsável possível e construir uma reputação de gestão prudente dos fundos, através da identificação clara dos projetos onde os fundos eram alocados e da divulgação de resultados mensuráveis. A graduação e o progresso de preparação para alcançá-la foi, em grande parte, o resultado de ações deliberadas e concretas adotadas pelo governo para estabelecer as bases para a consolidação da capacidade produtiva e para a transformação estrutural do país (CDP, 2018a).

Desde que o país saiu da categoria, enfrentou alguns desafios, não só pelo decréscimo ou cessação das medidas de apoio especiais, como devido aos desafios intrínsecos a qualquer país em desenvolvimento, que, no caso do Botswana, eram sobretudo relacionados com a diversificação económica, que estava muito assente na exploração de diamantes, mas também com a pobreza e desemprego (Bose e Bose, 2011).

A graduação trouxe consigo uma série de avanços positivos que foram benéficos para o país, entre os quais uma maior independência na tomada de decisão sobre as prioridades nacionais de desenvolvimento, a conquista de espaço político dentro do sistema internacional, a capacidade de acesso aos mercados de capitais internacionais e a construção de uma imagem renovada que permitiu maior atração de fluxos de investimento direto estrangeiro (*General Assembly*, 2012).

De recordar que uma das principais atividades económicas de Botswana prende-se com a extração mineira, sobretudo de diamantes, que contribuiu em grande parte para o desenvolvimento socioeconómico do país, combinada com um ambiente político e macroeconómico estável e com uma gestão prudente e transparente por parte do governo, que teve um grande impacto na trajetória de sucesso do país, uma vez que usou as ajudas e os benefícios da categoria em prol da população, da melhoria da sua qualidade de vida e do crescimento, investindo em projetos de infraestruturas, saúde, educação e capacitação humana (*General Assembly*, 2012).

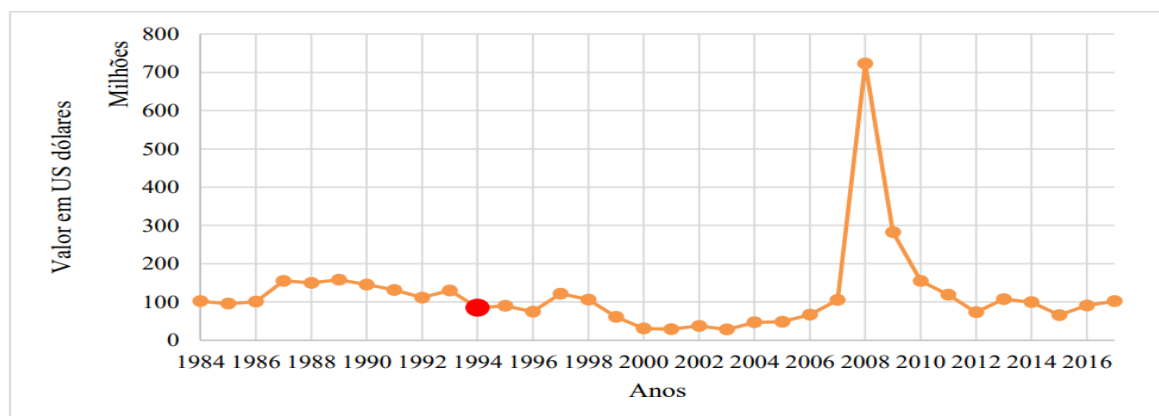
Para alcançar um nível estável de crescimento, o governo adotou planos de desenvolvimento estratégico tanto a nível social como económico, com uma duração de cerca de cinco anos cada, e uma estratégia orçamental que previa a definição de áreas-chave para a capacitação do Estado, que assim contribuiu para o crescimento rápido e sustentável da economia. Este planeamento serviu para estabelecer as prioridades nacionais e para dar a possibilidade aos doadores de escolher quais as áreas prioritárias para a alocação de recursos (CDP, 2018a).

Dada a diversidade e dimensão dos recursos naturais de que dispõe e em virtude do extraordinário desenvolvimento que a sua economia conheceu (essencialmente durante a década de 1990), o Botswana, distancia-se de forma clara da situação de Cabo Verde e das Maldivas.

O rápido crescimento da mineração de diamantes foi o principal fator que impulsionou o crescimento da economia em Botswana. De recordar que na altura da independência, em 1966, a contribuição da indústria de mineração para o PIB era praticamente nula. Em 2001, o setor de mineração contribuía com mais de um terço do PIB, com a mineração de diamantes a responder por mais de 90% do total das atividades mineradoras.

Botswana esteve entre os países com maiores taxas de crescimento nas últimas três décadas (cerca de 8% ao ano); entretanto, as melhorias nos indicadores sociais não acompanharam este forte desempenho económico. Apesar de a pobreza ter-se reduzido significativamente nas últimas décadas, estima-se que aproximadamente um quarto da população ainda viva com menos de US\$ 1 por dia (BM,2021).

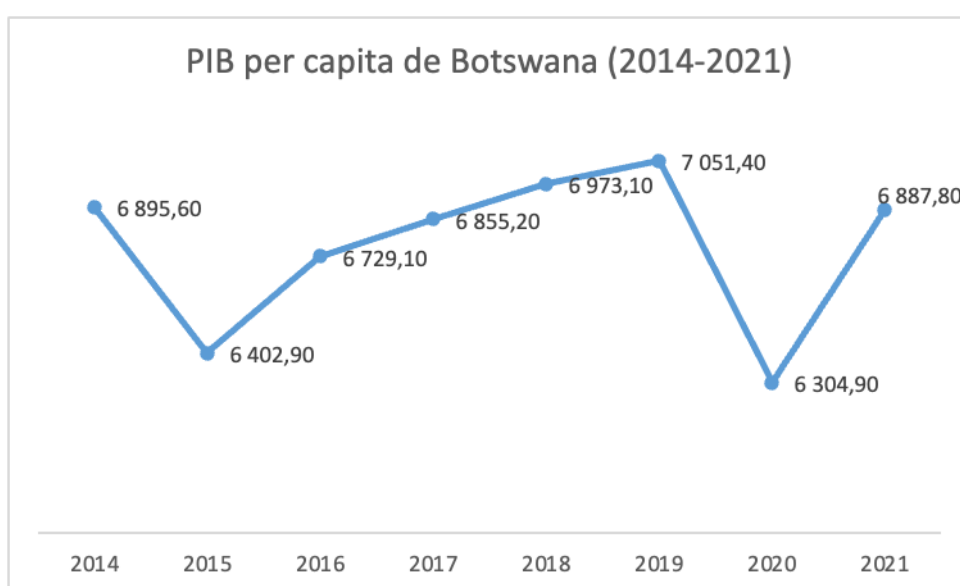
Gráfico 11: Evolução de APD de Botswana (1984 – 2016)



Fonte: Simoni (2019)

Através da leitura do gráfico n° 11, constata-se que antes do ano da graduação (1994) o fluxo da APD era mais significativo com poucas oscilações. Após o ano da graduação o fluxo conheceu grandes oscilações tendo diminuído consideravelmente a partir do ano 1998. Em 2008, devido ao financiamento de uma campanha de combate ao Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) na África Subsariana pelos Estados Unidos da América (EUA) e ao perdão extraordinário da dívida externa pela OCDE, pela Alemanha em particular, houve uma subida abrupta dos fluxos de APD (Anderson e Reynolds, 2017). Conclui-se por isso que, após a graduação do país a APD conheceu significativas oscilações.

Gráfico n.º 12 - PIB per capita de Botswana (2014 – 2021)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Banco Mundial (2021)

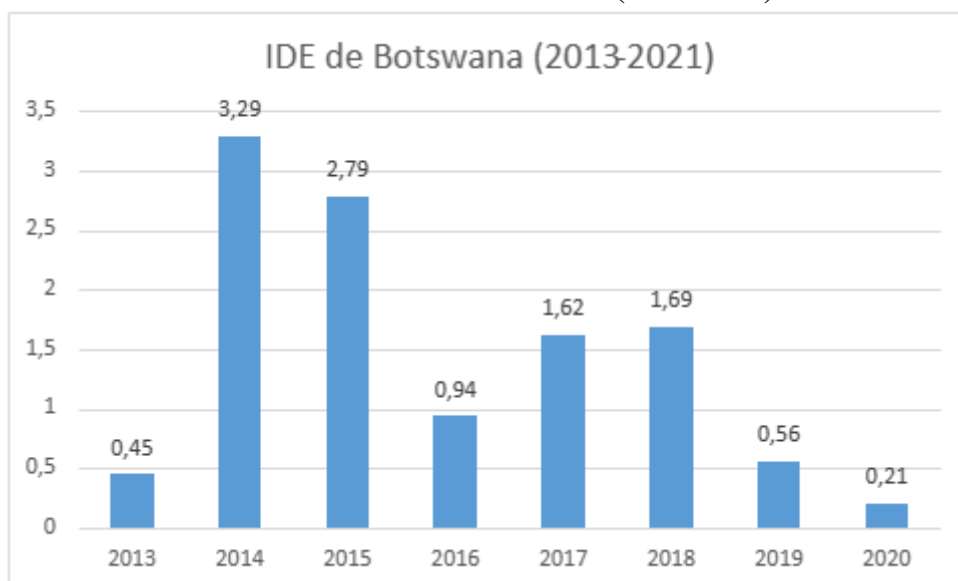
Apesar da tendência decrescente registada no período 2014-2015, que pode ser explicada pela queda da procura de diamantes no mercado internacional, a tendência do PIB *per capita* no país tem sido crescente. Esta evidência revela que a graduação, no ano de 1994, não teve qualquer tipo de impacto negativo para a economia do Botswana, que hoje em dia apresenta um PIB per capita bastante superior ao valor que registava no ano da graduação, embora tivesse registado uma abrupta queda em 2020 como se pode observar no gráfico nº 12.

A graduação e o progresso de preparação para alcançá-la foi, em grande parte, o resultado de ações deliberadas e concretas adotadas pelo governo para estabelecer as bases para a consolidação da capacidade produtiva e para a transformação estrutural do país (CDP, 2017a). Desde que o país saiu da categoria, enfrentou alguns desafios, não só pelo decréscimo ou cessação das medidas de apoio especiais, como devido aos desafios intrínsecos a qualquer país em desenvolvimento, que, no caso do Botswana, eram sobretudo relacionados com a diversificação económica, que estava muito assente na exploração de diamantes, mas também com a pobreza e desemprego (Bose e Bose, 2011).

A graduação trouxe consigo uma série de avanços positivos que foram benéficos para o país, entre os quais uma maior independência na tomada de decisão sobre as prioridades nacionais de desenvolvimento, a conquista de espaço político dentro do sistema internacional, a capacidade de acesso aos mercados de capitais internacionais e a construção de uma imagem renovada que permitiu maior atração de fluxos de investimento direto estrangeiro (Simoni, 2019; *General Assembly*, 2012).

Mesmo após a graduação, o país continua a ser monitorizado pelo CPD; atualmente, tem continuado com um bom desempenho económico (como é visível pelo indicador PIB per capita), sendo que uma grande parte desse crescimento se deve à receita da extração de diamantes, que é investida em proteção social, saúde e educação. Os problemas principais do país continuam a ser a diversificação económica, que ainda dá pequenos passos, a pobreza, o desemprego e a vulnerabilidade às alterações climáticas. Segundo o documento de programação do país para o período 2017 a 2021 (*Executive Board UNDP*, 2016), as medidas de apoio internacional necessárias para colmatar os desafios atuais são, sobretudo, assistência técnica e de capacitação.

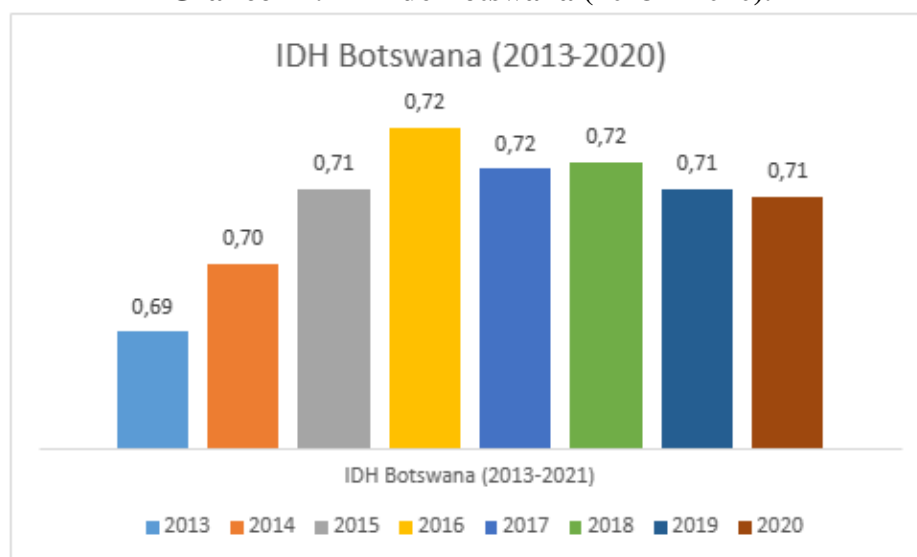
Gráfico 13: IDE de Botswana (2013-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

A grande maioria do investimento estrangeiro no Botswana é no setor da mineração, o mais importante do país. De acordo com o gráfico nº 13 é possível verificar que houve grandes oscilações ao nível do IDE após a graduação deste país africano com uma tendência decrescente nos últimos anos.

Gráfico 14: IDH de Botswana (2013 – 2020).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Com base nos dados disponíveis chega-se a conclusão de que o IDH apresentado por Botswana, desde sua independência até os dias de hoje, estão diretamente relacionados com a

liberdade económica garantida pelas políticas adotadas neste país. A progressão histórica do país apresenta claramente a capacidade de desenvolvimento de um país explorado durante muito tempo para reerguer-se a partir de políticas económicas que prezam pela liberdade do setor privado e quase erradicação dos níveis de corrupção apresentados pelos governos eleitos democraticamente em Botswana. Esses acertos levaram a um modelo de governo que soube explorar as riquezas naturais e minerais do país em prol de seu próprio crescimento, criando um modelo de gestão focado em poupar mais do que investir e proporcionar mais liberdade económica (Simoni, 2019).

6.2. Experiência de Cabo Verde

"Com uma economia baseada em serviços, um mercado de dimensões exíguas e uma agricultura que luta contra a desertificação e a escassez das chuvas, não podemos ignorar as grandes vulnerabilidades de que padecemos e, por isso, sabemos que não nos podemos deslumbrar com o facto de termos sido graduados" (Jorge Carlos Fonseca, 2018).

Em janeiro de 2008, Cabo Verde tornou-se o segundo país do mundo a sair da lista de PMA. A graduação foi reconhecida internacionalmente e identificada como um caso de sucesso, porém deixou muitas dúvidas e incertezas relativamente à capacidade do país em assegurar a continuidade do desenvolvimento económico e social tendo em conta as suas vulnerabilidades (Fortes, 2020).

O relatório da OCDE (2019) mostra que a atribuição à Cabo Verde do estatuto de País de Rendimento Médio em 2008 teve algumas consequências negativas para o arquipélago, designadamente a redução dos subsídios de doadores e o aumento dos empréstimos. A composição de parcerias foi outra das consequências da graduação de Cabo Verde à País de Rendimento Médio com alguns doadores tradicionais a afastarem-se do apoio ao arquipélago tendo surgido novas ajudas financeiras, como é o caso da China, de acordo com o estudo da OCDE que revela que uma das consequências da redução da ajuda à Cabo Verde foi a efetivação de mais empréstimos e o consequente endividamento do país.

De acordo com o referido estudo não houve necessariamente uma alteração do volume financeiro da ajuda, mas a natureza da ajuda à Cabo Verde mudou consideravelmente tendo resultado em menos subsídios, mais empréstimos e mais investimento privado.

Num balanço efetuado em 2019, ao fim de 10 anos da graduação de Cabo Verde para o grupo de países de rendimento médio, as autoridades cabo-verdianas consideraram que para sair do sufoco, a resposta do país foi a aceleração da dívida pública o que colocou ainda mais restrições em relação ao futuro, alegando que após a graduação o país viu reduzido para metade as ajudas públicas ao desenvolvimento, passando dos cerca de nove milhões de contos anuais para cerca de quatro milhões de contos e Cabo Verde deixou de ter empréstimos em condições preferenciais. Segundo as autoridades cabo-verdianas a graduação coincidiu com o eclodir das crises e, por outro lado, o país foi ainda confrontado durante esse período com vários choques internos do ponto de vista da seca e da erupção vulcânica que levou o país a ficar condicionado a um quadro orçamental mais restritivo. Por isso afirmam que “um país que se preze que é um país de rendimento médio tem que ter uma base de tributação que lhe permita investir na saúde, na educação nos transportes e nas infraestruturas. Não pode ser um país que financia o seu orçamento com base apenas na ajuda pública “.

A experiência de Seicheles e das Maurícias leva as autoridades cabo-verdianas a acreditarem que a transformação sectorial, seja ela a nível da agricultura, do turismo, mas também ao nível da construção de um sector privado empresarial forte e competitivo capaz de substituir o Estado num conjunto de matérias ao nível da gestão e dos investimentos leva no mínimo 10 anos”, e por isso estão empenhados numa série de reformas para criar um ambiente de negócios propício, ter um sector privado pujante que possa compensar a retirada do Estado no que tange aos investimentos nos sectores rentáveis, alegando que o Estado deve concentrar-se nas atividades que são essenciais como a educação, a saúde e a segurança, e deixar que os transportes, os portos e os aeroportos as energias possam ser financiados e geridos por empresas privadas nacionais e estrangeiras.

Os 10 anos da graduação de Cabo Verde para o grupo de Países de Rendimento Médio, apesar de ter configurado um aspeto promocional do país, criando mais confiança na economia, atraindo mais investidores, o aspeto negativo é também nítido porque “afugentou os potenciais apoiantes” de Cabo Verde que deixaram de escolher o país como prioritário em matéria de

cooperação. Neste quadro os mais afetados foram os municípios, porque vários parceiros internacionais “saíram” da cooperação descentralizada.

Segundo as autoridades do poder local, a graduação teve um impacto negativo para as câmaras municipais porque a cooperação descentralizada praticamente ficou residual. Ficou apenas a cooperação luxemburguesa e alguma cooperação regionalizada, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Sustentável com as Nações Unidas em conjunto com a União Europeia.

Ainda segundo as autoridades do poder local, parceiros como o Fundo Galego deixaram de apoiar Cabo Verde como apoiavam antes e, mesmo a cooperação com Portugal e Espanha, que financiavam vários projetos com impacto nos municípios, saíram. Os apoios de países individuais como a Holanda e Itália são também quase residuais, criticando também o facto de as oportunidades que Cabo Verde teve após a graduação “não terem sido muito bem aproveitadas”, concretamente os empréstimos concessionais, “porque o país endividou-se, mas não trouxe o desenvolvimento almejado”.

O país endividou-se com essa oportunidade, com empréstimos altamente vantajosos, em termos de juros, mas os investimentos efetuados não serviram como motor para promover o desenvolvimento sustentável do mesmo e, como consequência, além de endividado “o país continua altamente dependente, com muita fragilidade tendo em conta que “não pôde ter acesso a muitos financiamentos porque aproveitou tudo e não conseguiu arrancar com a economia para resolver o problema estrutural como o emprego, sobretudo no seio da camada juvenil”, adiantou o presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde que defendeu que Cabo Verde também tem que “saber andar pelos seus próprios pés e não estar constantemente a mendigar ou a pedir”.

Importa recordar que segundo Fortes (2020), o processo de graduação de Cabo Verde ocorreu através de quatro avaliações feitas pelo CPD em 1994, 1997, 2000, 2003. O processo de revisão trienal teve o seu início em 1994. Três anos mais tarde, ou seja, em 1997, Cabo Verde foi considerado como um candidato elegível à graduação da lista dos PMA. Entre 2000 e 2003 o país preencheu dois dos três critérios de graduação, a saber, o do nível de PIB *per capita* e o do IDH.

Em Maio de 2006, foi estabelecido o mecanismo consultivo, designado Grupo de Apoio à Transição (GAT), para preparar uma estratégia de transição (“transição suave”) que ajustasse à eliminação progressiva das medidas de apoio associadas aos PMA, bem como a um Grupo de Apoio composto por entidades governamentais e doadores multilaterais e bilaterais para alinhar o apoio dos doadores em torno da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, inclusive para apoio à formulação e implementação da estratégia de transição. Em janeiro de 2008 ocorreu a graduação efetiva, Cabo Verde tornou-se o segundo país a sair da lista de PMA, depois do Botswana em 1994 (Fortes, 2020).

Tabela 4: Critérios de graduação de Cabo Verde (2003- 2007)

Critérios	Limites da graduação	2000	2003	2006	2007
PIB per capita (USD)	1.230	1.089	1.323	1.487	3.161
IDH	≥ 66	72,64	72,02	82,1	89,5
IVE	≤32	56,98	55,54	57,92	35,9

Fonte: ONU (2015)

De sublinhar que Cabo Verde é um Estado de Direito Democrático e goza de uma situação política e social estável. Considerado um dos países mais bem governados na África (4º lugar no *ranking* Mo Ibrahim, como ferramenta que mede e monitora o desempenho da governança nos países africanos) e continua a ser o mais bem colocado dos países de língua oficial portuguesa de acordo com a Fundação Mo Ibrahim (2020). Tem sido particularmente um bom exemplo, na elaboração de boas práticas de governação, da estabilidade política e combate contra a corrupção, fatores esses que contribuem em grande medida para a boa eficácia da APD (Fortes, 2020).

No contexto económico é de realçar que Cabo Verde é um Estado muito vulnerável e sobretudo exposto a riscos e choques externos (fluxos turísticos, IDE, APD e remessas de emigrantes). Segundo os dados do Banco de Portugal (2019), a solidez das receitas do turismo (26% PIB) e as remessas de imigrantes (11% do PIB) compensaram a queda das transferências oficiais, em 2019. O país tem um Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal desde 1998 que permitiu o estabelecimento de uma paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano (ECV) e o Escudo Português, existindo atualmente uma paridade fixa com o Euro (BCV, 2018).

Os fatores socioeconómicos e políticos, como a estabilidade política, a democracia, a boa governação, tem vindo a ter grandes impactos no desenvolvimento económico e social do país. A redução da pobreza, permitiu ao país realizar grandes avanços sociais e económicos desde a sua independência, contribuindo para a formulação da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a saída de Cabo Verde do grupo dos PMA.

Tabela 5: Evolução de alguns indicadores macroeconómicos de Cabo Verde.

Principais Indicadores	2007	2010	2015	2017	2019
PIB (milhões ECV)	121.974	138.569	158.699	171.673	182.964
PIB (real %)	7,9	1,5	1	3,7	5,7
Taxa de Desemprego (%)	15,2	10,7	12,4	12,2	11,3
Remessas Emigrantes (em % PIB)	9,1	8,5	12,5	11,3	11,1
Receitas Brutas de Turismo (em % PIB)	19,3	16,1	20,6	24	25,6
IDE (em % PIB)	12,6	9,6	6	6,8	5
APD (em % PIB)	11	20	10	7	n.d
Stock da Dívida Externa (em % PIB)	39	51	97	91	91

Fontes: Fortes (2020); Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças, OCDE

A tabela nº 5 espelha a evolução de alguns indicadores macroeconómicos de Cabo Verde entre 2007 e 2019.

6.2.1 Impacto da APD na graduação de Cabo Verde

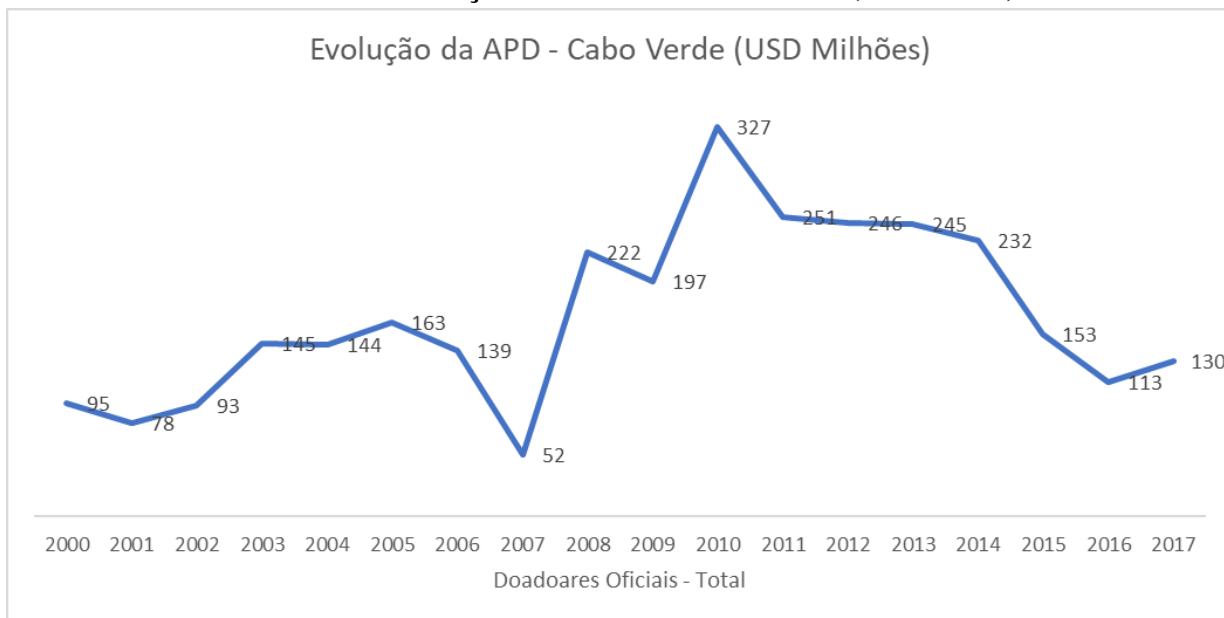
“Em face das análises efetuadas nos pontos anteriores, consta-se que a graduação de Cabo Verde constitui um desafio para garantir a continuidade do desenvolvimento económico e social, uma vez que, a graduação implicou automaticamente a perda de alguns doadores e financiamentos estratégicos” (Pais, 2012).

Cabo Verde é um país com escassos recursos naturais e cuja viabilidade e desenvolvimento dependem em grande medida das relações de cooperação internacional. A ajuda bilateral e multilateral, teve e tem desempenhado um significativo papel no seu desenvolvimento socioeconómico.

Segundo Mendes (2010), nos últimos anos a APD tem constituído um fator imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde contribuindo, de forma geral, para a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos setores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas.

A Holanda e o Luxemburgo foram países que muito contribuiu, para o desenvolvimento de Cabo Verde, em termos de APD. Após a graduação, Cabo Verde deixou de constar na lista dos países beneficiários da ajuda holandesa. Ainda em 2017, o Luxemburgo permanecia como um dos principais doadores bilaterais, juntamente com Portugal, EUA, França, entre outros. O principal parceiro multilateral de Cabo Verde é a União Europeia, que entre 2016 e 2017 constou como o principal doador, cuja média anual da ajuda canalizada foi de aproximadamente 36,3 bilhões de dólares. Cabo Verde também está a reforçar a cooperação Sul-Sul, especialmente com a China, para tirar partido da sua posição estratégica privilegiada para o comércio transatlântico (OCDE - 2014/2017).

Gráfico 15: Evolução da APD de Cabo Verde (2000- 2017)



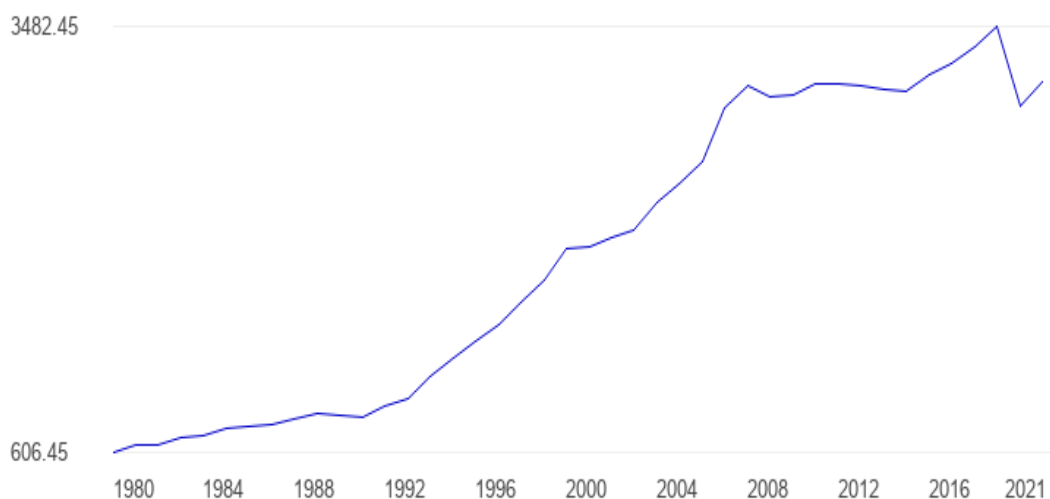
Fonte: Elaboração própria baseada em Fortes (2020)

Os dados disponíveis da OCDE demonstram que houve uma tendência para a diminuição da APD, tendo passado de aproximadamente 327 milhões de dólares em 2010 para 123 milhões de dólares em 2017, registando uma redução de 62%. De igual modo constatou-se que o peso

da APD no PIB reduziu em quase 65% entre 2010 e 2017. Da análise efetuada foi constatada que a saída de Cabo Verde da lista dos PMA pode vir a acarretar consigo alguns constrangimentos para o país. A ausência de recursos naturais, as condições climáticas adversas, a dimensão do mercado interno e a insularidade são alguns dos fatores que tornam Cabo Verde extremamente vulnerável e dependente dos fluxos externos, nomeadamente: APD, IDE e Remessas de emigrantes. A *ajuda* externa recebida foi canalizada em setores estruturais (economia, educação, saúde, ambiente, governação). Segundo OCDE (2017), cerca de 40% da APD foi investido em infraestrutura sociais e serviços visando suavizar problemas socioeconómicos com impactos positivos no cumprimento de algumas metas dos ODM e na qualidade de vida da sociedade em geral.

Relativamente ao PIB *per capita*, os dados disponíveis revelaram que se registou um aumento equivalente seis vezes do PIB *per capita*. Isto é, nos anos 1986, os números apontavam para 500 USD por pessoa, aumentando para mais de 3.000 USD em 2008, ano da graduação. Tendo em conta, o facto do crescimento do PIB, traduzir-se em melhorias de bem-estar para a população, após a análise dos níveis de pobreza nas zonas rurais e periféricas das ilhas, nomeadamente, Santiago, São Vicente, Sal e Boavista envolvidas em tamanhas controvérsias.

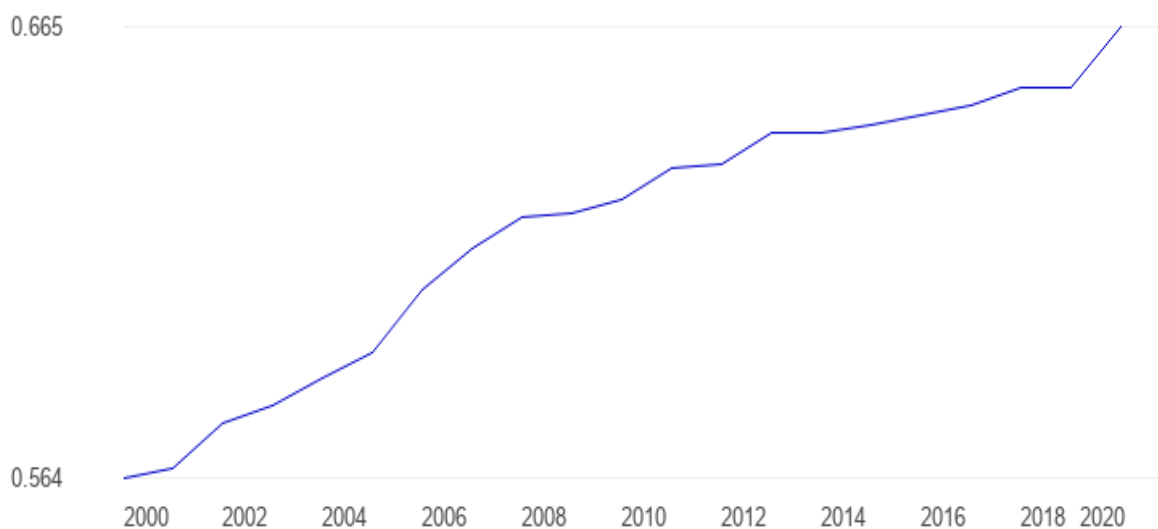
Gráfico 16: Evolução do PIB per capita de Cabo Verde (1980- 2021).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Como se pode observar no gráfico nº16 até 2008 que foi o ano de graduação de Cabo Verde o PIB *per capita* apresentava uma tendência crescente tendo conhecido posteriormente algumas oscilações na sua evolução. A partir de então conheceu uma tendência decrescente com ligeiras oscilações motivado pela drástica redução da APD.

Gráfico 17: IDH de Cabo Verde (2000- 2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

A tendência crescente do índice de Desenvolvimento Humano colocou Cabo Verde no patamar de país de rendimento médio como um dos critérios utilizados na avaliação do processo de graduação do país. De facto, o valor do IDH de Cabo Verde (ver gráfico nº 17), desde 2006 tem sido superior a 0,6 pontos, colocando o país na categoria de país de desenvolvimento médio. Em 2017 situava-se na posição 125 no ranking do IDH (no total de 189 países), subindo uma posição em relação ao ano 2016, passando de 0, 652 para 0,654 pontos de acordo com o PNUD.

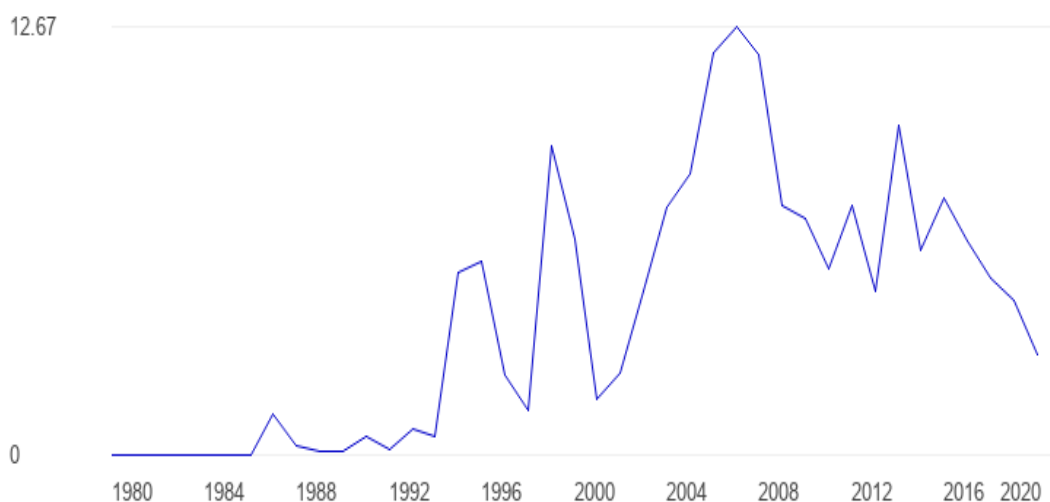
Segundo os dados da OCDE, há uma tendência de diminuição da ajuda, tendo passado de aproximadamente 327 milhões de dólares em 2010 para 113 milhões de dólares em 2017, registando uma redução na ordem de 62%. Igualmente constata-se que o peso da APD no PIB reduziu em quase 65% entre 2010 e 2017.

A ajuda externa recebida foi canalizada para investimento em setores estruturais (economia, educação, saúde, ambiente, governação, etc.). Os investimentos em infraestrutura sociais e serviços representaram uma média de 40% da APD de acordo com OCDE (2018) e permitiram suavizar problemas socioeconómicos com impactos positivos no cumprimento de alguns dos ODM medidos através da melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral.

Por esta razão Mendes (2010) ao referir-se a importância da APD para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, dizia o seguinte:

“A Ajuda Pública é um fator imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, contribui, em geral, para a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos setores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos. (Mendes, 2010:131)”

Gráfico 18: Evolução do IDE de Cabo Verde (1980 – 2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Como se pode observar no gráfico n.º 18, até ao ano de graduação o IDE de Cabo Verde atingiu o seu pico e a partir de então foi conhecendo uma drástica redução justificando deste modo a redução do investimento estrangeiro em Cabo Verde.

Por esta razão, na análise efetuada foi constatada que a saída de Cabo Verde da lista dos PMA pode vir a acarretar consigo alguns constrangimentos para o país. A ausência de recursos naturais, as condições climáticas adversas, a dimensão do mercado interno e a insularidade são alguns dos fatores que tornam Cabo Verde extremamente vulnerável e dependente dos fluxos externos (APD, IDE, Remessas).

6.3. Experiência de Maldivas

Vindo eu de um pequeno país insular, posso partilhar convosco que será difícil, desafiante, porque o processo de graduação não tem em conta as vulnerabilidades dos pequenos Estados”(*Abdullah Shahid, 2022*).

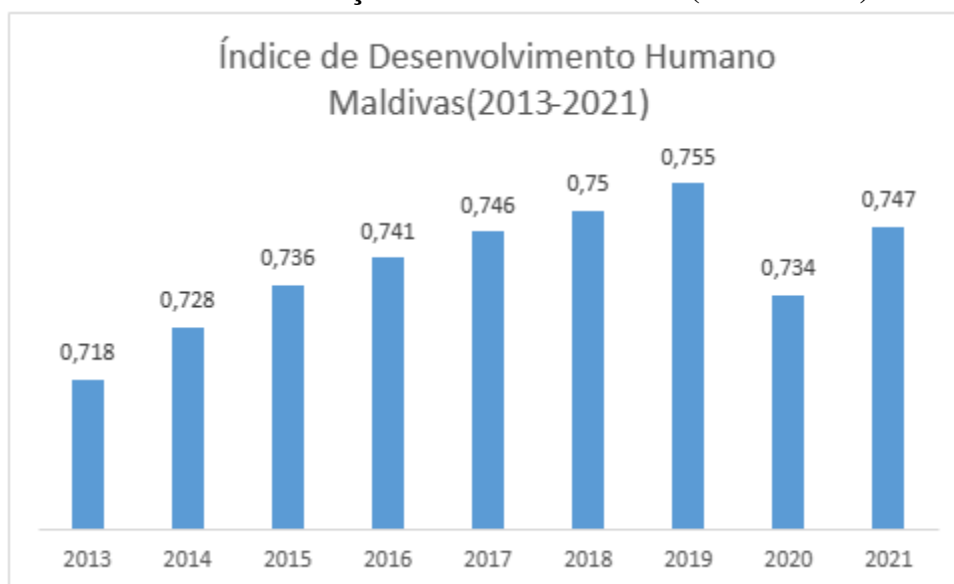
A graduação das Maldivas foi recomendada, pela primeira vez em 2000, mas só 11 anos depois é que foi efetivada a saída da categoria dos PMA. Este adiamento deveu-se a duas razões, que até hoje têm impacto sobre o país: a vulnerabilidade económica, medida pelo indicador do IVE, e as consequências provocadas pelo tsunami de 2004, que arrasou a ilha e adiou a graduação do país. Devido à pequena dimensão da economia e ao impacto das alterações climáticas, como a subida do nível do mar e as condições climáticas, o país continua extremamente vulnerável a choques externos (Simoni, 2019).

O crescimento económico que permitiu às Maldivas aumentar o seu rendimento e acelerar o desenvolvimento social foi conseguido, em grande parte, pela transformação estrutural orientada por políticas de desenvolvimento, focada especialmente no setor dos serviços, em particular o turismo. Foram elaboradas medidas de incentivos fiscais e regulamentos de investimento mais aliciantes, com o objetivo de atrair investimento para o setor turístico do país. A pesca transformou-se na segunda indústria mais importante e, mesmo com a perda de alguns benefícios após a graduação, a adoção de políticas industriais, especialmente de promoção da exportação, permitiu ao país entrar em novos mercados e posicionar o peixe maldivo como um produto de alta qualidade (Drabo e Guillaumont, 2018).

O investimento no setor do turismo deu-se segundo um plano de crescimento, em que inicialmente a infraestrutura relacionada ao setor foi cuidadosamente planeada e uma grande parte do fluxo de investimento foi-lhe destinado. O plano das Maldivas para este setor visou criar um mercado diferencial, incidindo nos turistas com maior poder de compra (CDP, 2017a). Foram elaboradas medidas de incentivos fiscais e regulamentos de investimento mais aliciantes, com o objetivo de atrair investimento para o setor turístico do país. A pesca transformou-se na segunda indústria mais importante e, mesmo com a perda de alguns benefícios após a graduação, a adoção de políticas industriais, especialmente de promoção da exportação, permitiu ao país entrar em novos mercados e posicionar o peixe maldivo como um

produto de alta qualidade (Drabo e Guillaumont, 2018). O Banco Mundial classifica as Maldivas como tendo um rendimento económico médio-superior. Com Sri Lanka, é um dos dois únicos países do sul da Ásia com um IDH considerado elevado, como se pode observar no gráfico nº 19, com o seu rendimento *per capita* sendo a mais alta entre os países da SAARC.

Gráfico 19: Evolução do IDH de Maldivas (2013 – 2021)



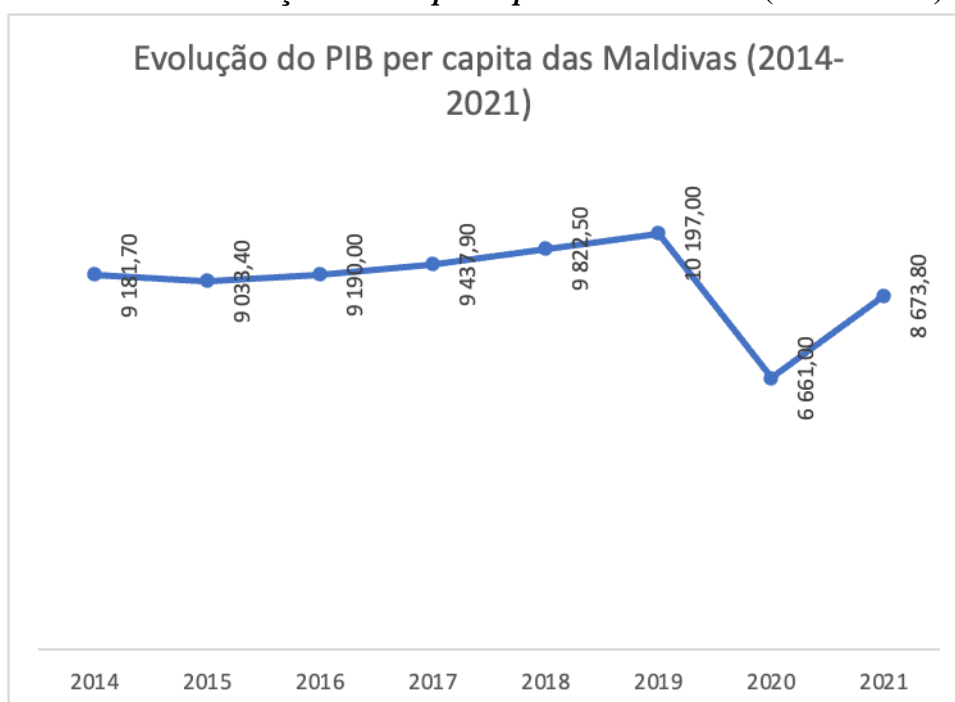
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

De recordar que a República das Maldivas é um pequeno país insular situado no Oceano Índico ao sudoeste do Sri Lanka e da Índia, ao sul do continente asiático, constituído por 1 196 ilhas, das quais 203 são habitadas e localizadas a cerca de 450 km ao sul da península do Decão. A sua única fronteira real é com o território indiano das Laquedivas, a norte, mas são também os vizinhos mais próximos do Território Britânico do Oceano Índico, um conjunto de ilhas localizadas ao sul das Maldivas.

Possui um clima tropical e húmido com uma precipitação aproximada de 2 mil mm ao ano. O Islã é a religião predominante e obrigatória, a qual foi introduzida em 1153. Foi colónia portuguesa (1558), holandesa (1654) e britânica (1887). Em 1953 tentou-se estabelecer uma República, mas poucos meses depois se restabeleceu o sultanato. Alcançou a independência em 1965 e em 1968 foi reinstaurada a República, contudo, em 38 anos o país só teve dois presidentes, ainda que as restrições políticas tenham diminuído recentemente. É o país menos populoso da Ásia, o menos populoso entre os países muçulmanos e também o menor país da Ásia.

A economia das Maldivas foi durante século totalmente dependente da pesca e de outros produtos marinhos. Por esta razão a pesca tem sido e permanece sendo a principal ocupação da população. Este fato também significa que o governo dá uma prioridade especial a seu desenvolvimento. Além da pesca, outra atividade que tem crescido durante os últimos anos é o turismo. Seu desenvolvimento tem criado emprego direta e indiretamente, e tem gerado oportunidades de trabalho em outras áreas, como a indústria. Na atualidade o turismo é a principal fonte de ingresso de moeda estrangeira, contribuindo com cerca de 28% do PIB.

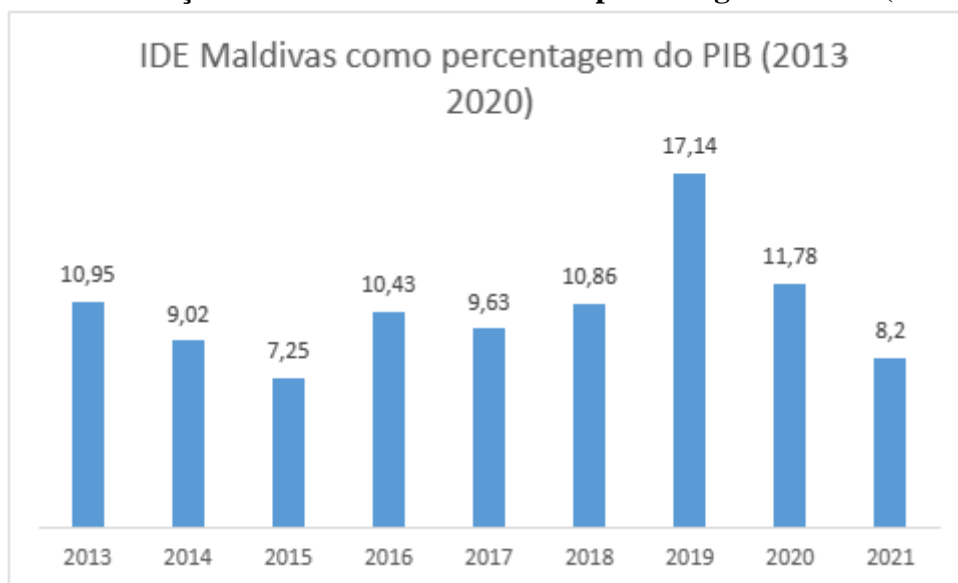
Gráfico 20: Evolução do PIB per capita das Maldivas (2014 – 2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Analisando o IDE das Maldivas no gráfico nº21, constata-se que ao contrário do PIB per capita, este apresenta uma tendência de crescimento, mas com oscilações significativas. Devido às suas características e às vulnerabilidades a que estas ilhas estão sujeitas, é natural haver, por parte dos investidores, alguma reticência em investir. Contudo, em comparação com o valor registado em 2019, houve uma queda em 2020, apresentando de novo uma tendência crescente em 2021.

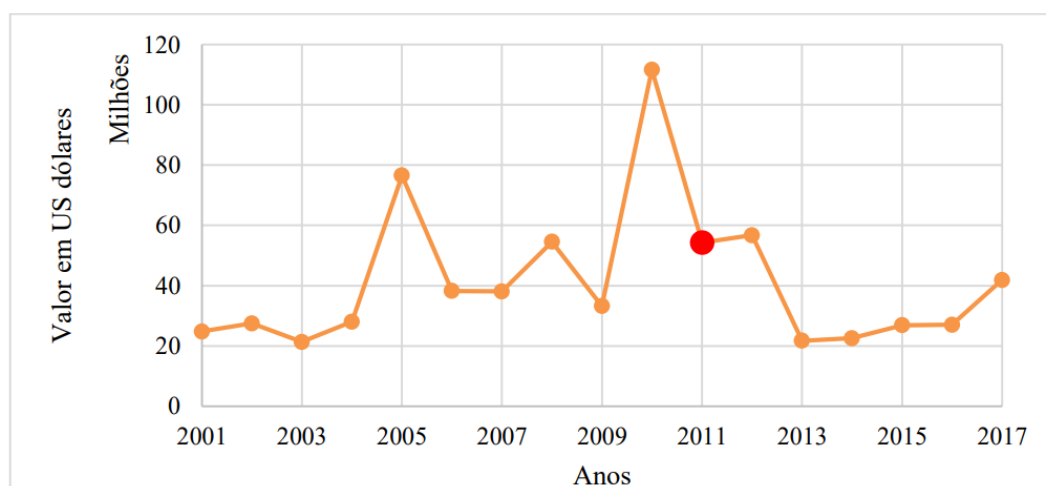
Gráfico 21: Evolução do IDE de Maldivas como percentagem do PIB (2013-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Todavia, é possível constatar que, após a graduação em 2011, houve uma ligeira diminuição de APD até 2013, como se pode observar no gráfico nº 22 seguido de um novo crescimento moderado. O pico do nível de APD em 2005 pode ser explicado pelo *tsunami* de 2004, episódios que mobilizam uma quantidade considerável de ajuda externa.

Gráfico 22: Evolução de APD de Maldivas (2001 – 2017)



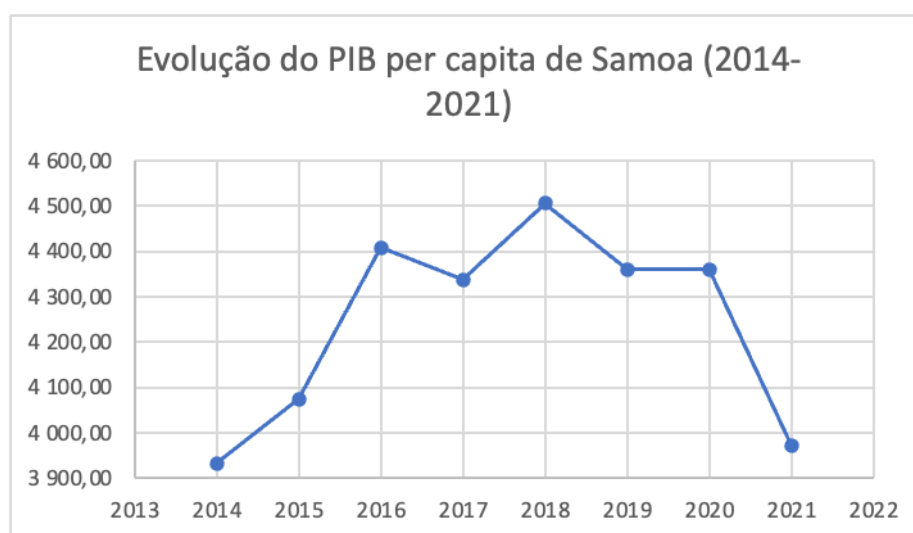
Fonte: Fortes (2020)

6.4. Experiência de Samoa

Samoa enfrenta um alto índice de vulnerabilidade económica, tal como os países graduados, nomeadamente Botswana, Cabo Verde e as Ilhas Maldivas referidos anteriormente, com uma pontuação de 39,7 no IVE (UNDESA, 2019h). As políticas públicas definidas pelo governo tiveram um papel crucial para o crescimento, sobretudo pela forma como foram geridos os montantes de APD recebidos, de forma alinhada com os planos estratégicos e de desenvolvimento do país (CDP, 2017a). Tal como aconteceu nas Maldivas, Samoa também enfrentou um terramoto seguido de tsunami em 2009, que fez com que o processo de graduação fosse adiado tendo em conta que inicialmente estava marcado para 2010, mas devido ao impacto do desastre natural no país foi adiado.

De acordo com os dados disponíveis e olhando para a evolução do PIB *per capita* no gráfico nº 23 constata-se que houve uma evolução relativamente estável até 2016, com uma redução assinalável em 2018 e a partir de então tem registado uma tendência decrescente muito acentuada em 2021.

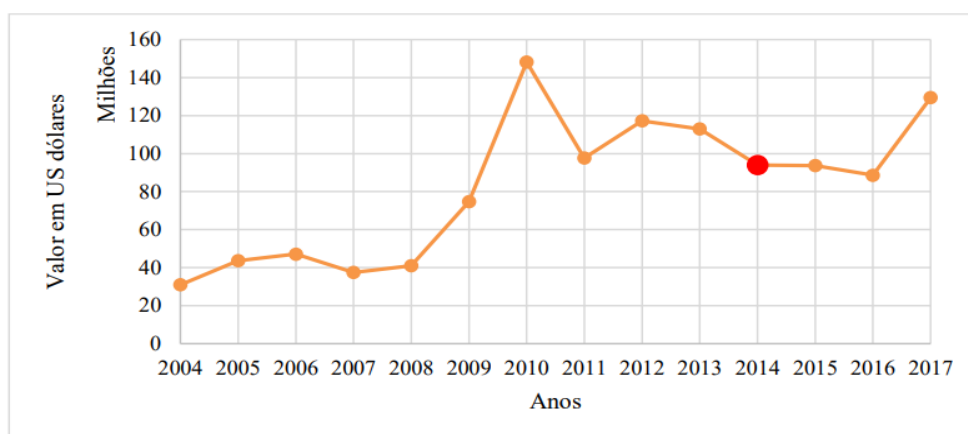
Gráfico 23: Evolução do PIB *per capita* de Samoa (2014-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2021)

Relativamente a APD os dados disponíveis revelam que após a graduação em 2014 houve uma diminuição nos anos seguintes tendo registado uma tendência crescente a partir de 2017, como se pode observar no gráfico nº 24.

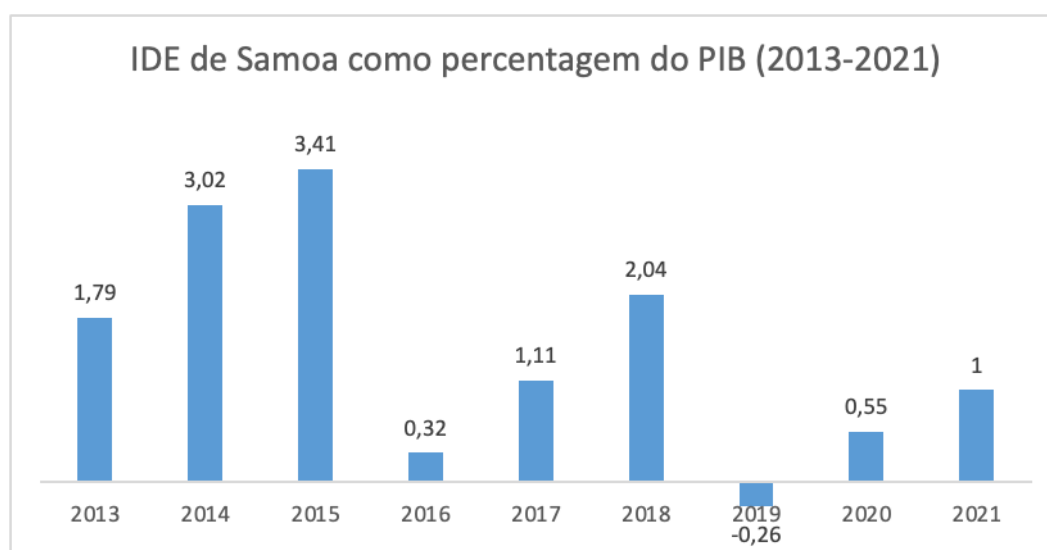
Gráfico n° 24 – Evolução da APD de Samoa (2004 – 2017)



Fonte: Fortes (2020); ONU (2015)

No que concerne à evolução de IDE de Samoa constata-se, como se pode observar no gráfico n° 25, que tem apresentado fortes oscilações, como aliás também sucede com os outros países, o que é compreensível considerando a natureza deste tipo de investimento. Após o desastre natural de 2009, o investimento voltou novamente a crescer no país, registando depois uma quebra considerável em 2016, o que pode ser explicado pelas eleições que tiveram lugar nesse ano e que poderão ter causado alguma apreensão aos investidores. Importa realçar que devido à vulnerabilidade a desastres ambientais que caracteriza Samoa, o IDE é muitas vezes baixo, por receio dos investidores em investirem e perderem o seu capital como consequência dos frequentes desastres (Simoni,2019).

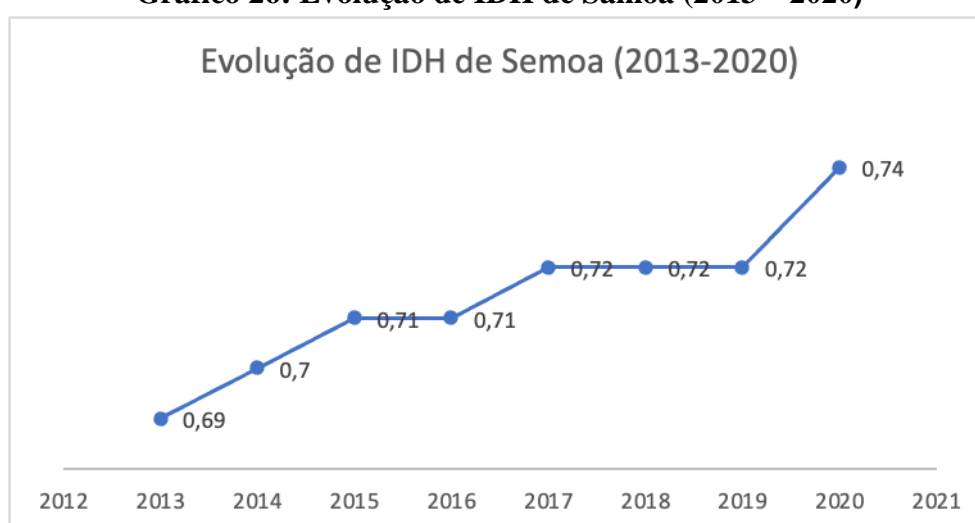
Gráfico 25: IDE de Samoa como percentagem do PIB (2013-2021)



Fonte: Banco Mundial (2021)

Samoa tem hoje um nível elevado de IDH, pontuando cerca de 0.74, como se pode observar no gráfico nº26. Entretanto, tal como os países já graduados acima referidos, a vulnerabilidade económica continua muito elevada, pontuando 39,7 no IVE (UNDESA, 2019h). No relatório do CPD, é destacado o esforço do governo em dialogar com os parceiros comerciais e de desenvolvimento para minimizar os possíveis efeitos negativos da graduação. Samoa tem sido bem-sucedida em alcançar progressos contínuos desde a graduação, apesar dos desafios que enfrenta como país em desenvolvimento. De acordo com o governo, a graduação não teve impactos significativos para o progresso e desenvolvimento do país (CDP, 2017c; Fortes,2020).

Gráfico 26: Evolução de IDH de Samoa (2013 – 2020)



Fonte: Banco Mundial (2021)

6.5. Experiência da Guiné Equatorial

A graduação da Guiné Equatorial foi recomendada pelo CPD com base no critério do rendimento em 2009, tendo sido aprovada pelo Conselho Económico e Social da ONU.

Este é um cenário típico de economias que alcançam crescimento económico rápido através da exploração de recursos naturais que, neste caso é o petróleo. A expectativa subjacente a esta regra é que, após alcançarem um determinado nível de rendimento, os países não tenham tantos constrangimentos ao financiamento e, desta forma, possam investir em capital humano, em capacidade produtiva e na diversificação da economia, de modo a reduzir a sua dependência face à exportação de produtos primários cujos preços são muitas vezes extremamente voláteis. Porém, nem sempre isso acontece tal como reconhecem alguns autores nomeadamente a CPD 2018^a (Fortes;2020; Bhattacharya e Khan, 2014).

Após esta aprovação, a recomendação foi remetida à Assembleia Geral da ONU que, em 2013, decidiu conceder à Guiné Equatorial, de forma excepcional, um período preparatório adicional de seis meses antes do início do período preparatório de três anos que antecede a graduação. Importa salientar que em 2017 o governo da Guiné Equatorial solicitou ao Alto Representante dos PMA um memorando para adiar a graduação para 2020, de modo a fazer coincidir com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico - Horizonte 2020 e a avaliar o progresso do desenvolvimento novamente em 2020. Porém, esta solicitação foi feita após o país já se ter graduado ((Fortes, 2020; CDP, 2018c).

Encontrando-se na fase de país graduado que ainda beneficia de um acompanhamento mais estreito por parte do CPD, o país, durante este período, deve implementar a estratégia de transição definida *a priori* e, voluntariamente, enviar relatórios sobre a implementação desta estratégia ao CPD, que, por sua vez, supervisiona e reporta ao Conselho Económico e Social da ONU. Neste período de pós-graduação, tanto os parceiros de desenvolvimento e de comércio como as organizações do sistema da ONU coordenam e apoiam a implementação da estratégia de transição, evitando que a Guiné Equatorial sofra com a redução abrupta do apoio específico aos PMA (GRADJET, 2019, Fortes, 2020).

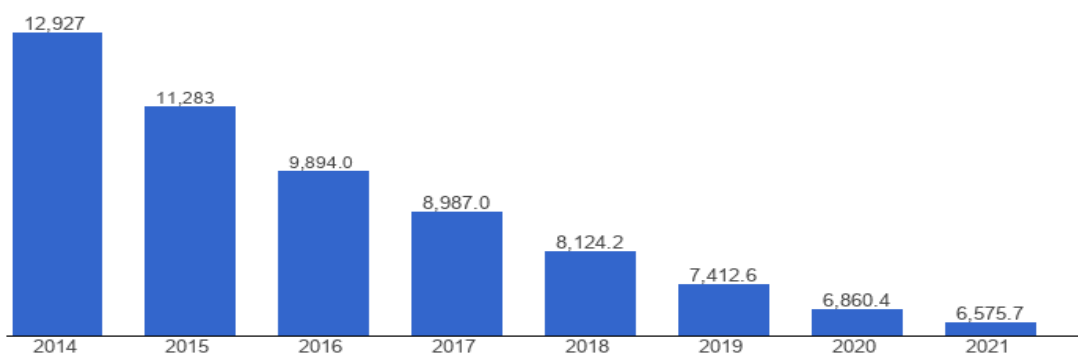
De recordar que a Guiné Equatorial é o país que maior RNB per capita apresentou em 2018 em comparação com o conjunto de países que já se graduaram, com um valor que rondou os US\$9665. É, de igual modo, o único país que tem uma pontuação dentro dos parâmetros do IVE, 27,8. Importa salientar que a Guiné Equatorial tem alcançado valores positivos no indicador IVE desde 2017, o que se deve à redução da vulnerabilidade nas exportações. Contudo, a sua economia permanece muito vulnerável a choques económicos e não se verificou melhorias significativas na diversificação e robustez desta economia. Em todo o caso, segundo Simoni (2019) é o único país graduado que já alcançou valores positivos neste indicador.

Importa referir que a Guiné Equatorial ainda não tem anos suficientes como graduada para que se possa retirar as conclusões necessárias sobre o impacto da graduação. Contudo, devido à dependência do petróleo, que motiva o baixo número de tratamentos preferenciais pelos principais parceiros comerciais, e ao elevado rendimento do país, que influencia o fluxo de APD que recebe, o fim destes benefícios não deverá causar impactos significativos (CDP, 2017d). Por esta razão Fortes (2020) considera que a Guiné Equatorial enfrenta outros desafios,

nomeadamente: as variações do preço do petróleo, o declínio na produção e a limitação que este tipo de recurso impõe na sua exploração e que constituem obstáculos à diversificação e crescimento futuros do país.

Analisando a evolução do PIB *per capita* como se pode observar no gráfico nº 27, é possível constatar que houve um decréscimo acentuado a partir de 2014, como resultado da evolução do preço do petróleo, sendo possível que esta tendência venha a prolongar-se, devido à evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais, às limitações impostas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, à limitação de novos investimentos neste setor e os efeitos negativos da guerra Rússia/Ucrânia. Em todo o caso, o valor deste indicador permanece muito acima dos limites de inclusão e graduação dos PMA (CDP, 2018c).

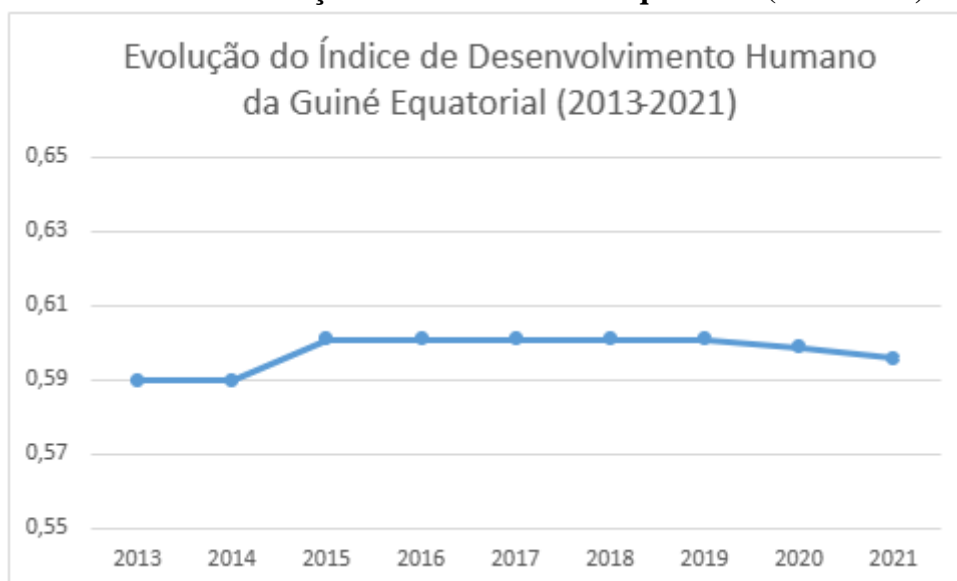
Gráfico 27: Evolução do PIB per capita da Guiné Equatorial (2014- 2021)



Fonte: Banco Mundial (2021)

Apesar de ter um rendimento muito acima da média do continente, a Guiné Equatorial, é um país caracterizado pela pobreza e corrupção, tendo ocupado o lugar 141 de 189 países no IDH, sendo o país do mundo com a maior lacuna entre o seu ranking em termos de riqueza *per capita* e de IDH. Com efeito, os resultados que este país tem alcançado nestes indicadores reflete o tipo de processo de desenvolvimento que seguiu para alcançar a graduação, com base no critério do rendimento (HRW, 2019).

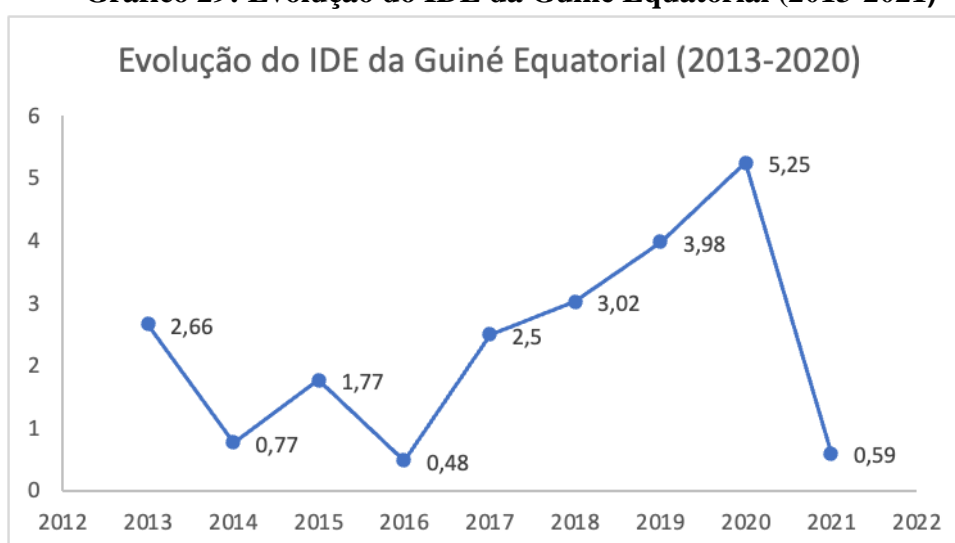
Gráfico 128: Evolução do IDH da Guiné Equatorial (2013-2020)



Fonte: Banco Mundial (2021)

Importa recordar que a Guiné Equatorial tem uma economia assente nas riquezas naturais, com o petróleo a representar a esmagadora maioria das exportações e sendo responsável por 90% da receita do Estado. Com efeito o CPD está preocupado com a sustentabilidade do crescimento na Guiné Equatorial e tem aconselhado seriamente o país a implementar estratégias de desenvolvimento que canalizem os recursos ganhos com o petróleo em melhorias para os ativos humanos e na promoção da diversificação económica (General Assembly, 2018).

Gráfico 29: Evolução do IDE da Guiné Equatorial (2013-2021)



Fonte: Banco Mundial (2021)

Com a produção de petróleo numa tendência decrescente nos últimos anos, o Governo tem tentado intensificar os esforços de diversificação da economia, investindo enormes montantes na melhoria das infraestruturas do país, incluindo estradas, distribuição de energia e portos, como se pode observar no gráfico nº 29 que sintetiza o nível de investimento direto estrangeiro feito durante o período de 2013 a 2020 tendo apresentado a partir de 2017 uma tendência crescente.

VII. Desafios e oportunidades para STP com base nos resultados do inquérito realizado

Tal como dissemos no capítulo relativo ao enquadramento metodológico, para a realização do presente estudo utilizamos como técnicas de recolha de dados a análise documental, o inquérito por questionário e a técnica de observação participante combinando, para o efeito, avaliações de cunho quantitativo e qualitativo que são consideradas por muitos autores como complementares. De igual modo, procedemos ao processamento das informações recolhidas e compiladas e à produção do relatório de pesquisa.

Com vista a encontrarmos resposta à nossa questão de investigação e aos objetivos deste trabalho, e tendo em conta os poucos recursos disponíveis bem como a natureza das informações a obter, optamos pela realização de inquérito por questionário que foi enviado por e-mail às pessoas selecionadas para o efeito tendo as respostas sido enviadas pela mesma via. Para o efeito utilizamos uma amostra com um total de 60 pessoas dentre as quais 25 quadros do Banco Central, 10 quadros são-tomenses da Administração Central do Estado, 5 quadros da diáspora e 20 pessoas da sociedade civil incluindo representantes do setor privado. Do total dos entrevistados 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino tendo sido obtido 40 respostas que representam 66,7 %. O questionário utilizado para o efeito, composto por perguntas fechadas e algumas abertas, encontra-se no anexo I deste estudo.

Tabela 6: Categoria dos Inquiridos

Categoria de Grupo alvo	Sexo		Total	%
	Feminino	Masculino		
Quadros do Banco Central	14	11	25	41,7
Quadros da Administração Central do Estado	5	5	10	16,7
Doadores Bilaterais/Multilaterais	3	2	5	8,3
Representantes do sector privado	3	2	5	8,3
Representantes da Sociedade Civil	5	5	10	16,7
Quadros da Diáspora	2	3	5	8,3
Total	32	28	60	100

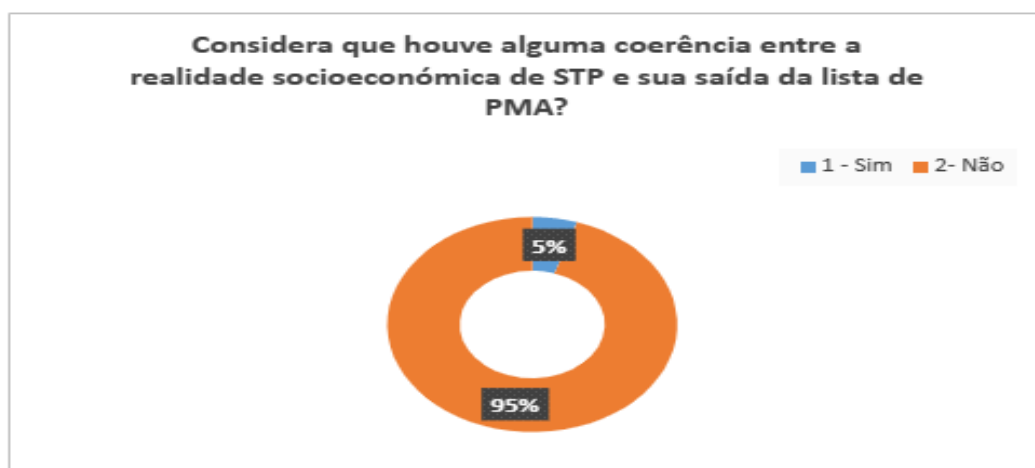
Fonte: Elaboração própria baseada no questionário

Importa sublinhar que a maioria dos inquiridos (58,4%) são representantes do sector público, seguidos dos representantes do sector privado (33,3%).

7.1 Análise de algumas respostas sobre as perguntas fechadas feitas nas entrevistas

Uma das perguntas do questionário foi a de saber se houve alguma coerência entre a realidade socioeconómica de STP e sua saída da lista de PMA tendo em conta as suas particularidades e especificidades. Como se pode observar no gráfico nº 30, 95% dos inquiridos consideram que não houve nenhuma coerência e apenas 5% consideram que houve alguma coerência.

Gráfico 30: Coerência entre a realidade Socioeconómica de STP e sua saída da lista dos PMA.



Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos.

Relativamente a pergunta sobre como avalia o impacto da saída da lista de PMA na continuidade de desenvolvimento económico e social de STP, 85% dos inquiridos considera que o impacto será negativo para o país tendo apenas 10% considerado que esse impacto será positivo, como se pode observar no gráfico n.º 31.

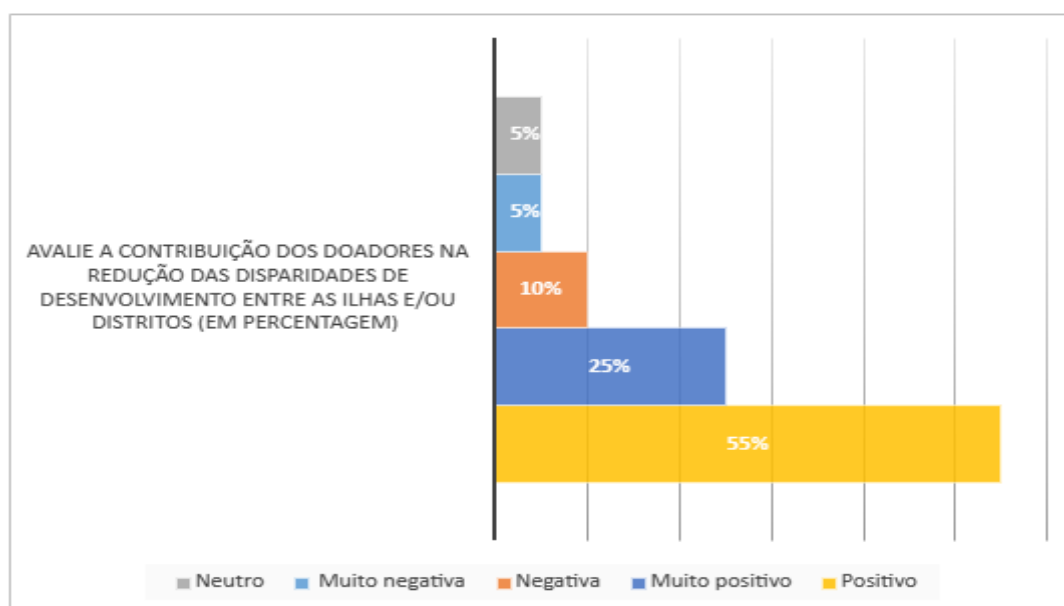
Gráfico 31: Impacto da saída da lista de PMA na continuidade do desenvolvimento económico e social de STP



Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos.

No concernente à avaliação da contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as Ilhas e/ou Distritos 55% dos inquiridos consideram que essa contribuição foi positiva como se pode observar no gráfico nº32.

Gráfico 32: Contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e/ou distritos



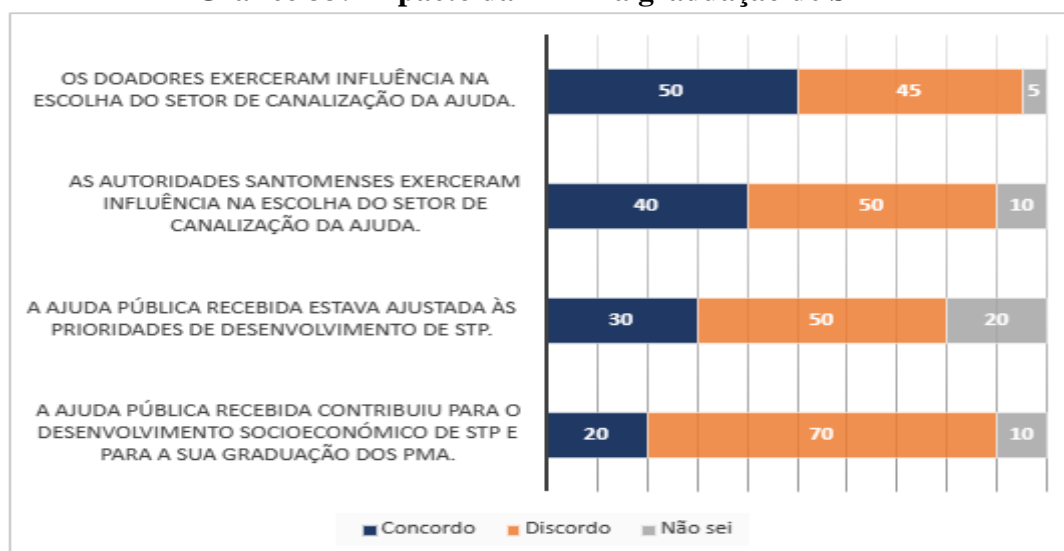
Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos.

Relativamente a APD, 50% dos inquiridos consideram que são os doadores que exercem influencia na escolha do sector de canalização da ajuda enquanto que apenas 40% consideram que são as autoridades são-tomense que exercem influencia na escolha do sector de canalização da ajuda.

De igual modo 50% dos inquiridos considera que a APD recebida estava ajustada às prioridades de STP

No concernente à contribuição da APD para o desenvolvimento de STP, 70% dos inquiridos concordam com o impacto que essa contribuição tem tido no desenvolvimento socio-económico de STP, como se pode observar no quadro nº 33.

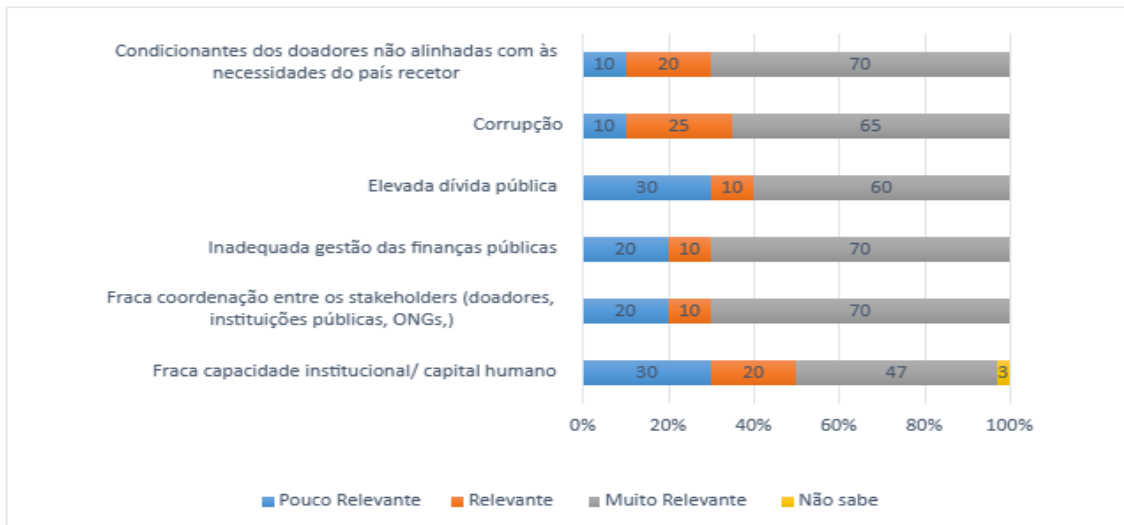
Gráfico 33: Impacto da APD na graduação de STP



Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos

Uma das questões avaliadas no inquérito foi a de conhecer alguns obstáculos quer internos, quer externos que exercem alguma interferência na eficácia da APD tendo a maioria dos inquiridos destacados os obstáculos tais como a fraca capacidade institucional/ capital humano; fraca coordenação entre os *stakeholders* (doadores, instituições públicas, ONGs.); inadequada gestão das finanças públicas; elevada dívida pública; corrupção e algumas condicionantes dos doadores não alinhadas com às necessidades de STP, como se pode observar no gráfico nº 34.

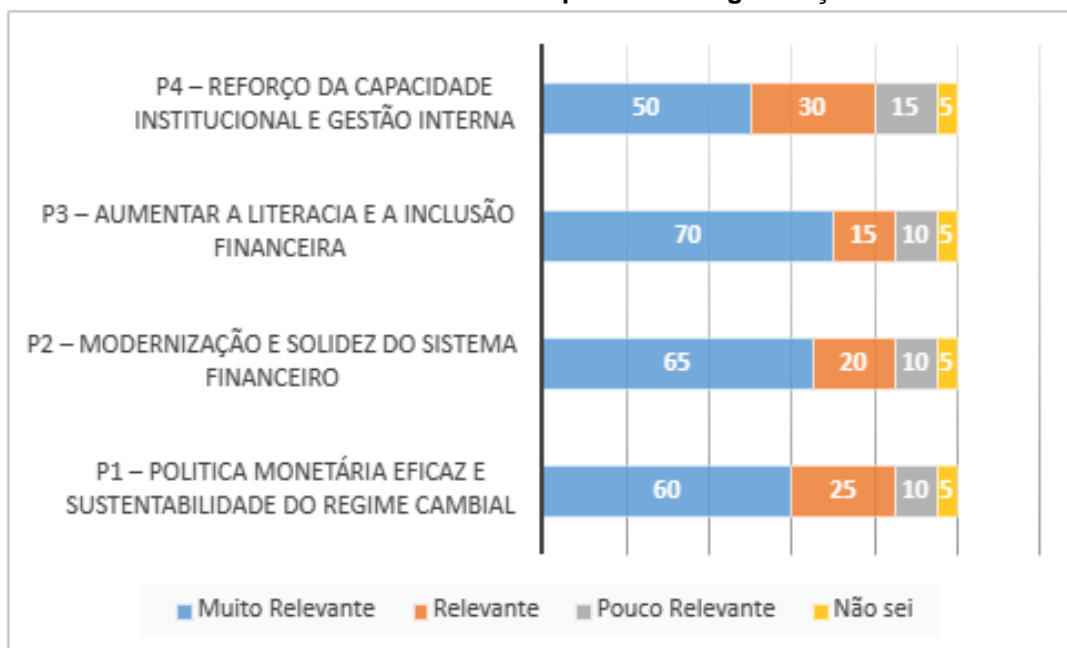
Gráfico 34: Alguns obstáculos quer internos, quer externos que exercem alguma interferência na eficácia da APD



Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos

Relativamente ao Banco Central a maioria dos inquiridos considera que para que essa Instituição bancária possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam a STP no processo de graduação da categoria dos PMA os seguintes pilares são muito relevantes neste processo, nomeadamente: P1 – Política Monetária Eficaz e Sustentabilidade do Regime Cambial; P2 – Modernização e solidez do sistema financeiro; P3 – Aumento da Literacia e a Inclusão Financeira; P4 – Reforço da Capacidade Institucional e Gestão Interna, como se pode observar no gráfico nº 35.

Gráfico 35: Desafios do BCSTP no processo de graduação de STP



Fonte: Elaboração própria baseada nas respostas dos inquiridos

7.1 Síntese de algumas respostas abertas sobre os desafios, as oportunidades e o papel do BCSTP no processo de graduação de STP

1. Na sua perspetiva quais são os principais desafios para STP após a sua graduação da categoria de PMA?

- Os principais desafios prendem-se com a problemática do crescimento e do desenvolvimento económico. A economia são-tomense tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, mas é preciso que esse crescimento económico seja acompanhado de desenvolvimento económico que deverá proporcionar melhores condições de vida para a população em geral, bem como um crescimento económico robusto na ordem dos dois dígitos.
- O principal desafio consiste na obtenção de recursos humanos altamente qualificados, pois o País tem um défice crónico de recursos humanos qualificados nas diversas áreas de atividade, tanto no sector público, como no privado.
- O maior desafio prende-se com o desenvolvimento técnico e científico do país crescimento descontrolado da população, redução da taxa de desemprego, redução da pobreza e criação de riqueza (Como enriquecer a classe media são-tomense?)
- O maior desafio prende-se com a Implementação do IVA e a modernização da máquina fiscal.
- O principal desafio prende-se com o Investimento nas seguintes áreas: Saúde; Saneamento do meio; Distribuição de água potável; Educação; Urbanização.
- Formação e treinamento na constituição da equipa. Treinamento constante.
- Ciente do muito que existe ainda por fazer no quadro da criação de condições que garantam a sustentabilidade da dinâmica de desenvolvimento a ser promovida por STP, e tendo igualmente presente as limitações impostas pelo contexto económico internacional adverso, STP corre o risco de cair na armadilha de ser um País de Rendimento Médio fictício, sem possibilidade de garantir a irreversibilidade dessa graduação;
- Importa ter presente que a possibilidade da graduação de São Tomé e Príncipe pode conduzir a uma gradual redução do nível de Ajuda (APD), bem como à supressão (igualmente progressiva) de outros benefícios inerentes ao estatuto de Países Menos

Avançado (PMA) (como sendo, por exemplo, a diminuição do grau de concessionalidade dos empréstimos e a revisão dos pressupostos que sustentam as trocas comerciais);

- Para além das debilidades estruturais e dos amplos desafios com que o país se depara, cabe realçar o significativo contributo que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, os empréstimos (designadamente concessionais) têm dado para assegurar o financiamento do desenvolvimento do país;
- Os desafios continuarão a ser os mesmos, e quiçá, agravados pela redução da APD. Têm sobretudo a ver com incapacidade institucional geral do país, com especial realce para o sector judicial.

2. As principais oportunidades económicas para STP após a sua graduação da categoria de PMA

- Não obstante, até à data, os parceiros de desenvolvimento terem, na sua generalidade, mantido os níveis de APD, a graduação da lista de Menos Avançados e o atual contexto económico internacional poderão servir de mote ao ajustamento das dinâmicas de cooperação entre a comunidade internacional e STP;
- Uma das principais oportunidades é aproveitar a ratificação na integração da zona de comércio livre assinado recentemente pelo Estado santomense, o que permitirá a facilitação de escoamento de produtos de exportação que permitirá arrecadação de receitas próprias para o País, a fim de pelo menos diminuir a dependência de ajudas externas. aproveitar esta vasta área marítima que temos e explorar melhor os recursos provenientes do mar e não só para arrecadação de receitas em divisas.
- Maior abertura ao investimento Privado nacional e estrangeiro; Acessibilidade ao financiamento multilateral em função das reais necessidades do país; Criação de serviços públicos e principalmente privados na área económica do país; Estratégia de redução eficaz da pobreza.
- O país poderá vir a ser visto de uma outra forma pelos seus parceiros, poderá atrair mais investimento direto estrangeiro, bem como ter mais parceiros bilaterais. Haverá novas oportunidades de negócios, novas portas abrir-se-ão, e o país ao chegar naquele nível deverá saber que estará em pé de igualdade com os outros países que lá já estão há alguns anos ou recentemente;

- Não creio que as oportunidades económicas estejam diretamente ligadas à graduação do país.
- Ciente do muito que existe ainda por fazer no quadro da criação de condições que garantam a sustentabilidade da dinâmica de desenvolvimento a ser promovida por STP, e tendo igualmente presente as limitações impostas pelo contexto económico internacional adverso, STP corre o risco de cair na armadilha de ser um País de Rendimento Médio fictício, sem possibilidade de garantir a irreversibilidade dessa graduação;
- Torna difícil vislumbrar as principais oportunidades económicas para STP após a sua graduação da categoria de PMA, sem uma estratégia de desenvolvimento claramente definida

3. O Papel que deve desempenhar o Banco Central para permitir que STP possa atravessar com sucesso o período de transição e preparar as bases para o desenvolvimento do país num cenário pós -PMA?

Relativamente ao papel do Banco Central, vários entrevistados consideram o seguinte:

- O Banco Central tem um papel crucial enquanto entidade reguladora e que deve garantir a estabilidade macroeconómica do país.
- Deve dotar São Tomé e Príncipe de estudos necessários que permitam aos governantes de poderem seguir, de forma atualizada, o processo de graduação do país da categoria de PMA e tomarem decisões assertivas e sustentáveis;
- Banco Central deve ser imparcial e estar isento de qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso da Instituição;
- Deve desempenhar um papel cimeiro em todo o processo de desenvolvimento do País, no que toca ao controlo da taxa de juro, evitando a sua subida descontrolada o que refletirá muito severamente na subida da inflação;
- Deve ter mais intervenção e controlo das instituições financeiras para evitar o colapso dos Bancos comerciais como foi o caso do Banco Privado, Banco Equador entre outros;
- Deve continuar a manter essa paridade monetária em relação ao Euro, pois esse sistema tem ajudado muito o sistema financeiro do País.

- Deve apoiar o estado na emissão de Obrigações do Tesouro e apoiar o Estado na preparação de legislação para Emissão de Dívida Privada.
- Relativamente aos pilares em que se assenta o plano estratégico do Banco Central a maioria dos entrevistados consideram que se trata de pilares muito relevantes para que o Banco Central possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam a STP no processo de Graduação da categoria dos PMA.

VIII. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1. CONSTATAÇÕES

Definimos como objeto desse estudo “A Graduação de São Tomé e Príncipe da categoria de PMA: Desafios, oportunidades e o papel do Banco Central nesse processo”. Propusemos como questão de investigação, analisar se “São Tomé e Príncipe estará efetivamente em condições para graduar-se, em dezembro de 2024, tal como previsto.

Para o efeito, definimos como objetivo geral analisar os desafios e as oportunidades que se colocam à STP para a sua graduação, o papel que o Banco Central deve desempenhar no âmbito deste processo e aferir se haverá ou não a necessidade de se prolongar o período de transição para além dos seis anos, já concedidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo em conta a atual conjuntura quer nacional, quer internacional, facto que nos levou a definir cinco objetivos específicos que aparecem na parte introdutória desse estudo.

Para a sua elaboração recorreremos a dois métodos de pesquisa, nomeadamente o estudo de caso e o método histórico tendo utilizado como técnicas de recolha de dados a análise documental, inquérito por questionário, observação participante combinando para o efeito, avaliações de cunho quantitativo e qualitativo que são consideradas por muitos autores como complementares.

Após uma aturada análise baseada nos objetivos previamente definidos bem como nos resultados dos inquéritos realizados para o efeito, constatamos o seguinte:

- 1) A graduação constitui um marco importante no percurso de desenvolvimento de um PMA, representando a transição desse estatuto para a condição de país em

desenvolvimento. No entanto, a UNCTAD (2016) alerta que a graduação não é o fim da trajetória, mas um passo importante que assinala o momento em que o país cresceu e se desenvolveu o suficiente para sair do ciclo vicioso da pobreza e prosseguir a sua própria trajetória, sem depender das medidas de apoio especiais que a categoria de PMA lhe conferia, ainda que possa continuar a usufruir destas durante algum tempo após a graduação;

- 2) A graduação é um processo que foi desenhado para ser iniciado exclusivamente quando o país estivesse devidamente preparado para o efeito. Por isso o processo de graduação pode causar alguma apreensão aos governos dos PMA. Para o efeito é definida uma estratégia de graduação, em conjunto com a ONU, para que a transição ocorra o mais tranquilamente possível, de modo a não ter um impacto negativo sobre a trajetória de desenvolvimento prosseguida até então pelo país;
- 3) A graduação não é sinónimo de desenvolvimento. Por esta razão, o objetivo final de um país não deve ser a graduação; é apenas uma etapa na sua trajetória de crescimento e desenvolvimento. Ela traduz o acréscimo de preparação do país e a sua superação de alguns dos seus desafios estruturais, mas não significa que os problemas que o afetavam desapareçam completamente, mesmo quando definido e seguido uma estratégia de transição rumo a graduação, que não é o caso de STP;
- 4) Os desafios enfrentados pelos PMA não desaparecem com a graduação, pelo contrário, estes evoluem ao longo do processo e, apesar de a graduação significar que o país já não está no grupo dos PMA e já não ser tão vulnerável, há muitos desafios que ainda persistem e podem afetar seriamente o país, isto é, apesar de a graduação não significar a perda total e repentina dos benefícios destinados aos PMA, essa redução pode significar a perda de espaço de diálogo destinado a endereçar estes desafios;
- 5) A economia de STP enquanto Estado insular em vias de desenvolvimento, apresenta características similares a das economias dos países menos avançados (PMA), podendo-se destacar, de entre outras, as seguintes: fraqueza estrutural; deficiente capacidade de produção; ausência de competitividade; défice estrutural crónico da balança de pagamentos; mercado interno exíguo; dependência nas flutuações de preço no mercado dos produtos de base; setor privado embrionário; imensas dificuldades de criação de emprego; deficiência na valorização dos recursos humanos; elevada dívida externa; infraestruturas degradadas ou inexistentes; falta ou quase ausência de atenção das autoridades em relação ao património histórico/cultural (as roças), sem programas sustentáveis de valorização e conservação do património natural;

- 6) Acresce-se a esta panóplia de circunstâncias, as condições externas também nada favoráveis nos últimos tempos. Agudizadas pelo impacto negativo da pandemia da Covid-19 e da Guerra Rússia /Ucrânia, que aumentam por sua vez a vulnerabilidade face ao mercado dos produtos de base, cujo curso e termos de troca não param de se deteriorar que, associado à insustentabilidade da dívida externa dificulta ainda mais a promoção do desenvolvimento do país *já de per si* fortemente vulnerável aos choques exógenos, dependentes da APD que financia mais de 97% das despesas de investimento;
- 7) A recomendação para a graduação de STP, que foi considerada pela primeira vez em 2015, assentou-se principalmente nos progressos alcançados no rendimento *per capita* e no IDH, considerados suficientes para satisfazer os critérios de elegibilidade, apesar do incumprimento no IVE;
- 8) A referida decisão foi adotada numa altura (período 2012-2016) em que o crescimento foi relativamente forte, com uma taxa média anual de 4,2%, apoiado nomeadamente pelo aumento do investimento direto estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados pelos doadores e pela melhoria das receitas fiscais e do turismo. No entanto, devido, em grande medida, a choques exógenos, associados aos efeitos da pandemia e ao corte constante de energia, a economia conheceu um certo abrandamento, tendo a taxa de crescimento do PIB passado de 3% em 2020 para apenas 1,8% em 2021, contrariamente às projeções do FMI que apontavam que o crescimento do PIB oscilaria entre 5% e 9%, no período de 2015-2020;
- 9) Pese embora se ter registado uma tendência a diminuição da taxa de inflação no período 2011 a 2015, a verdade é que a partir do ano de 2015 começou-se a registar uma tendência de aumento da referida taxa de forma constante, tendo passado de 5,3% em 2015 para 9,5% no final de 2021 e 24% em finais de 2022, tudo isso provocado pelo aumento dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis, contrariando deste modo as projeções do FMI, que apontavam que esta taxa atingiria 12,1% em 2022, antes de abrandar em 2023 para 8,7%;
- 10) Com uma economia altamente vulnerável a choques exógenos, e muito dependente de ajuda externa, as autoridades são-tomenses solicitaram um período de transição prolongado de seis anos que foi concedido pela Assembleia Geral das Nações Unidas ao invés dos três anos padrão, de forma a dar ao Governo oportunidade de implementar as reformas internas necessárias e alinhar a sua estratégia de transição com o seu plano nacional de desenvolvimento, período esse que conhecerá o seu término em dezembro

de 2024 com a efetiva graduação de STP à categoria de PRM;

- 11) De 2015 até a presente data, a situação económica e social do país conheceu níveis consideráveis de degradação tal como reconhece o XVIIIº Governo Constitucional no seu Programa (2022) quando diz que a observação da realidade e os dados disponíveis revelam uma degradação assustadora das condições económicas e sociais de São Tomé e Príncipe nos últimos anos, tendo agravado a pobreza extrema e a fome;
- 12) O XVIIIº Governo considera igualmente que do ponto de vista macroeconómico, os riscos são enormes para se atingir o crescimento económico que permite alcançar os mínimos que garantam oportunidades de rendimento para subsistência das famílias e a segurança alimentar. Na perspetiva dos próximos 4 anos, o objetivo do Governo visa não só conseguir donativos e créditos concessionais para mitigar estes efeitos exógenos para garantir o bem-estar das populações, como também criar espaço fiscal para implementar políticas orçamentais contra cíclicas que garantam a estabilidade macroeconómica num contexto de choque de preços de produtos com grande ponderação no cabaz de consumo das famílias são-tomenses;
- 13) As estimativas do FMI (2022) em conjunto com as autoridades nacionais apontam para a redução significativa de donativos para o financiamento de projetos de investimentos a partir de 2024. Todavia, os últimos acontecimentos na arena mundial levam as autoridades a serem mais conservadoras e realistas, assumindo no seu Programa que os donativos poderão reduzir-se já a partir de 2023;
- 14) Cinco dos países até agora graduados ainda não conseguiram alcançar os valores desejados no IVE, um indicador que traduz desafios e vulnerabilidades de extrema importância para estas economias. Em todo o caso, a graduação é uma etapa que todos os PMA deverão mais cedo ou mais tarde almejar, tal como é reconhecido e proposto na Declaração de Istambul. Desejavelmente, serão cada vez mais os países que, extraíndo lições da experiência dos que os antecederam, conseguirão reunir as condições necessárias para dar o próximo passo e graduar-se;
- 15) A graduação implica em princípio o fim da elegibilidade para os programas de acesso comercial preferencial, sem que as exportações dos países em questão beneficiem do “tratamento da Nação mais favorecida” a não ser que, como medida de transição, tenham assinado acordos bilaterais e/ou regionais com os seus parceiros comerciais. De notar que esta forma de tratamento, acordada pelos países da Organização Mundial do

Comércio, estabelece que em trocas comerciais não haja discriminação entre parceiros, ou seja, as vantagens comerciais deverão ser iguais para ambas as partes (WTO, 2019);

- 16) O tratamento preferencial atribuído aos PMA pela OMC cessa normalmente com a graduação, mas existe a possibilidade de se negociar acordos especiais com os Estados-membros em áreas nas quais o recém-graduado considere não estar preparado para abdicar das medidas de apoio especiais. Assim, para beneficiarem de períodos especiais de transição ou apoio técnico após a graduação, os interessados devem requerer a extensão de tempo a todos os membros da OMC, que juntos deliberam sobre o assunto;
- 17) O quadro sombrio traçado pelo FMI (2022) sobre as perspetivas económicas de São Tomé e Príncipe, apontam que estão sujeitas a riscos de deterioração. Novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade. As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos” atestam de *per si* a necessidade de as autoridades ponderarem muito seriamente sobre a graduação do país em dezembro de 2024;
- 18) Os efeitos da guerra Rússia/Ucrânia e as perturbações prolongadas das cadeias de abastecimento mundiais podem levar à escassez de bens de consumo intermédio e final, ao abrandamento do crescimento e ao aumento de preços. Atrasos nas reformas das receitas poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos inferior ao previsto ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores prejudicarão as opções de financiamento;
- 19) Atrasos na reforma da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento (FMI, 2022). Um dos principais receios dos PMA, e que STP não pode ficar alheio ao encarar este processo, tem muito a ver com o facto de a perda dos benefícios específicos para os PMA poder ocorrer de forma súbita como resultado da saída da categoria, naturalmente com graves repercussões daí decorrentes;
- 20) O contexto internacional desfavorável acarreta desafios acrescidos que impõem ao Banco Central a necessidade de reforçar as suas intervenções, quer no que concerne à presença no centro da atividade económica, quer no que respeita à articulação entre as políticas orçamental e monetária”. Para o efeito foi aprovado um Plano Estratégico para

o horizonte temporal 2021-2024 que, caso se afigure necessário deve ser rapidamente revisitado para cumprir com os desideratos acima elencados;

- 21) Das entrevistas realizadas, vários entrevistados consideram que o Banco Central tem um papel crucial enquanto entidade reguladora e deve garantir a estabilidade macroeconómica. Para alguns, o Banco Central deve dotar São Tomé e Príncipe dos estudos necessários que permitam aos governantes tomarem decisões assertivas e sustentáveis; ter um Banco Central sem qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso da Instituição;
- 22) Relativamente aos pilares em que se assenta o plano estratégico do Banco Central, a maioria dos entrevistados considera que se trata de pilares muito relevantes para que o Banco Central possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam à STP no processo de graduação da categoria dos PMA;
- 23) A experiência de Cabo Verde nos ensina que um país que se preze e aspira ser um país de rendimento médio tem que ter uma base de tributação que lhe permita investir na saúde, na educação nos transportes e nas infraestruturas. Não pode ser um país que financia o seu orçamento com base apenas na ajuda pública como é o caso de STP;
- 24) Pese embora a existência da categoria dos PMA datar de 1971, até 2018, apenas 5 países africanos tinham saído da lista dos PMA nomeadamente: o Botswana em 1994, Cabo Verde em 2007, as Maldivas em 2011, Samoa em 2014 e, mais recentemente em 2017, a Guiné Equatorial tendo passado para a lista de Países de Rendimento Médio.
- 25) Os critérios definidos para o processo de graduação dos cinco países citados foram baseados em três principais indicadores nomeadamente o RNB *per capita*, o IDH e o IVE. Os valores de referência em questão constituem um mínimo de 66 pontos no IDH, um máximo de 32 pontos o IVE e um RNB *per capita* igual ou superior a US\$1230. Para começar o processo de graduação, a primeira etapa consiste em alcançar os valores de referência em pelo menos dois dos três critérios da categoria.
- 26) Olhando para os anos de graduação dos cinco países já graduados, facilmente se constata que esses países se graduaram em momentos diferentes, cada um deles com características bem distintas quer ao nível económico e político, quer ao nível geográfico e populacional, e também com algumas particularidades em relação aos recursos naturais existentes no seu território;
- 27) Os cinco países já graduados foram divididos em dois subgrupos segundo a trajetória

que seguiram para alcançar a graduação. O primeiro corresponde à graduação por via do reforço da economia e consolidação do capital humano. Esta trajetória foi seguida pelo Botswana, Cabo Verde, Maldivas e Samoa, países que se graduaram em virtude de terem atingido os valores necessários nos critérios do RNB *per capita* e do IDH. Nestes casos, os progressos em direção à graduação foram, em grande parte, o resultado de ações deliberadas e concretas adotadas pelos governos com vista a estabelecer as bases para o fortalecimento da capacidade produtiva e estrutural do país;

- 28) O segundo subgrupo, corresponde por sua vez, à graduação na sequência do cumprimento exclusivo do critério do RNB *per capita*, alcançado por via do rápido crescimento económico através da exploração de recursos naturais. A Guiné Equatorial foi o primeiro, e até ao momento o único país a graduar-se segundo este critério, apesar de não alcançar os valores desejados no IDH mas ter alcançado no ano da graduação os valores necessários para o IVE;
- 29) De acordo com o CPD (2017b) os níveis de desenvolvimento social e de diversificação económica da Guiné Equatorial não são compatíveis com o seu elevado nível de rendimento per capita, o que pode criar dificuldades substanciais no que diz respeito às suas perspetivas futuras de crescimento e desenvolvimento sustentável, salientando que este é um tipo de trajetória de desenvolvimento que necessita de muita cautela por parte dos países, uma vez que o crescimento é baseado num setor imprevisível e volátil, pelo que o processo de graduação, se não se fizer acompanhar por um adequado investimento na diversificação económica e no capital humano, pode pôr em causa o processo de desenvolvimento no período pós-graduação.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Face as constatações chegadas, muitas delas em jeito de conclusões, recomenda-se o seguinte:

Reconhecendo-se infelizmente que os seis anos concedidos pela Assembleia Geral da ONU à São Tomé e Príncipe não se traduziram em nenhuma ação concreta e eficaz por parte das autoridades na preparação adequada da almejada transição suave, o que compromete seriamente o processo de graduação do país e toda a cadeia de benefícios dela decorrentes, tendo impossibilitado que algumas medidas de apoio especiais destinadas aos PMA que

pudessem ter beneficiado o país estejam a ser gradualmente perdidas e com implicações graves para a economia;

- 1) Recomenda-se, como sendo de vital importância, o redesenhar de uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta todas as possíveis perdas de modo a se evitar choques abruptos na economia, reputando-se por isso de cruciais a monitorização por parte do CPD e os estudos feitos previamente, como é o caso do Perfil de Vulnerabilidade e da Avaliação Ex-ante;
- 2) Perante um cenário deveras sombrio plasmado no programa do XVIIIº Governo Constitucional, quando escassos meses nos separam do ano de 2024, ano para a efetivação da graduação de STP ao PRM, com todas as consequências que podem dela advir, será de todo mais prudente e recomendável, que o Governo deva encetar diligências e constituir lobbys com vista a se iniciar, sem delongas, junto a ONU, um consistente e fundamentado processo de solicitação da prorrogação por mais um período mínimo de transição de três anos ou seja até 2027, de modo a permitir desta feita que as autoridades possam criar as melhores e necessárias condições com vista a sua efetiva graduação, pelo facto de não se ter preparado o país e as suas instituições para um tal processo;
- 3) Tratando-se de um processo de graduação de STP, cuja probabilidade de extensão para pelo menos mais três anos recomenda-se, a referida estratégia deve ser desenhada e elaborada com a maior brevidade possível, por forma a se poder resgatar o tempo perdido e preparar assertivamente a saída da categoria. Este redesenhar da estratégia de transição suave, vai permitir ao país beneficiar da possibilidade de estabelecer um mecanismo consultivo capaz de ajudar tanto na preparação como nas negociações com os parceiros de desenvolvimento, capitaneadas pela ONU;
- 4) Paralelamente ao processo de solicitação da extensão do período de transição, recomenda-se que seja criada, com a maior brevidade possível pelas autoridades, uma comissão multisectorial e pluridisciplinar liderada tecnicamente pelo Banco Central de STP que assegurará igualmente o seu secretariado e composta por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças e Economia Azul, Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, MIRNA, de entre outros, com a incumbência de criar todas as condições necessárias para se dar início à elaboração da estratégia de transição suave rumo a graduação;
- 5) A referida comissão que poderá doravante denominar-se Comissão para a Elaboração da

Estratégia de Transição Suave para a Graduação de STP (CETRANSG/STP), deverá submeter ao Governo, no prazo máximo de noventa dias a contar da data da sua entrada em funções, uma agenda prioritária, com objetivos e metas muito concretas e exequíveis desdobradas num cronograma de ações realistas para o período de transição de modo a se iniciar efetivamente de forma organizada os preparativos rumo a graduação para que a mesma ocorra de forma gradual e sem perda de quaisquer benefícios;

- 6) A CETRANSG/STP para além de contar nesta empreitada com o apoio dos parceiros de desenvolvimento poderá contar com o apoio da ONU para estabelecer um mecanismo consultivo capaz de ajudar tanto na preparação como nas negociações com os parceiros de desenvolvimento, e consequentemente auxiliar e cooperar com o país ao longo de todo o processo, proporcionando-lhe a oportunidade para submeter à organização relatórios anuais sobre o seu progresso;
- 7) Um dos grandes receios do processo de graduação prende-se com a perda da APD, sobretudo na sua vertente donativos após a graduação. Sendo que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, tem uma elevada importância estratégica para o caso concreto de STP que não se pode menosprezar, a redução na sua alocação após a perda do estatuto de PMA pode ser significativa, por isso recomenda-se que a CETRANSG/STP tome em consideração essas particularidades e especificidades na elaboração da estratégia suave de transição.
- 8) A preparação para o processo de graduação deve igualmente incluir a consideração cuidadosa dos fatores que influenciam e constroem a trajetória de desenvolvimento de cada país, para o efeito é aconselhável que todos os fatores devam ser muito bem vistos e estudados, mas relativamente ao setor comercial, a perda de benefícios destes e as oscilações entre mercados deve ter uma atenção especial, tendo em conta que as negociações bilaterais para a extensão de prazos antes da perda de benefícios, sobretudo no setor do comércio, são muito importantes e devem ser planeadas com antecedência, para que produzam os resultados desejados;
- 9) O Banco Central deve dotar o país de estudos necessários que permitam aos governantes poderem acompanhar todo o processo de graduação e tomarem decisões assertivas e sustentáveis sem qualquer pendor político partidário uma vez que esta prática só contribui para retirar o verdadeiro peso e papel da Instituição, tal como sublinharam vários entrevistados;

- 10) O Banco Central deve igualmente desempenhar um papel cimeiro em todo o processo de desenvolvimento do País, no que toca ao controlo da taxa de juro, evitando a sua subida descontrolada o que refletirá muito severamente na subida da inflação;
- 11) O Banco Central deve ter maior intervenção e controlo das instituições financeiras para evitar o colapso dos Bancos comerciais como foi o caso do Banco Privado, Banco Equador, Energy Bank entre outros, mencionados pelos entrevistados. Deve de igual modo continuar a manter a paridade cambial em vigor em relação ao Euro, pois esse sistema tem dado uma valiosa contribuição a estabilidade cambial e ao sistema financeiro do País.

- **Limites da Investigação**

Nesta investigação fomos confrontados com algumas limitações, próprias de um trabalho desta natureza, que se prendem com a complexidade do tema. De facto, tratando-se de um processo ainda muito recente, não conseguimos descortinar muitas referências bibliográficas que abordassem com profundidade a temática sobre o processo de graduação, o que tornou bastante difícil compilar dados e informações sobre este tema.

As informações ou os dados disponíveis, nomeadamente estatísticos e estudos, sobre a graduação, para além de escassos são pouco fiáveis. Houve alguns constrangimentos no processo de recolha de dados, sobretudo os relativos a economia de STP, com particular realce sobre a situação económica e social mais recente, devido à pouca disponibilidade dos mesmos.

Ainda assim, ao longo de toda a pesquisa houve uma permanente preocupação em adaptar as estratégias metodológicas, adequando-as aos contextos e circunstâncias, de forma a não comprometer o nosso trabalho. Apesar destas e de outras dificuldades encontradas durante a investigação, esperamos ter proporcionado uma reflexão à altura dos desafios sobre o tema abordado, fornecendo elementos passíveis de ajudar a enriquecer os conhecimentos sobre esta temática dando deste modo o nosso modesto contributo para uma maior reflexão sobre o processo de graduação nos Estados Insulares, com particular realce para o caso de STP.

- **Pistas para trabalhos futuros**

Não tendo sido nossa pretensão esgotar um tema tão complexo como este sugerimos que se continue a aprofundar a investigação sobre esta matéria com vista a se poder avaliar o verdadeiro impacto da ajuda pública ao desenvolvimento no processo de graduação de STP tendo em conta as suas particularidades e especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M., FORTES, A. e LOPES, F. (2012), Do Programa Indicativo de Cooperação Portugal- Cabo Verde, 2012-2015. Instituto Camões, Lisboa.

BANCO MUNDIAL (2018), República De Cabo Verde: Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social. World Bank /Africa.

BARROS, AMÉRICO (2021) Plano Estratégico do Banco Central 2021-2024.

BOSE, A. & BOSE, K. (2011). Botswana Case Study Role of ICT in Graduation from a Least Developed Country to a Developed Country. In: Cunningham, P. e Cunningham, M., eds. IST Africa 2011 Conference Proceedings.

BRITO, J. L. (2013), Cabo Verde: De um Modelo de Renda para um Modelo de Economia Sustentável. Tese de Doutoramento, ISEG/ULisboa.

BRITO, J. (2015), Determinantes de Crescimento Económico: Uma Aplicação a Países Pequenos, Com Especial Referência para Cabo Verde. Tese de Doutoramento, U. Coimbra.

DAMÁSIO, B. e MAH, L. (2011), “Das limitações do PIB enquanto indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento.” CEsa – Working Paper N° 89,

, D. & BORGATTI, L. (2012). An Atypical Approach to Graduation from the LDC

BHATTACHARYA, D. & KHAN, T. (2014). The Istanbul Programme of Action for LDCs: A Learned from Graduating Least Developed Countries. New York: United Nations.

CDP (2012a). Strengthening smooth transition from the least developed country category. New York: United Nations.

CDP (2012b). Monitoring the development progress of countries that are graduating and have graduated from the list of least developed countries. New York: United Nations.

CDP (2016). Monitoring of Graduated and Graduating Countries from the Least Developed Country Category: Equatorial Guinea. New York: United Nations.

CDP (2017a). Expanding Productive Capacity: Lessons Learned from Graduating Least Developed Countries. New York: United Nations.

CDP (2017b). Lessons learned in developing productive capacities from countries graduating and graduated from the LDC category. New York: United Nations.

CDP (2017c). Monitoring the development progress of countries that are graduating and have graduated from the list of LDCs. New York: United Nations.

CDP (2017b). Lessons learned in developing productive capacities from countries graduating and graduated from the LDC category. New York: United Nations.

CDP (2017c). Monitoring the development progress of countries that are graduating and have graduated from the list of LDCs. New York: United Nations.

CDP (2017d). Report on the nineteenth session (20-24 March 2017). New York: United Nations.

CDP (2018a). Lessons Learned in Developing Productive Capacity: Fourteen Case Studies. New York: United Nations.

CDP (2018b). Report on the twentieth session (12–16 March 2018). New York: United Nations.

CDP (2018c). Monitoring of graduated and graduating countries from the least developed country category: Equatorial Guinea. 20th Plenary Session. New York: United Nations.

CDP (2019). Monitoring of graduated and graduating countries from the least developed country category: Equatorial Guinea. 21st Plenary Session. New York: United Nations.

DRABO, A. & Guillaumont, P. (2016). Prospects of Graduation for Least Developed Countries:

DRABO, A. & GUILLAUMONT, P. (2018). Graduation from the category of least developed countries: Rationale, achievement and prospects. Fondation Pour Les Études Et Recherches Sur Le Développement International. Working Paper: 208.

DEBALI, J. C. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: Evolução e Indicadores de Sustentabilidade*. Obtido em 10 de abril de 2022, de tcc.bu.ufsc.br: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291562>

DINIS, F. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico, Modelos e Agentes do Processo*. Lisboa: Edições Sílabo LDP.

Economic Commission for Africa (2016). *Progress in the implementation of the priority areas of the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020*. Addis Ababa, Ethiopia: Economic Commission for Africa United Nations.

FIALHO, D. (2011). *Aiming High, Falling Short: The Least Developed Country (LDC) Category at 40*. In: Deutsche Zentralbibliothek für Wirtschaftswissenschaften,

FIALHO, D. N., e RAMOS, D. O. (2008), *The Case of Cape Verde's Graduation from the Least Developed Country Category*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade de Lisboa.

FIALHO, D. N. e van BERGEIJK P. (2016), "The Proliferation of developing country classifications", *The Journal of Development Studies*, nº 53, Vol. 1, pp. 99-115,

GOVERNO de STP (2022) – Programa do XVIIIº Governo Constitucional

GUILLAUMONT, P. e ALASSANE, D. (2013), "Assessing the prospects of accelerated graduation of the least developed countries", *Fondations pour les Études et Recherches*

FIALHO, D. (2012). *Altruism but Not Quite: The Genesis of The Least Developed Country (LDC) Category*. *Third World Quarterly*. 33 (5), pp. 751-768.

FIALHO, D. & Van Bergeijk, P. (2017). *The Proliferation of Developing Country Classifications*.

FMI. (1997). *Aide Memoire da Missão do FMI/BM*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

FMI. (1998). *Ajuda Memória do Fundo Monetário Internacional (FMI)*. São Tomé: Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros.

FMI. (2011). *Relatório da missão do FMI a São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Ministério do Plano e Finanças.

FMI. (2012). *Relatório da Missão Técnica ao Abrigo da Consulta do Artigo IV*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

FONSECA, Jorge Carlos (2011), (Discurso na 73^a Assembleia Geral da ONU. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=7qQvz6Qj6mU&feature=emb_log

FORTES, Adélcia (2020). "Estudo de perceção sobre a 1^a década da graduação de Cabo Verde (2008/2018)". Obtido em ... <https://www.repository.utl.pt/handle>

General Assembly (2012). Report of the ad hoc working group to further study and strengthen the smooth transition process for the countries graduating from the least developed country category. New York: United Nations.

General Assembly (2018). Implementation, effectiveness and added value of smooth transition measures and graduation support. New York: United Nations.

GRADJET (2019). Equatorial Guinea graduated in 2017. Disponível em: <https://www.gradjet.org/country/equatorial-guinea/> [Acesso em: 2022/05/15].

GUILLAUMONT, P. (2018a). Graduation of the Least Developed Countries, as a Step Towards Sustainable Development. Fondation Pour Les Études Et Recherches Sur Le Développement International. Policy Brief: 171.

GUILLAUMONT, P. (2018b). Reforming the criteria for identifying Least Developed Countries according to the rationale of the category. Fondation Pour Les Études Et Recherches Sur Le Développement International. Policy Brief: 176.

Human Rights Watch (2019). Equatorial Guinea - Events of 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/equatorial-guinea> [Acesso em: 2022/04/15].

MURTEIRA, M. (1990). Lições de Economia Política do Desenvolvimento. Lisboa: Editorial Presença.

LENZI, T. (2017). Recognition and Application of the Least Developed Country Category by UN Development System Organizations. CDP Policy Review Series. 6.

United Nations Conference on Trade and Development (2016). The Least Developed Countries Report 2016 - The path to graduation and beyond: Making the most of the process. Geneva: United Nations.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2018). Handbook on the Least Developed Country Category: Inclusion, Graduation and Special Support Measures. New York: United Nations. (3rd edition)

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019a). Inclusion in the LDC category. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-inclusion.html> [Acesso em: 2022/04/22].

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019e). Least Developed Country Category: Botswana Profile. Disponível em <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-botswana.html>, [Acesso em: 2022/05/25].

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019f). Least Developed Country Category: Cabo Verde Profile. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-cabo-verde.html> [Acesso em: 2022/05/14].

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019g). Least Developed Country Category: Maldives Profile. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-maldives.html> [Acesso em: 2022/04/04].

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019h). Least Developed Country Category: Samoa Profile. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-samoa.html> [Acesso em: 2022/04/11]

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2019i). Least Developed Country Category: Equatorial Guinea Profile. Disponível em:

<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-equatorial-guinea.html> [Acesso em: 2022/04/22].

United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (2017). *A Guide to Least Developed Country Graduation*. New York: United Nations.

World Trade Organisation (2019). Principles of the trading system. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm#seebox. [Acesso em: 2022/06/04].

World Trade Organization (WTO), *World Trade Statistical Review (Geneva, 2017)*.

⁵<http://ldcnews.com/what-are-least-developed-countries/legal-benefits-of-being-an-ldc-and-graduation/> ⁶ A graduação dos PMA ocorre de acordo com a resolução 46/206 da Assembleia Geral (20/12/1991, disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/2018CDPhandbook.pdf>

HAQ, M. (1995), *Reflections on Human Development*, Oxford University. Nova Iorque

PNUD. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: PNUD.

PNUD. (1990). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. PNUD.

PNUD. (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015 - Human Development*. Obtido em 30 de abril de 2022, de hdr.undp.org: https://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf

PNUD. (1998). *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe*. PNUD.

PNUD. (2013). *Relatório Nacional sobre a Preparação da 3ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. São Tomé: PNUD.

PNUD. (2013). *São Tomé e Príncipe, Visão 2030*. São Tomé: PNUD.

PNUD, S. G. (15 de Outubro de 2015). *Agenda de Transformação no horizonte - 2030* . Obtido em 6 de Dezembro de 2016, de st.undp.org:

www.st.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/.../undp_st_GLAgenda_Pt.pdf

ROMANA, H. A. (1997). *São Tomé e Príncipe, Elementos para uma Análise Antropológica das suas Vulnerabilidades e Potencialidades*. Lisboa: ISCSP.

ROMANA, H. B. (2016). *Multilateralismo, Geopolítica da Cooperação e Comunidades Epistémicas: Reflexões Teóricas sobre a CPLP in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa*, pág 43-54, Lisboa: ISCSP.

SHAHID, Abdulla (2022), Presidente da Assembleia Geral da ONU, Extensão do prazo para A graduação de São Tomé e Príncipe da lista de países menos desenvolvidos para a categoria de país de rendimento médio está prevista para ..., disponível em

[https://www.rtp.pt > noticias > economia > dirigente-da-...](https://www.rtp.pt/noticias/economia/dirigente-da-...)

SIMONI, Carolina (2019), os Desafios da Graduação da Categoria de País Menos Avançados obtido em

[https://www.repository.utl.pt > DM-CAS-2019](https://www.repository.utl.pt/DM-CAS-2019)

SEN, Amartya (1981) a “Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação”

SOUSA, Maria das Neves (2020), *São Tomé e Príncipe como Um Gateway Regional /Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável* publicado na Coleção Estudos Políticos e Sociais do ISCSP, em setembro 2020, em Lisboa.

UNCTAD. (2014). *The Oceans Economy - Opportunities and Challenges for Small Island Developing States*. Obtido em 26 de Abril de 2022, de unctad.org: https://www.unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2014d5_en.pdf

ANEXO I

Questionário utilizado nas entrevistas

Introdução

Os índices do capital Humano (IDE) e o rendimento *per capita* sentenciaram a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas para a graduação de STP da categoria dos Países Menos Avançados (PMA) para país de Rendimento Médio. Grandes remédios para a dimensão do mal, sabor agridoce para alguns santomenses (como disse alguém). Através desta decisão São Tomé e Príncipe irá graduar-se da categoria dos países menos desenvolvidos em dezembro de 2024, tendo em conta que o país satisfaz os critérios de Graduação em março de 2015.

Este estudo visa analisar os desafios e as oportunidades para STP após a sua graduação da categoria dos PMA e o papel que o Banco Central deve desempenhar no âmbito deste processo de graduação bem como avaliar o contributo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) após a saída de STP da lista de Países Menos Avançados (PMA). Para o efeito foi elaborado este questionário que visa conhecer o ponto de vista dos santomenses e não só sobre os critérios e procedimentos de graduação de STP estabelecidos pela Nações Unidas bem como os desafios e oportunidades que se colocam ao país após a sua graduação.

A população “alvo” deste inquérito por questionário são os quadros do Banco Central os economistas de forma geral, quadros do Departamento Governamental encarregados da Cooperação Bi e Multilateral, a sociedade civil organizada bem como os intervenientes e conhecedores do processo, desde a canalização da ajuda até a elaboração de estratégias e ações necessárias para a graduação e desenvolvimento do país.

Tal como realça Fortes (2020), não existem respostas certas ou erradas. Os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e anónimos e serão exclusivamente utilizados para fins do presente estudo.

Por isso pedimos-lhe que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento. Agradecemos, desde já, o seu valioso contributo.

I. Categoria dos Inquiridos:

Categoria de Grupo alvo	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Quadros do Banco Central			
Quadros do Departamento Governamental			
Doadores Bilaterais/Multilaterais			
Representantes do sector privado			
Representantes da Sociedade Civil			
Quadros da Diáspora			
Total			

II - De acordo com Odusola (2016) e Fortes (2020) “Os países são identificados para inclusão e graduação na lista de PMA, comparando suas pontuações dos três critérios utilizados com os limites estabelecidos pelo Comité de Políticas para o Desenvolvimento (CPD): (i) PIB *per capita*; (ii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e (iii) Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE). O PIB *per capita* serve como uma medida do rendimento e do nível global de recursos disponíveis para um país, enquanto o IDH e o IVE medem os principais impedimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável.”

Tendo em conta as particularidades e especificidades de cada país, considera que houve alguma coerência entre a realidade socioeconómica de STP e sua saída da lista de PMA? (em percentagem)

1 - Sim

2- Não

Como avalia o impacto da saída da lista de PMA na continuidade do desenvolvimento económico e social de STP?	
1 - Negativo	
2- Positivo	
3- Não sabe	

1.

III. Várias pesquisas consideram que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) constitui um importante e imprescindível instrumento na transformação e no desenvolvimento dos países.

3.1. Com base no que entende por APD, avalie as seguintes afirmações mediante o seu nível de concordância aplicado ao caso de São Tomé e Príncipe.

Item	Concordo	Discordo	Não sei
A ajuda pública recebida contribuiu para o desenvolvimento socioeconómico de STP e para a sua graduação dos PMA.			
A ajuda pública recebida estava ajustada às prioridades de desenvolvimento de STP.			
As autoridades santomenses exerceram influência na escolha do setor de canalização da ajuda.			
Os doadores exerceram influência na escolha do setor de canalização da ajuda.			

3.2. Avalie a contribuição dos doadores na redução das disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e/ou Distritos

- Muito negativo
- Negativo
- Neutro
- Positivo
- Muito positivo

1.3. Avalie a influência das autoridades santomenses na escolha do setor de canalização da ajuda?

- Muito Fraco

- Fraco
- Moderadamente Forte
- Forte
- Muito Forte

3.4. Das formas de canalização da APD qual considera mais favorável ao desenvolvimento de STP?

- Ajuda Bilateral
- Ajuda Multilateral
- Ambas

3.5. Com base na realidade e necessidades socioeconómicas de STP, ordene as seguintes formas da APD do mais ajustado (1) ao menos ajustado (4).

- Alívio da dívida
- Fornecimento de bens e serviços (ajuda alimentar e assistência técnica)
- Apoio orçamental (donativos, empréstimos)
- Projetos ou Programas

3.6. Ordene os setores de atividade para canalização da ajuda, por ordem do menos prioritário (1) ao mais prioritário (3), baseando-se nas necessidades de STP:

- Infraestruturas e Serviços Económicos (Transportes, Comunicações, Bancos e Serviços Financeiros)
- Infraestruturas e Serviços Sociais (Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Água e Saneamento, Governo e Sociedade Civil, Outras Infraestruturas e Serviços Sociais)
- Não sectorial (ajuda a programas, as ações relacionadas com a dívida, a ajuda humanitária por motivos de catástrofes naturais ou outras).

3.7. De acordo com a ideia da transição suave definida pela ONU considera que os fluxos da APD após a graduação corresponderão às necessidades de STP?

- Mais do que suficientes
- Suficientes
- Insuficiente
- Muito insuficiente
- Não sabe

3.8. Na sua perspetiva e tendo em consideração as responsabilidades dos países doadores e as dos países recetores, quem mais cria obstáculos á eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento em STP?

- Países doadores
- Países recetores
- Intermediários dos países doadores e recetores (consultores e empresas.)

3.9. Avalie o nível de interferência na eficácia da ajuda, com base nalguns exemplos de obstáculos internos e externos,

ITEM	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Não sabe
Fraca capacidade institucional/ capital humano				
Fraca coordenação entre os <i>stakeholders</i> (doadores, instituições públicas, ONGs,)				
Inadequada gestão das finanças públicas				
Elevada dívida pública				
Corrupção				
Condicionantes dos doadores não alinhadas com às necessidades do país recetor				

IV – De acordo com o ex-governador do Banco Central “O contexto internacional desfavorável acarreta desafios acrescidos que impõem ao Banco Central a necessidade de reforçar as suas intervenções, quer no que concerne à presença no centro da atividade económica, quer no que respeita à articulação entre as políticas orçamental e monetária” (Barros, 2020). Para o efeito foi aprovado um Plano Estratégico para o horizonte temporal 2021-2024. As linhas gerais de Orientação Estratégica definidas pelo Conselho de Administração traduzem-se em pilares de governação para os próximos anos.

4.1. Na sua perspetiva quais dos pilares são mais relevantes para que o Banco Central possa desempenhar o papel que lhe compete no âmbito dos desafios e oportunidades que se colocam a STP no processo de Graduação da categoria dos PMA?

Pilares de Governação do BCSTP	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Não sei	Total
P1 – Política Monetária Eficaz e Sustentabilidade do Regime Cambial					
P2 – Modernização e solidez do sistema financeiro					
P3 – Aumentar a Literacia e a Inclusão Financeira					
P4 – Reforço da Capacidade Institucional e Gestão Interna					

V – Perguntas abertas:

5.1. Na sua perspetiva quais são os principais desafios para STP após a sua graduação da categoria de PMA?

5.2. As principais oportunidades económicas para STP após a sua graduação da categoria de PMA?

5.3. O Papel que deve desempenhar o Banco Central para permitir que STP possa atravessar com sucesso o período de transição e preparar as bases para o desenvolvimento do país num cenário pós-PMA?

Muito obrigada pela sua valiosa contribuição

A sua participação fez toda a diferença

ANEXO II

Dirigente da ONU defende extensão do prazo para graduação de São Tomé e Príncipe por Lusa

O presidente da Assembleia Geral da ONU defendeu hoje uma extensão do prazo para a graduação de São Tomé e Príncipe à categoria de País de Rendimento Médio, prevista para 2024, alertando que o processo "será difícil".

"Vindo eu de um pequeno país insular, posso partilhar convosco que será difícil, desafiante, porque o processo de graduação não tem em conta as vulnerabilidades dos pequenos Estados", disse Abdulla Shahid, natural das Maldivas, durante uma visita a São Tomé e Príncipe.

A graduação de São Tomé e Príncipe da lista de países menos desenvolvidos para a categoria de país de rendimento médio está prevista para dezembro de 2024, segundo anunciou em setembro do ano passado a ministra dos Negócios Estrangeiros, Edite Tenjua.

O país cumpriu pela primeira vez os critérios para ver recomendada a sua graduação em 2018 e, na revisão seguinte, em 2021, recebeu a segunda recomendação, a partir da qual começou o período de preparação, que tem a duração de três anos, pelo que a graduação está prevista para 2024.

Num encontro hoje com a chefe da diplomacia são-tomense, na capital, o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o compromisso do Governo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela ONU em 2015 e sublinhou que esses esforços se traduziram em ação, "como demonstra claramente a futura graduação" do país.

No entanto, Abdulla Shahid disse apoiar a recomendação de que o período de preparação para os países cuja graduação foi recomendada em 2021 deve ser de cinco anos, e não três, para "preparar efetivamente uma transição suave que ultrapasse os choques da pandemia".

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros das Maldivas recordou que, quando o seu país se preparava para a graduação como país de rendimento médio, o tsunami de 2004 atingiu as Maldivas, pelo que o Governo pediu uma extensão do prazo para conseguir uma transição suave.

"A pandemia é uma espécie de tsunami, embora tenha atingido o mundo inteiro, por isso penso que é justo", afirmou.

Ao discursar antes de Shahid no mesmo encontro, a ministra Edite Tenjua disse que o processo de graduação tem sido "um desiderato nacional", mostrando-se confiante de que São Tomé e Príncipe irá concluí-lo "no horizonte proposto de 2024".

"Não é uma rota fácil de seguir, mas devo aqui pontuar o esforço e também o grande apoio que recebemos do sistema das Nações Unidas no sentido de fazer aquilo que nós chamamos uma transição suave", afirmou a governante.

Shahid comparou também as Maldivas a São Tomé e Príncipe no que diz respeito às alterações climáticas, recordando os danos provocados no país lusófono por fortes chuvadas que destruíram várias pontes no início do ano.

Relembrou que as alterações climáticas são um fenómeno global e que "nenhum país pode enfrentá-las sozinho", manifestando esperança de que na Conferência das Partes (COP27) de 2023 em Sharm El Sheik, no Egito, "os Estados-membros reafirmem o seu compromisso comum" de combatê-las.

Reconheceu o impacto da pandemia de covid-19 na economia de São Tomé e Príncipe, "país que registava cerca de 33.400 chegadas de turistas" antes da crise pandémica.

"Vindo de um país onde o turismo é crucial para a economia, reconheço totalmente com o quanto a pandemia foi prejudicial para as economias insulares, mas penso que a pandemia e os seus consequentes impactos adversos foram um alerta para construirmos melhor juntos, mais fortes, mais verdes e mais azuis", afirmou.

O dirigente das Nações Unidas disse que foi por isso que promoveu, juntamente com a Organização Internacional do Turismo, "pela primeira vez na Assembleia Geral da ONU, um evento de alto nível que explorou o valor de pôr um turismo sustentável e resiliente no coração de uma recuperação inclusiva".

No encontro de hoje, a ministra Edite Tenjua reconheceu o papel das Nações Unidas como "parceiro fundamental" para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

"Os desafios que o futuro nos apresenta não são fáceis, mas o desenvolvimento é de facto uma jornada da qual já não há volta", afirmou.

Recordando o contributo da organização na luta contra a pandemia ou na preparação das eleições legislativas, regionais e locais de 25 de setembro, Tenjua apelou, perante o presidente da Assembleia Geral da ONU, para que os parceiros do desenvolvimento do seu país possam "ajudar a reconstruir São Tomé e Príncipe" após as fortes chuvas nos últimos meses.

Sharm El Sheik , Rendimento , ONU

Dirigente da ONU defende extensão do prazo para ... - RTP

[https://www.rtp.pt > noticias > economia > dirigente-da-...](https://www.rtp.pt/noticias/economia/dirigente-da-...)

18/08/2022 — O presidente da Assembleia Geral da ONU defendeu hoje uma extensão do prazo para a graduação de São Tomé e Príncipe à categoria de País de.